

Narciso Luís Esteves Serra

“O Mosteiro de S. Fins. Classificar para Valorizar? Estudo de Caso.”



Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Valorização do Património
Histórico e Cultural

Orientador: Professora Doutora Antónia Fialho Conde

Volume I

Universidade de Évora

Outubro de 2011

Narciso Luís Esteves Serra

“O Mosteiro de S. Fins. Classificar para Valorizar? Estudo de Caso.”



Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Valorização do Património
Histórico e Cultural

Volume I

Universidade de Évora

Outubro de 2011

Narciso Luís Esteves Serra

Resumo:

“O Mosteiro de S. Fins. Classificar para Valorizar? Estudo de Caso.”

A presente dissertação fundamenta-se na evolução histórica e arquitectónica do conjunto monástico de S. Fins de Friestas, bem como no exame crítico das intervenções efectuadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais nas primeiras décadas do século XX. Tendo por base a premissa “Classificar para valorizar?” e a análise comparativa do Mosteiro de S. Fins com vários conjuntos monásticos da Ribeira Minho, pretende-se traçar as evoluções registadas no campo das intervenções de restauro e nos conceitos de Classificação, Património e Valorização, propondo, por último, uma solução de restauro e valorização para o conjunto monástico indicado.

Palavras-chave: Reabilitação, Evolução Arquitectónica, Restauro, Património, Ambiente.

Abstract:

“The S. Fins monastery. Classify for valorize? Case study.”

The present essay is based on the historical and architectural history of the whole monastic ensemble of S. Fins de Friestas as well as in the critical exam of the interventions done by the Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais in the first decades of the XX century. Taking into account the premise “classify to value?” and the comparative analysis of S. Fins monastery with several monastic sets from the Ribeira do Minho, we intent to trace the evolutions registered in the field of the restoration work and in the concepts of classification, Heritage and Value, proposing, in the end, a restoration and value solution for the whole monastic ensemble.

Key-words: rehabilitation, Evolution, Architectural, restoration, Heritage, Environment.

Agradecimentos

Investir no futuro, quando vivemos insistentemente para remediar as vicissitudes do presente, pressupõe uma grande dose de objectividade, autodeterminação, coragem e apoio.

Agradeço assim, a todos quantos possibilitaram a realização deste estudo e que sempre acreditaram em mim e nas minhas competências, mesmo quando eu próprio não acreditava. Em especial gostaria de destacar o apoio e total dedicação da minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Antónia Fialho Conde, mas também da Prof.^a Dr.^a Ana Cardoso Matos, e dedico, com grande carinho, esta dissertação à minha esposa, Susana Morgado Serra, à minha família (especialmente mãe e irmão), à arquitecta e amiga Carla Lima, aos meus amigos, aos meus colegas de curso de Mestrado de GVPHC da Universidade de Évora – obrigado Maria Lucília e Francisca – aos meus colegas de trabalho, a todos os responsáveis por instituições e organismos que me possibilitaram e facultaram a informação possível para a realização deste estudo e a todos os anónimos que se foram afeiçoando, progressivamente, ao meu trabalho.

A ti Pai... Obrigado.

Siglas e Abreviaturas

ABUC – Arquivo da Biblioteca da Universidade de Coimbra

AMV – Arquivo Municipal de Valença do Minho

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

CMV – Câmara Municipal de Valença

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

GVPHC – Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

ICCROM – Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro dos Bens Culturais

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

ICOM – Conselho Internacional de Museus

ICN – Instituto da Conservação da Natureza

ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IIP – Imóvel de Interesse Público

IPA – Instituto Português de Arqueologia

IPPC – Instituto Português do Património Cultural

IPPAR – Instituto Português de Património Arquitectónico

ONU – Organização das Nações Unidas

MIP – Monumento de Interesse Público

MN – Monumento Nacional

NUTS – Nomenclaturas de Unidades Territoriais – para fins Estatísticos

O Mosteiro de S. Fins. Classificar para valorizar? Estudo de Caso.

SNPRCN – Serviço de Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico

SNPRPP – Serviço de Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZP – Zona de Protecção

ZEP – Zona Especial de Protecção

Índice Geral

Volume I

Introdução	8
Capítulo I – O Património Cultural e o Património Natural: Contextualização Teorética	14
1. Cartas, Declarações e Recomendações Internacionais	20
2. A Legislação sobre o Património em Portugal	28
Capítulo II – O Mosteiro de S. Fins de Friestas	38
1. Contextualização Geográfica	38
2. História do Mosteiro no País e na Região	39
3. A Evolução do Espaço Construído: da Fundação às Intervenções de finais do século XX	63
4. O Mosteiro, o Património e a Identidade	68
Capítulo III – A Valorização do Património no Vale do Minho: Abordagem Comparativa	72
Capítulo IV – Proposta de Valorização do Mosteiro de S. Fins de Friestas	78
1. Espaço Edificado	78
2. A Cerca do Mosteiro	79
3. A Envolvente Paisagística	79
Conclusão	81
Bibliografia	84
Fontes	84
Webgrafia	99

Volume II

ANEXOS

Introdução

As questões relacionadas com a *Preservação e Valorização do Património* histórico, cultural e natural promoveram, nas últimas décadas, intensas discussões conceptuais relativamente às técnicas, às recomendações e às propostas a aplicar neste campo de intervenção.

Os progressos registados principalmente desde o 25 de Abril de 1974 a nível social e económico proporcionaram um fenómeno de transformação cultural em Portugal com grande impacto e evidência para as gerações da época, mas também para as gerações seguintes. As transformações introduzidas pelo regime republicano do pós 25 de Abril trouxeram, entre outras alterações, um acesso mais alargado e gratuito a um ensino público de qualidade e um conjunto de medidas de apoio à promoção cultural (*bibliotecas móveis*, por exemplo) que possibilitou a consciencialização das populações para temáticas até então desconhecidas ou menos debatidas. O Património foi, sem dúvida, uma delas.

Porém, as evidentes discrepâncias que “opõem” os grandes centros urbanos do litoral aos centros mais rurais do interior puseram a descoberto as latentes assimetrias regionais existentes no país e colocaram em questão a sustentabilidade de vários organismos locais e nacionais para a protecção e conservação do património. Esta constatação tornou importante a reflexão sobre os modelos e estratégias de *Gestão e Valorização do Património Histórico, Cultural e Natural* a adoptar para o país.

Neste contexto, a Gestão e Valorização do Património Histórico, Cultural e Natural pressupõem hoje um grande desafio para técnicos, académicos, juristas e responsáveis políticos. Os problemas, nesta área, residem sobretudo na agilidade necessária para combater constrangimentos tão distintos como o dispositivo legal vigente, a disponibilidade económico-financeira das instituições responsáveis pela gestão, preservação e valorização do património a nível local, nacional e internacional, e a sensibilização das populações para as questões do património e da defesa da memória colectiva.

Tendo em conta esses constrangimentos, *classificar*¹ o Património cultural e natural foi, desadequadamente, a estratégia preferida por muitas entidades na tentativa de proteger o património. Contudo, o impacto da classificação nem sempre é proporcional ao da valorização, visto que a primeira é uma medida na maioria das vezes passiva e burocrática, enquanto a segunda pressupõe a existência de um plano de gestão do bem com vista à sua preservação, conservação e auto-sustentabilidade. Classificar não significa necessariamente valorizar, embora a classificação possa ser um passo importante para a conservação do bem patrimonial.

Tendo por título “*O Mosteiro de S. Fins. Classificar para valorizar? Estudo de Caso.*”, a presente dissertação pretende, partindo da evolução dos conceitos ligados ao Património, “desmontar” algumas das questões que envolvem os processos de classificação e valorização do património em Portugal. Como objecto de estudo de caso para esta tese escolheu-se o Mosteiro de S. Fins de Friestas² situado na freguesia de Sanfins, Concelho de Valença do Minho, cuja Igreja se encontra classificada como MN³ desde 1910. A opção por este mosteiro explica-se pelo importantíssimo valor artístico e cultural do imóvel para a história local e nacional.

¹ Nomeadamente como Monumento Nacional (MN), Monumento de Interesse Público (MIP), Conjunto de Interesse Público (CIP), Sítio de Interesse Público (SIP) ou Interesse Municipal (IM).

² A opção para esta dissertação por *S. Fins*, não obedece a qualquer critério específico e será apenas utilizado como factor de uniformização. São Fins é a designação abreviada da forma erudita São Félix (em latim *Santi Felicis*) popularmente também referenciada como Sanfins. Convém sublinhar, perante a quantidade de santos com a mesma designação, que o padroeiro do Mosteiro é São Félix de Girona (Catalunha, século IV). O Mosteiro de S. Fins surge, não raras vezes, referenciado em várias fontes sob diversas designações, sendo as mais usuais *S. Fins*, *São Fins*, *St. Finx* e/ou São Félix de Friestas (ou *Friestes*). A palavra *Friestas* deriva, segundo a tradição historiográfica, do efeito característico da luz ao entrar pelas frestas dos edifícios medievais. O efeito de luz produzido pelos raios de sol a penetrarem a floresta, muito semelhante ao do exemplo anterior, acabaria por ditar a designação. Cf. José Viriato Capela. **Valença nas Memórias Paroquiais de 1758**. Valença: Câmara Municipal de Valença, 2003. p. 132-133.

³ A Igreja do Mosteiro encontra-se Classificada como MN por Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910 e Decreto n.º 14 425, DG n.º 228, de 15-10-1927. Apesar de a classificação abranger por exclusivo a Igreja, a existência de uma ZP torna inevitável a referência ao imóvel de um modo integrado, incluindo-se aqui todo o espaço edificado que define o conjunto monacal.

Relativamente ao Estado da Arte e em comparação com outros mosteiros da mesma época como São Pedro de Rates, São Salvador de Travanca, São Martinho de Tibães e Santa Maria de Pombeiro, pode-se afirmar que o de S. Fins se encontra relativamente bem estudado, sem que, contudo, existam obras de referência que se debrucem em exclusivo sobre o Mosteiro.

O Mosteiro de S. Fins surge frequentemente referenciado em vários artigos e publicações de âmbito local e nacional, mas de forma breve e superficial apontando-se, quase que em exclusivo para a carga ornamental que envolve a Igreja. Autores locais como Manuel Augusto Pinto Neves e Alberto Pereira de Castro têm dedicado nos últimos anos várias “linhas” à pesquisa e divulgação do Mosteiro, mas a informação que surge nas suas obras, assim como na de outros autores nacionais, tende a repetir-se. Esta tendência é seguida frequentemente em obras de cariz mais generalista, como as “*história da arte*”, que tendem a fazer um “apanhado” dos principais elementos artísticos diferenciadores e caracterizadores da cultura e da arte portuguesas.

A recente proposta de elevar Valença e Tui à categoria de Euro-cidade tem aumentado o interesse pela cultura luso-galaica e pelas relações ancestrais entre estas duas cidades da zona da Ribeira Minho. O resultado deste revigorado interesse tem-se manifestado numa maior produção de artigos e publicações que relacionem esta duas comunidades como são exemplo Ernesto Iglesias Almeida e Suso Vila-Botanes.

Todavia, para a concretização desta dissertação, é importantíssimo referir a contribuição essencial de um artigo de Rafael Tobío Cendón⁴, que traça de uma forma muito pormenorizada alguns aspectos artísticos presentes na igreja do Mosteiro, teoriza sobre a sua aplicação no conjunto monástico e faz algumas comparações com elementos semelhantes presentes na Sé de Tui. Não menos importante é, porém, o contributo de *Francisco Rodrigues*⁵ na sua obra “*História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal 1550-1560*”, para a clarificação do processo de anexação de S. Fins à Companhia de Jesus, explicando algumas das valências do Mosteiro durante os

⁴ Rafael Tobío Cendón. “La Iglesia Románica del primitivo monasterio beneditino de Sanfins de Friestas” In: **XXVI Ruta Cicloturística del Romanico Internacional**. Fundación Cultural Rutas del Románico. Pontevedra: Anduriña, 2008.

⁵ Francisco Rodrigues. **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal**. Tômoo I. A fundação da Província Portuguesa. Porto: Empresa Editora, 1931.

primeiros anos da Companhia e indicando muitas das personalidades que passaram pelo cenóbio valenciano.

Apesar de totalmente despojado de ornamentação interior a análise comparada do Mosteiro de S. Fins permite traçar o percurso histórico e artístico do Mosteiro no quadro das ligações luso-galaicas, mas também delinear a evolução dos conceitos ligados ao Património, visto que o MN⁶ em estudo testemunha algumas das transformações e concepções que a preservação e restauro do património sofreram ao longo do tempo, na qual se destaca, sem dúvida, a participação da DGEMN.

Assim, a presente dissertação assume como principais objectivos:

- Observar a importância das convenções e instituições nacionais e internacionais para a gestão do Património em Portugal;
- Compreender a importância da *classificação* para a preservação do Património;
- Analisar, através de um estudo de caso, a aplicação prática da classificação na preservação e conservação de um *Monumento Nacional* – o Mosteiro de S. Fins de Friestas;
- Estabelecer a relação comparada entre o estado de conservação do bem patrimonial em estudo com outros bens classificados da mesma tipologia (mosteiros) na zona da Ribeira Minho⁷;
- Destacar alguns dos efeitos menos positivos da “*classificação pela classificação*”. Isto é, classificar sem valorizar.

De forma a responder e clarificar as premissas que serviram de base para a dissertação, sentiu-se a necessidade de dividir este trabalho em dois volumes e em vários capítulos – quatro na totalidade – e subcapítulos, de modo a permitir uma leitura mais simplificada dos conceitos, as suas aplicações e as suas adequações aos objectivos

⁶ Ficha de Inventário do SIPA disponível em Anexo.

Cf. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1593. Consultado em 20/09/2011.

⁷ A Ribeira Minho representa o conjunto de municípios portugueses e espanhóis banhados pelo Rio Minho respeitando, desta forma, as circunstâncias políticas, económicas, sociais e culturais que definem e distinguem esta delimitação. A nível administrativo a Ribeira Minho circunscreve-se à Região Norte (NUTS II), mais precisamente à Sub-região Minho-Lima (NUTS III).

do estudo. Tentou-se, sempre que possível, clarificar os conceitos de forma a evitar a demasiada abstracção dos mesmos.

Com a divisão do estudo em dois volumes – o primeiro focado na parte conceptual da dissertação, o segundo como Anexos – pretendeu-se libertar a parte conceptual da carga figurativa e documental, para uma análise mais atenta e detalhada dos pormenores através dos elementos apresentados em anexo.

Atendendo aos objectivos assumidos para a presente dissertação, o primeiro capítulo pretende contextualizar teoricamente do conceito de Património Cultural e Natural e a sua evolução ao longo do tempo em Portugal. O segundo capítulo, totalmente direccionado para o estudo do Mosteiro de S. Fins, debruça-se essencialmente sobre os aspectos históricos e a evolução do espaço edificado que caracterizam o Mosteiro. Para o terceiro capítulo incidiu-se preferencialmente na análise comparativa do Mosteiro com vários bens imóveis classificados na Zona da Ribeira Minho, de forma a perceber a dinâmica de intervenções e conservação do património nesses espaços classificados, testemunhando o papel da classificação dos bens para a sua valorização. No seu quarto e último capítulo esta dissertação, face ao avançado estado de degradação em que se encontra o mosteiro de S. Fins, concretiza uma proposta de valorização assente em três pilares fundamentais: O Espaço Edificado; A cerca do Mosteiro; A envolvente Paisagística.

Tendo em conta estas três dimensões, a proposta de valorização contempla também uma tripla proposta: restauro da parte edificada preservando a sua identidade e as características artísticas peculiares que tanto o diferenciam, valorizando-o através da criação de um *Centro Interpretativo para a Fauna da Ribeira Minho*, de um espaço dedicado à memória religiosa do conjunto monástico e de espaços para trabalho, exposições, espectáculos e *workshops*; Reaproveitamento dos vários hectares de quinta cercada do Mosteiro com a constituição de uma *Quinta Pedagógica* – contemplando o restauro e valorização do moinho, da eira e dos tradicionais “caniços” ou “espigueiros” – promovendo a participação de Escolas, grupos etnográficos e colectividades locais para promoção e partilha intercultural, prática muito enraizada na raia minhota; Por último, promover junto das devidas instâncias a classificação da área em entorno ao Monte do Faro até ao Mosteiro como *Parque Nacional*, seguindo, em parte, os exemplos do *Parque Nacional da Peneda Gerês* e do *Parque Natural do Monte Aloia (Tui, Galiza)*, potenciando, desta forma, a criação de uma regulamentação própria que

permita a reintrodução da flora e fauna autóctone com monitorização própria, o combate à exploração agressiva de granito – enfatizando o *Plano de Recuperação de Pedreiras* – a criação e melhoramento de percursos pedestres e ciclo turísticos e a reflorestação planificada de toda a área contemplada.

Para a concretização desta dissertação optou-se pela recolha de bibliografia e webgrafia específica direccionada para as áreas do direito e da história de forma a contextualizar no espaço e no tempo a evolução dos conceitos de património cultural e natural. Privilegiou-se ainda, para o caso do Mosteiro de S. Fins, o contacto directo com os arquivos locais (AMV e ABUC), com a autarquia (CMV) e com o bem patrimonial, de forma a proceder aos levantamentos necessários para a concretização da proposta de valorização. Deve registar-se, para esta última, a colaboração, a título pessoal, da Arquitecta Carla Lima na execução dos trabalhos de arquitectura do espaço edificado referente à proposta de valorização do Mosteiro disponível em anexo.

Capítulo I – O Património Cultural e o Património Natural: Contextualização Teorética

As práticas de “*Conservação*” e “*Restauro*”, embora com configurações distintas das actuais, e sem estas designações, sempre existiram. Efectivamente, os processos de reconstrução de edifícios nobres, militares, religiosos e civis largamente difundidos na Idade Média⁸, por exemplo, devido aos intensos processos de conquista e reconquista, pautaram as práticas construtivas vigentes à época, mas ampliando, adaptando, acrescentando e “modernizando” com elementos “actuais” os antigos edifícios. Este imenso *Património Cultural* que nos foi legado representa, numa perspectiva mais romântica, uma enorme transversalidade de épocas, de gerações, de influências, de histórias e acontecimentos que não podem ser tratados de forma isolada.

Ao *Património Cultural* acrescentou-se, mais recentemente, o conceito de *Património Natural*⁹ devido, em parte, à grande dificuldade em proteger a natureza das agressões resultantes das nefastas acções humanas. O urbanismo selvagem, a poluição, o desbravamento de florestas selvagens, a agricultura intensiva, a extinção de várias espécies animais e vegetais, e a exploração desregulada de recursos naturais, são algumas das inquietações que envolvem esta nova tipologia de Património.

As preocupações, presentes e passadas, com o *Património Cultural* e o *Património Natural* representam uma consciencialização crescente das populações para a preservação e divulgação daquilo que as define e melhor as distingue, a originalidade dos rituais, das tradições, do espaço edificado, da gastronomia, mas também da fauna, da flora e da biodiversidade de uma região, de um povo ou de uma nação.

⁸ Nos processos de conquista e reconquista eram muito frequentes as destruições parciais ou totais de estruturas defensivas, de igrejas, mosteiros e outros locais de culto, de palacetes e casas acasteladas, assim como de vários edifícios essenciais à vida pública. A reconstrução destas estruturas acabaria por absorver as novas tendências disseminadas, em grande parte, pelos mestres e artífices que circulavam por vastas áreas, deixando a marca do seu trabalho, mas também as influências artísticas de outras obras e regiões.

⁹ “«*Património Natural*» designa algo com características físicas, biológicas e geológicas extraordinárias; habitats de espécies animais ou vegetais em risco e áreas de grande valor do ponto de vista científico e estético ou do ponto de vista da conservação.” In: <http://www.icm.gov.mo/exhibition/tc/nhintrop.asp>. Consultado em 28/09/2011.

A *Herança Cultural* presente nestes dois tipos de Património, fundamental para a construção da identidade, representa a ligação com valores, conceitos e tradições que sustentam a memória colectiva e unificam a população em torno de objectivos comuns. Contudo, e apesar da real preocupação em se perceber o sentido destes conceitos, a preservação e conservação destas duas tipologias de Património representa também um desafio para governantes e população em geral.

Na tentativa de regular a *Preservação*, o *Restauro*, o *Uso* e até a *Divulgação* em Património, tem-se estimulado a criação de uma base legal que possibilite a “boa convivência” entre os interesses públicos e privados, mas que, ao mesmo tempo, possibilite a sua salvaguarda e auto-sustentabilidade. Ao longo das últimas décadas foram vários os Diplomas e Convenções nacionais e internacionais que têm procurado, de uma forma ou de outra, regular interesses e conceitos, alertando para a importância da preservação da nossa *Herança Cultural*, de a potenciarmos e legarmos com responsabilidade às gerações vindouras. Contudo, este trabalho legislativo e orientador pressupõe várias dificuldades, quer pelas razões indicadas quer ainda pela periódica mutação dos conceitos e pela actualização dos métodos e técnicas de intervenção em Património.

A protecção e valorização do *Património Cultural e Natural* são de tal forma importantes para as gerações presentes e futuras, que a grande maioria das constituições europeias e até mundiais têm promovido, ao longo das últimas décadas, a inclusão de legislação própria que permitam a sua salvaguarda. No caso português, a *Constituição da República Portuguesa* consagra estes princípios como sendo uma das *Tarefas Fundamentais do Estado*¹⁰. O mesmo documento destaca, como fazendo parte dos *Direitos e Deveres Económicos, Sociais e Culturais*, que o ambiente e a qualidade de vida sejam elementos da responsabilidade do Estado, mas também de todos os cidadãos nacionais, cabendo ao Estado o garante dos mecanismos necessários que assegurem o direito ao ambiente e à cultura no quadro de um desenvolvimento sustentável¹¹.

¹⁰ No Artigo 9º, alínea e) da Constituição da República Portuguesa (actualizada de acordo com a Lei Constitucional nº 1/2005) pode ler-se que ao Estado cabe o papel de “Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território.” In: **Constituição da República Portuguesa**. Organização BDJUR, Base de dados jurídica. Coimbra: Edições Almedina, 2010. p.12-13.

¹¹ Nomeadamente nos seus Artigos 66º e 78º.

Num quadro supra nacional, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (Artigo 22º) reforça esta postura e remete para as instituições nacionais de cada país a satisfação social e cultural dos seus cidadãos:

*“Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.”*¹²

A percepção dos fenómenos ligados ao Património colocam questões complexas e pressupõe um olhar sério e atento sobre as várias perspectivas que se apresentam diariamente:

*“A defesa e conservação dos bens culturais, hoje reconhecidas como uma incumbência fundamental do Estado, apoiam-se na sua ampla conjuntura política, social, económica, cultural e ecológica sobretudo desde a campanha do Ano Europeu do Património Arquitectónico, em 1975, a que Portugal aderiu. O conceito de abrangente de salvaguarda do património cultural é considerado, cada vez mais, como um modo de defesa global do ambiente que não se preocupa só com a protecção do espaço vital natural mas também com a do espaço vital colectivo, desenhado pelo homem no decurso da sua existência.”*¹³

Alguns dos principais problemas nesta área residem na forma como conceitos e diplomas são muitas vezes interpretados e aplicados. Os interesses públicos e privados instalados na *preservação, conservação e restauro* do Património limitam e condicionam frequentemente o entendimento e concretização destes princípios:

“Apesar disso, esta terminologia aparece, amiúde, usada com alguma imprecisão conceptual, ou mesmo difundida unívoca e semanticamente quanto ao seu significado técnico exacto. Assim, utilizam-se os vocábulos ‘restauro’ como expressão polissémica e exagerada de restauro, ou vice-versa. Em diferentes países e culturas, utiliza-se um outro termo, a ‘reconstrução’, em vez

¹² Artigo 22º **Constituição da República Portuguesa**. Ob cit. p.132.

¹³ Virgolino Ferreira Jorge. **Cultura e Património**. 1ª Ed. Lisboa: Edições Colibri / C. M. de Portel, 2005. p. 39.

de restauro ou de renovação, independentemente de se tratar de uma obra a reconstruir, a renovar ou até a conservar.”¹⁴

Preservar a autenticidade e conservar sem artificializar, são exemplos de procedimentos insistentemente esquecidos ou mal interpretados pelas instituições e entidades responsáveis nos processos de valorização e conservação do Património. Não basta planear e classificar, embora estes procedimentos sejam de todo importantes. Planear e classificar, sem se valorizar e compreender as especificidades de cada bem patrimonial, pode ser tão grave como não fazer nada. *Intervir em Património* pressupõe, em primeira instância, critério e conhecimento técnico-científico do bem a valorizar e, em último caso, ponderação.

Tome-se, para o devido efeito, o exemplo do Mosteiro de S. Fins de Frietas. O conjunto de intervenções realizadas na década de 30 do século XX pela então denominada *DGEMN*¹⁵ e as concepções de intervenção em Património utilizadas levaram o cenóbio à descaracterização quase que total. O cumprimento de uma filosofia de intervenção influenciada em grande medida pelos ideais da denominada *Escola Francesa*, da qual Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc (1814-1879)¹⁶ foi um dos principais impulsionadores, permitiu, numa análise minimalista, que o conjunto monástico ficasse reduzido a praticamente metade da sua dimensão anterior.

A proposta, cega, aludia não às especificidades do bem a intervir, mas a um modelo “pré-definido” de eliminação e puritanismo estético. Erradamente procedeu-se à

¹⁴Virgolino Ferreira Jorge. Ob. Cit., p. 17.

¹⁵ “A *DGEMN* é um dos serviços mais antigos da Administração Pública, pois no Decreto n.º 5541, de 9 de Maio de 1919, da orgânica do então Ministério do Comércio e Comunicações encontra-se já uma repartição com atribuições respeitantes a edifícios e monumentos nacionais. Desta repartição resultou pouco tempo depois, com o Decreto n.º 7038, de 17 de Outubro de 1920, a Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que, por sua vez, pelo Decreto n.º 16791, de 29 de Abril de 1929, haveria de dar lugar à criação da *DGEMN*. De 1929 até fins da década de 60 e princípios da de 70, a *DGEMN* centralizou de modo crescente a quase totalidade das atribuições referentes a obras de monumentos nacionais do Estado e de edifícios, mas com a criação do Fundo de Fomento da Habitação e das Direcções-Gerais das Construções Escolares e das Construções Hospitalares foi reduzida a extensão das suas atribuições no domínio dos edifícios públicos.” In: http://bdjur.almedina.net/sinopse.php?field=doc_id&value=76081. Consultado em 19/09/2011. A *DGEMN* foi extinta no dia 28 de Agosto de 2007 ao abrigo do disposto no n.º6 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro.

¹⁶ Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) arquitecto de formação, destacou-se essencialmente pela sua ligação à arquitectura revivalista do século XIX e por ser considerado um dos primeiros teóricos da preservação do património histórico. O seu trabalho foi desenvolvido sobretudo na área do restauro (castelos medievais e catedrais) para o qual prepunha uma resolução baseada no designado “Restauro Estilístico”, segundo o qual os monumentos a intervir deveriam ser restaurados ou recuperados através de uma solução estilística, não importando para o efeito o seu estado geral de conservação, procedendo-se à eliminação total de todos os estilos que ao longo do tempo tenham sido acrescentados.

demolição, remoção e “adaptação” de vários elementos importantes do conjunto monástico, preferenciando um esquema “romanceado” e discordante com o próprio trajecto histórico do Mosteiro.

Os procedimentos utilizados neste caso foram igualmente implementados, de uma forma mais ou menos similar, com melhores ou piores resultados, em várias intervenções espalhadas pelo país e pela europa, nomeadamente em França. O Palácio dos Duques de Bragança (Guimarães), o Castelo de São Jorge (em Lisboa) e até o próprio Castelo de Santa Maria da Feira (Santa Maria da Feira), elementos fortemente enraizados no imaginário colectivo português, são também exemplos da implementação desta forma muito própria popularizada em Portugal pela *DGEMN* que, durante algumas décadas, marcou o entendimento e a intervenção do Património¹⁷.

Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc não foi, contudo, o primeiro nem o único a teorizar sobre as problemáticas em torno do Património. Entre finais do século XIX e inícios do século XX surgiram, um pouco por todo o lado, várias correntes teóricas quanto à forma e necessidade de intervir em Património. Este período, fortemente marcado pelos desenvolvimentos artísticos e culturais, assinalou o aparecimento de algumas posições interessantes. Um apresentavam-se mais ligadas a uma corrente romântica, mas distinta da de Viollet-Le-Duc, como são os casos de Giuseppe Cinatti¹⁸ (1808-1879), de John Ruskin¹⁹ (1819-1900) e de William Morris²⁰ (1834-1896) que

¹⁷ Apesar do papel importantíssimo da DGEMN para a divulgação e afirmação dos princípios da *Escola Francesa*, as primeiras “experiências” em Portugal do *restauro estilístico* ocorreram ainda no século XIX e tiveram como alvos o Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Mosteiro da Batalha), o Mosteiro dos Jerónimos, o Convento de Mafra e a Sé de Lisboa durante o reinado de D. Maria II.

¹⁸ Arquitecto, pintor e cenógrafo italiano, notabilizou-se durante o século XIX pelo seu trabalho como cenógrafo no Teatro São Carlos, mas também pelos trabalhos de restauro em que esteve envolvido. Um pouco por todo o país, Cinatti desenvolveu propostas e concretizou projectos de restauro segundo a tendência romântica da época. O gosto pela inevitabilidade da natureza (tudo tem um principio e, por consequência, um fim), pela complexidade cénica e por uma fidelidade “trágica” ao bem a interencionar, caracterizaram grande parte das suas obras. Entre as mais relevantes destacam-se os trabalhos de restauro do Templo Romano em Évora (comumente referenciado como *Templo de Diana*), de construção do Jardim do Palácio de D. Manuel (no qual encena um conjunto romântico conhecido como *Ruínas Fingidas*, através de elementos oriundos de outros edifícios da cidade, nomeadamente do Palácio dos Condes de Vimioso, através do qual se desenvolve grande parte do jardim) e o restauro do Mosteiro dos Jerónimos.

¹⁹ John Ruskin, londrino de nascença, escritor como profissão, distinguiu-se no seu tempo pelo trabalho como crítico de arte e crítico social britânico. Foi também poeta e desenhista e um dos principais críticos do *restauro estilístico* de Viollet-Le-Duc. Os seus ensaios sobre arte e arquitectura influenciaram fortemente a época Vitoriana e colocavam em questão as propostas da *Escola Francesa*. Para John Ruskin, o restauro significava não só a destruição do edifício, mas também uma farsa encenada e vazia. Defendia a ruína como elemento simbólico de uma época, enriquecida pela passagem do tempo e aconselhava que, na impossibilidade de se proceder à conservação integral de um edifício devido ao seu

promoveu em Inglaterra durante o século XIX o chamado *Movimento Anti-Restauro*, e outras menos radicais e mais equilibradas como é o caso de Camillo Boito²¹ (1836-1914).

Camillo Boito acabaria por indicar uma nova posição no entendimento dos conceitos ligados ao Património e demarcou-se das já muito difundidas *Escolas francesas e inglesas*. A postura de conciliação entre as várias propostas até então divulgadas e de introdução do designado *Restauro Científico* abriram o caminho para novas teorizações na área do Património e apelou para um consenso mais amplo no conjunto de práticas, conceitos e normas a seguir.

No fundo, intervir hoje em Património, poderá assemelhar-se a uma ginástica diária em que se tenta equilibrar diferentes interesses assentes na coordenação entre estruturas nacionais e internacionais, legislação, política, religião, orçamentos e o próprio bem a salvaguardar²².

A consciência para estas problemáticas tem levado a comunidade internacional, especialmente a partir da década de 30 do século XX²³, a procurar alternativas conjuntas para problemas comuns, debruçando-se sobre formas de actuação nas áreas do Património Cultural e Natural de configuração mais incisiva e articulada. No entanto, existe ainda muito caminho a percorrer, principalmente no campo das disparidades socioeconómicas entre os países reconhecidos pela ONU e que integram os diferentes organismo internacionais, factor que influência directa e indirectamente a conservação e

avanzado estado de degradação, a melhor e mais “honrosa” solução para este seria a sua inevitável destruição.

²⁰ Pintor, escritor e idealista (foi um dos fundadores do movimento socialista na Inglaterra) desenvolveu um intenso trabalho de teorização e defesa do património. Em 1877, na cidade de Londres, William Morris fundou a *Sociedade de Protecção de Edifícios Antigos*, na qual reuniu artistas, arquitectos, intelectuais e membros da Igreja. Morris apoiava grande parte da linha de pensamento de Ruskin relativamente à conservação dos monumentos, defendendo a conservação (manutenção) como alternativa ao restauro. A sociedade criada por Morris criticava duramente as intervenções feitas na Europa em alguns monumentos e criaram uma grande resistência à realização de restauros durante o período em que esteve à frente da associação, ficando este movimento conhecido como Movimento Anti-restauro.

²¹ Italiano de origem (Roma) esteve ligado desde sempre às Belas Artes e à arquitectura. Defendia a distinção entre os conceitos de *Conservação* e *Restauro* e rejeitava o restauro estilístico como prática viável. Para Camillo Boito a conservação deverá surgir como uma inevitabilidade à preservação do bem, relegando o restauro para última escolha e limitando-o ao mínimo essencial.

²² O “valor comercial” do bem, o seu estado de conservação e os gastos com a sua preservação ditam, por vezes, o destino mais ou menos auspicioso que irá encontrar.

²³ Com as consequentes deliberações da *Carta de Atenas* (1931), da *Carta de Veneza* (1964), da *Carta de Restauro de Itália* (1972), da *Carta de Washington* (1987) e da *Carta de Cracóvia* (2000).

preservação do Património. A guerra, a industrialização desmedida, o desordenamento urbano e as fragilidades económicas e culturais são alguns dos principais desafios colocados hoje a estas entidades e que poderão potenciar maior tensão no futuro²⁴.

1. Cartas, Declarações e Recomendações Internacionais

A constituição de organismos internacionais e supranacionais possibilitou uma visão mais ampla e abrangente do Património “particular” de cada país. O Património português passou a ser, ao mesmo tempo, património de todos os europeus e, numa perspectiva mais lata, de todo o mundo. Não estranha por isso a classificação de vários bens espalhados pelo globo como *Património da Humanidade* pela UNESCO, devido à sua “*singular originalidade e excepcionalidade com significativo valor histórico, artístico, cultural e natural para as gerações futuras.*”²⁵

A construção de organismos de cooperação internacionais como a O.N.U. e a União Europeia, potenciaram o diálogo e a convergência de esforços para problemas e soluções comuns, mas também para a adopção de uma mesma linguagem perceptível por toda a comunidade internacional. Este aspecto da *supranacionalidade europeia*, devido à sua singularidade, tem preocupado autores como Guilherme d’Oliveira Martins, visto que a construção de um *património comum europeu* levanta questões de ordem cultural, económica, social e, na sua génese, política:

“*Se falarmos de um «património comum europeu», a verdade também é que estamos perante a construção inédita e original de uma «supranacionalidade europeia» baseada na extensão do Estado de direito, na diversidade de culturas, na soberania originária dos Estados-nações, na dupla legitimidade (dos Estados e dos cidadãos ou povos), na adequação de objectivos comuns à nova circunstância da heterogeneidade económica e social, pondo a tónica na*

²⁴ Neste âmbito destaca-se a *Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado* (UNESCO, Haia. 1954-1960), a *Convenção sobre as medidas a adoptar para proibir e impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedade Ilícita de Bens Culturais* (UNESCO, Haia. 1972-1986) e a formação do *Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos – ICOMOS* (Varsóvia. 1965).

²⁵ Cf. http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=14. Consultado em 20.09.2011.

*criação de um espaço de segurança e de paz e uma melhor partilha de responsabilidades nos domínios económico e do desenvolvimento durável.”*²⁶

A uniformização dos conceitos e estratégias de intervenção, pese embora as diferenças sociais, económicas e culturais existentes entre os vários países membros, tem permitido uma discussão mais ampla e objectiva das questões ligadas ao Património, mas também uma preciosa partilha de experiências e opiniões.

A *Carta de Atenas*²⁷, documento de compromisso, datado de 1933, redigido e assinado por grandes arquitectos e urbanistas internacionais do início do século XX, entre os quais Le Corbusier, permitiu a ampliação de conceitos como “monumento”, “conjunto” e “ambiente”, mas também sinalizou as linhas de orientação sobre o exercício e o papel do urbanismo dentro da sociedade, servindo de inspiração à arquitectura contemporânea.

Na verdade, este documento alertava para os perigos do urbanismo “selvagem”, apontava para a importância do enquadramento urbanístico do património e recomendava a substituição do recurso às reconstituições integrais e estilísticas pela manutenção regular e permanente, essencial à conservação dos edifícios. Vincava-se, em certa medida, as orientações do *Restauro Científico* defendido por Camillo Boito.

Os propósitos da Carta de Atenas destacam-se principalmente pelo enorme contributo que esta teve para a evolução gradual e conceptual de *monumento*²⁸, para o desenvolvimento de um amplo movimento internacional, na elaboração de vários documentos nacionais (*Carta de Restauro de Itália*, 1972, por exemplo), na actividade de entidades como o ICOM e a UNESCO, e no impulsionamento para a criação de um *Centro Internacional para o Estudo da Preservação e do Restauro do Património*

²⁶ Guilherme d’ Oliveira Martins. **Património, Herança e Memória. A cultura como Criação.** 1ª ed. Lisboa: Gradiva, 2009. p. 40.

²⁷ A Carta foi redigida como conclusão do Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos realizado em Atenas, na Grécia, e promovido pela Sociedade das Nações em Outubro de 1931.

²⁸ O conceito de *monumento* passa a ser entendido de uma forma mais lata, dando maior relevância à articulação do monumento com toda a sua envolvente, permitindo a formulação de uma nova perspectiva sobre o conjunto no seu todo e facilitando o exercício de planeamento e gestão urbana.

*Cultural*²⁹ que seria concretizado em 1956, durante a 9ª Conferência Geral da UNESCO, em Nova Delhi.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) alterou a paisagem de grande parte da Europa e o pós-guerra exigiu uma resposta mais firme e concreta para o esforço de reconstrução então pedido ao “velho continente”. O Património foi, por isso, uma das questões centrais deste esforço de reconstrução e permitiu a ampliação da discussão em torno dos conceitos e estratégias para a sua salvaguarda.

Em 1964 a *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios – Carta de Veneza*, pegando em muitos dos princípios das suas antecessoras, reforça o papel da conservação em detrimento ao restauro e, quando este último se torna inevitável, restringe a sua aplicação a regras muito concretas. Aponta ainda, nos seus artigos 2º e 9º, para ao carácter especializado desta prática e introduz a ciência como aliada na procura de soluções qualitativas para os processos de conservação e restauro. Recomenda também, no artigo 5º, que se dê, dentro de limites muito próprios, utilidade aos edifícios potenciando, com a sua utilização, os cuidados necessários para a sua conservação.

A Carta de Veneza, nas suas recomendações para a intervenção em Património, anota para que o monumento seja entendido na sua ampla conjuntura, assumindo que todas as manifestações artísticas e componentes de diferentes épocas são importantes para a sua compreensão e estudo:

“Art. 11 - As contribuições válidas de todas as épocas para a construção de um monumento devem ser respeitadas, dado que a unidade de estilo não é o objectivo que se pretende alcançar nos trabalhos de restauro. Quando um edifício apresente uma sobreposição de trabalhos realizados em épocas diferentes, a eliminação de algum desses trabalhos posteriores apenas poderá ser justificada em circunstâncias excepcionais, quando o que for removido seja de pouco interesse e aquilo que se pretenda pôr a descoberto tenha grande valor histórico, arqueológico ou estético e o seu estado de conservação seja suficientemente bom para justificar uma acção desse tipo. A avaliação da

²⁹ O ICCROM, entidade afecta à UNESCO, dedica-se à conservação do património cultural espalhado pelo mundo (material e imaterial, móveis ou imóveis) e é constituído por um conjunto vários Estados membros que actualmente ultrapassa os 129. Em 1959, por convite do Governo italiano mudou a sua sede para Roma onde funciona actualmente.

*importância dos elementos envolvidos e a decisão sobre o que pode ser destruído não podem depender apenas do coordenador dos trabalhos.*³⁰

Em 1972 o Governo italiano divulgou, através do Ministério da Instrução Pública de Itália³¹, um documento sobre restauro (*Carta de Restauro de Itália, 1972*) que pretendia regular a prática e as intervenções em Património, com a intenção de obter a homogeneidade nos critérios e na forma de intervir.

Este documento, que é um dos pioneiros a aplicar no plano legislativo interno de um país orientações internacionais sobre esta temática, aponta para as especificidades inerentes a cada tipologia de Património e estabelece a necessidade de um acompanhamento técnico e científico nos processos de estudo, avaliação e intervenção.

Nos seus artigos 4º e 5º distingue claramente *restauro* de *salvaguarda*, robustece a função da prevenção e rejeita as práticas de *restauro* ou *reconstituição estilística*, limitando ao essencial e inevitável a introdução de elementos novos ou estranhos, proíbe remoções ou demolições, totais ou parciais, a menos que se tratem de falsificações ou de pequenos elementos que não alterem o valor histórico do conjunto e prevê, ainda que com limitações, a *anastilose*³² e a reconstituição de pequenas “lacunas” nos monumentos que facilitem a sua compreensão (reconstituição de um fuste cujas peças se encontrem dispersas mas próximas), desde que não interfira com o conjunto e sejam facilmente identificáveis e reversíveis.

As recomendações da *Carta de Restauro de Itália* condicionaram as práticas interventivas em Itália, mas também em grande parte da comunidade internacional pela pertinência do que propunha e por dar resposta a um conjunto de questões práticas há muito discutidas.

³⁰ Cf. o texto aprovado pelo *II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos*, reunido em Veneza de 25 a 31 de Maio de 1964.

³¹ Circular nº 117 de 6 de Abril de 1972.

³² “*Recomposição de partes existentes, mas desmembradas. Os elementos de integração deverão ser sempre reconhecíveis e reduzir-se ao mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade de suas formas.*” Cf. Carta de Veneza - de Maio de 1964 - II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos - ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios.

No mesmo ano³³, a *Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura* reunida na sua décima sétima sessão (*Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*) tomou como necessário deliberar, no dia 16 de Novembro, sobre várias questões preocupantes que colocavam em ameaça eminente o Património Mundial.

No seu intróito a *Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura* explica a aprovação da *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* como base nas seguintes premissas:

“Constatando que o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através e fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes; Considerando que a degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural e natural constitui um empobrecimento efectivo do património de todos os povos do mundo; Considerando que a protecção de tal património à escala nacional é a maior parte das vezes insuficiente devido à vastidão dos meios que são necessários para o efeito e da insuficiência de recursos económicos, científicos e técnicos do país no território do qual se encontra o bem a salvar; Relembrando que o Acto Constitutivo da Organização prevê a ajuda à conservação, progresso e difusão do saber, promovendo a conservação e protecção do património universal e recomendando aos povos interessados convenções internacionais concluídas para tal efeito; Considerando que as convenções, recomendações e resoluções internacionais existentes no interesse dos bens culturais e naturais demonstram a importância que constitui, para todos os povos do mundo, a salvaguarda de tais bens, únicos e insubstituíveis, qualquer que seja o povo a que pertençam; Considerando que determinados bens do património cultural e natural se revestem de excepcional interesse que necessita a sua preservação como elementos do património mundial da humanidade no seu todo; Considerando que, perante a extensão e a gravidade dos novos perigos que os ameaçam, incumbe à colectividade internacional, no seu todo, participar na protecção do património cultural e natural, de valor universal excepcional, mediante a concessão de uma assistência colectiva que sem se substituir à acção do Estado interessado a complete de forma eficaz; Considerando que se torna

³³ Paris, de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972.

indispensável a adopção, para tal efeito, de novas disposições convencionais que estabeleçam um sistema eficaz de protecção colectiva do património cultural e natural de valor universal excepcional, organizado de modo permanente e segundo métodos científicos e modernos.”³⁴

Esta Convenção redefine os conceitos de *Património Cultural e Natural*, reflecte acerca da protecção nacional e protecção internacional do património cultural e natural, delibera a criação de um Comité intergovernamental para a protecção do património mundial, cultural e natural (*Comité do Património Mundial*), constitui um Fundo para a protecção do património mundial, cultural e natural, regulamenta as condições e modalidades de assistência internacional, propõe a promoção de programas educativos e impõe aos Estados a criação de relatórios onde expressem as disposições legais criadas para a implementação da Convenção e as experiencias retiradas com a sua aplicação.

A Convenção destaca-se também pela pertinência do artigo 5º e 8º nos quais se responsabilizam os Estados pela criação de políticas, organismo e condições favoráveis à protecção do património de uma forma activa e concreta que possibilite a sua salvaguarda, deliberando também a constituição do *Comité do Património Mundial* para a protecção do património cultural e natural de valor universal excepcional, através do qual os países devem endossar um inventário dos bens do património cultural e natural situados no seu território e susceptíveis de serem inscritos na *Lista de Património Mundial*.

A década de 80 do século XX, potenciada pela euforia em torno da C.E.E.³⁵, foi bastante proveitosa para o debate sobre o Património e a sua ligação com as populações, com o meio e o urbanismo.

Os aspectos mais expressivos desta década resultaram na criação da *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades e Áreas Urbanas e Históricas – Carta de Washington* (ICOMOS, 1987) que, em conjunto com várias outras Convenções da mesma época, determinavam um novo olhar para a salvaguarda, conservação e qualidade das cidades históricas³⁶.

³⁴ Cf. o texto da *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*.

³⁵ À Comunidade Económica Europeia (C.E.E.) aderiram durante a década de 70 o Reino Unido, a Irlanda e a Dinamarca (1973), e durante a década de 80 a Grécia (1981), e, em 1986, Portugal e Espanha.

³⁶ Em Portugal o primeiro Centro Histórico Classificado data de 1983, ano em que o *Centro Histórico de Angra do Heroísmo* (Região Autónoma dos Açores) foi classificado pela UNESCO como Património da

Esta nova visão acautelava para o necessário relacionamento entre os diferentes espaços urbanos (espaços construídos, espaços livres e espaços verdes), a forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior), tais como eles se definem pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração, e para a prevalência dos valores estruturais primitivos, sobre a construção nova e contemporânea privilegiando, desse modo, a sua qualidade de documento histórico, expressos pelos valores próprios das civilizações urbanas tradicionais³⁷.

A prática do restauro deixa de ser entendida como um elemento negativo e passa para um plano de utilização de recurso devidamente regulamentada e enquadrada. Promove-se, desta forma, o reconhecimento da individualidade de cada intervenção de restauro e introduz-se um critério de intervenção mínima, e em qualquer momento reversível, não descaracterizador do programa inicial, que reflecta as diferenças evidentes entre as preexistências e os novos elementos restaurados ou introduzidos.

A continuidade da *Carta de Washington* para com as directivas antecessoras, emancipa o papel da investigação histórica e científica sobre os monumentos e as suas especificidades, na procura de soluções mais solidárias e menos intrusivas a aplicar nos processos de conservação e restauro.

A *Carta de Cracóvia*, redigida no âmbito da *Conferência Internacional sobre Conservação realizada no ano de 2000*, estabelece uma relação muito próxima entre os objectivos definidos em Cartas anteriores como a *Carta de Washington* e a *Carta de Veneza*, e debruça-se sobre o processo de crescente multiculturalidade em que a Europa se encontra envolvida, pela diversidade de valores associados ao património móvel, imóvel e intelectual, a partir dos quais poderão resultar diferentes significados susceptíveis de possíveis conflitos de interesse.

O Património é assumido com um elemento integrado na sociedade e, por isso, também ele em constante mutação. Cabe a cada Estado, dentro das suas competências e responsabilidades, a preservação e conservação do seu Património, importante para instituição de valores comuns e para perpetuação da memória colectiva:

Mundial. A este seguiram-se as classificações dos centros históricos de Évora (1986), Porto (1996) e Guimarães (2001).

³⁷ Cf. Carta de Washington - *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*, Washington, 1987 (trad. Portuguesa, feita pelo autor através dos textos originais em francês e inglês).

“A Europa actual caracteriza-se pela diversidade cultural e, assim, pela pluralidade de valores fundamentais associados ao património móvel, imóvel e intelectual, o que implica diferentes significados que originam conflitos de interesse. Esta situação requer de todos os responsáveis pela salvaguarda do património cultural uma maior atenção aos problemas e às decisões a serem tomadas na prossecução dos seus objectivos. Cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património. Os monumentos, considerados como elementos individuais desse património, possuem valores que se alteram com o tempo. Esta alteração de valores, que podemos identificar em cada monumento é, afinal, uma das características do património, ao longo da História. Através deste processo de mudança de valores, cada comunidade desenvolve uma consciência e um conhecimento da necessidade de preservar os bens culturais construídos, pois eles são portadores dos seus próprios valores patrimoniais comuns. Este processo não pode ser objecto de uma definição redutora. Apenas se pode indicar o modo segundo o qual pode ser identificado. Os instrumentos e os métodos utilizados para uma correcta preservação do património devem adaptar-se às situações concretas, que são evolutivas, sujeitas a um processo de contínua mudança. O contexto particular de escolha destes valores requer a elaboração de um projecto de conservação e a tomada de uma série de decisões que constituem o projecto de restauro, de acordo com critérios técnicos e organizativos apropriados.”³⁸

A *Carta de Cracóvia* impõe que a manutenção e reparação do património arquitectónico, urbano e paisagístico seja parte fundamental do processo de conservação do património devendo-se, para isso, proceder-se a uma análise contínua e pormenorizada do património, através de testes, análises, inspecções e de relatórios apropriados e periódicos, que possibilitem antecipar as necessidades de intervenções ou possíveis degradações.

A *Carta* reconhece a importância do *restauro* (condenando no entanto o *restauro estilístico*) e concede-lhe uma forte componente especializada com recurso à ciência e à tecnologia, no qual devem participar todas as disciplinas pertinentes para o processo. Esta especialização dos processos e dos técnicos de património está presente na recomendação para que a coordenação seja assegurada por uma pessoa qualificada na

³⁸ Carta de Cracóvia 2000 - Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, Cracóvia, 2000 (trad. Portuguesa, feita pelo autor através dos textos originais em francês e inglês).

área da conservação e restauro e na elaboração de um *projecto de restauro* cuidadoso, minimizando os impactos negativos de possíveis inaptações ou constrangimentos conceptuais em fases importantes da aplicação dos processos.

Em resumo, a *Carta de Cracóvia* estabelece objectivos para a manutenção, reparação e conservação do património, determina a relação entre os diferentes tipos de património construído, confere regras para a gestão das cidades históricas e do património cultural, apresenta metas para a formação e educação de técnicos e população em geral, explica a importância das medidas legais para a protecção e conservação do património e, por último, redefine os conceitos de *Património*, *Monumento*, *Autenticidade*, *Identidade*, *Conservação*, *Restauro* e *Projecto de Restauro*.

Todavia, e apesar dos vários esforços registados internacionalmente para a obtenção de um consenso mais alargado, podemos e devemos tomar como exemplo o incidente registado em 2001 com os *Buddhas de Bamiyan*, no Afeganistão, conforme recorda Maria do Céu Simões Tereno num artigo publicado sobre a salvaguarda de monumentos arquitectónicos de carácter religioso³⁹. A destruição deste património classificado por motivos político-religiosos, contra todos os esforços e pareceres internacionais, marcou um ponto de viragem no relacionamento entre os Estados, nos tratados de cooperação para a *salvaguarda e conservação* do património, mas também no reconhecimento do valor do bem classificado.

2. A Legislação sobre o Património em Portugal

Em Portugal⁴⁰, como em grande parte da Europa, a preocupação com a conservação e o restauro patrimonial, esteve em grande medida ligado à necessidade de responder aos

³⁹ Maria do Céu Simões Tereno. **Salvaguarda de Monumentos Arquitectónicos de Carácter Religiosos - A Sé de Évora**. 2009. p. 35. In: <http://www.rdpc.uevora.pt/handle/10174/2769>. Consultado em 18.01.2012.

⁴⁰ “O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa.” Lei 13/85 do Património Cultural Português

O conjunto de bens materiais que fazem parte do Património Cultural podem ser considerados, segundo a sua tipologia, móveis ou imóveis. Fazem parte bens imóveis castelos, igrejas, casas, praças, conjuntos urbanos, e ainda locais dotados de expressivo valor para a história, a arqueologia, a paleontologia e a ciência em geral. Nos bens móveis incluem-se, por exemplo, pinturas, esculturas e artesanato. Nos bens imateriais considera-se a literatura, a música, o folclore, a linguagem e os costumes.

contínuos processos de construção, destruição e reconstrução que marcaram os períodos de longas campanhas militares. Os meios urbanos, sempre mais atingidos por estas eventualidades, estiveram desde sempre expostos aos avanços e recuos registados nos processos de conquista e reconquista, absorvendo, como consequência, diversas influências culturais e artísticas. Esta “Europa bélica” contribuiu em muito para a construção, reconstrução, acrescento e desaparecimento de um conjunto muito amplo de edifícios militares, religiosos, nobres e civis. Todavia, poder-se-á dizer que, de entre as várias civilizações que ocuparam o território nacional, a presença romana, islâmica e judaica foram as que mais influenciaram o planeamento urbanístico lusitano, conferindo-lhe características muito próprias e diferenciadas.

Em oposição ao mundo urbano, no meio rural estas transformações e influências introduziram-se de uma forma mais “suave” e com um ritmo menos acelerado. Tradicionalmente mais pobre e iletrado, o meio rural assimilou as novas influências através da acção directa ou indirecta de grandes senhores feudais ligados à nobreza e à igreja que, através de obras próprias ou doações, encomendavam a canteiros experientes e oriundos de grandes centros artísticos (sedes episcopais ou de influência régia) projectos com inspiração nas novas tendências.

A preocupação em regular a conservação e restauro dos edifícios públicos (fortificações, igrejas, poços e cisternas) essenciais à subsistência das populações, principalmente em zonas de fronteira⁴¹, permitiu, assim, a criação dos primeiros esboços de legislação neste campo.

D. Afonso III (1210-1279) foi, neste particular, um dos primeiros monarcas portugueses a implementar medidas concretas que possibilitassem a conservação e preservação do património. Conhecido como o *Bolonhês*, D. Afonso III introduziu as primeiras obrigações contributivas que pretendiam atingir três grandes objectivos específicos: repovoar o território, reorganizar administrativamente o reino (Inquirições Gerais e 1258) e reforçar o sistema defensivo⁴². As contribuições continuaram a exercer um papel importante durante os reinados seguintes para a conservação do património,

⁴¹ Um exemplo dessas transformações é *Contrasta*, hoje Valença do Minho. O conjunto fortificado actual é o resultado de séculos de transformações a nível urbano, motivadas pelas evoluções no campo militar que lhe mudaram não só a fisionomia, mas também a designação.

⁴² “D. Afonso III revelou-se um grande administrador, tendo-se preocupado com o povoamento do reino, com a reparação de castelos e vilas, tendo para isso, seguindo uma política de grande abertura na concessão de forais.” Manuel de Sousa. **Reis e Rainhas de Portugal**. Mem Martins: Sporrpress, 2002. p. 44.

em especial militar e religioso, mas a partir do reinado de D. Dinis (1261-1325), o *Lavrador*, a tendência foi para a sua progressiva diminuição até ao reinado de D. João I (1357-1433).

Devido às intensas investidas castelhanas e às vicissitudes criadas com o processo de sucessão que levou ao trono o então Mestre de Avis, filho ilegítimo de D. Pedro I e meio irmão de D. Fernando I, foram implementadas fortes medidas de conservação, restauro e reforço das principais praças nacionais, nomeadamente as da linha de fronteira. Este processo de conservação continuou, com mais ou menos intensidade⁴³, até ao reinado de D. Manuel I. Todavia, é necessário referenciar, em 1446, as *Ordenações Afonsinas* (reinado de D. Afonso V), compêndio importantíssimo que reunia num único código todas as leis que se encontravam dispersas, contribuindo assim para a homogeneidade dos procedimentos em todo o reino.

O período compreendido entre 1580 e 1640, referente à terceira dinastia (*Dinastia Filipina*) não foi um período propriamente feliz para a salvaguarda e conservação do património português. A *União Ibérica*⁴⁴ através de uma coroa com forte pendor castelhano determinou a degradação de várias praças e infra-estruturas do reino, só restauradas posteriormente durante as *Guerras da Restauração*.

Os reinados de D. Manuel I (1469-1521) e de D. João V (1689-1750) tiveram grande um grande impacto para a promoção da conservação e preservação do património português. No primeiro caso, o legado deixado por Duarte D' Armas no seu *Livro das Fortalezas*, permitiu analisar e responder às principais deficiências que se então fragilizavam o reinos, nomeadamente na sua componente fortificada. Durante este reinado procedeu-se a um intenso trabalho de restauros e reforço das principais praças de fronteira e promoveu-se a melhoria significativa da qualidade de vida das populações com a publicação de novos forais e a aplicação de algumas reformas administrativas:

“A política interna do seu reinado caracterizou-se por várias medidas de sensatas. Reuniu quatro vezes as cortes, procedeu à reforma de muitos forais,

⁴³ A epopeia dos *Descobrimentos* modificou a vida do reino e implementou novas prioridades. A expansão marítima e militar para outros continentes obrigaram a um esforço acrescido de construção de novas fortificações, à manutenção de um grande dispositivo militar e à alteração de alguns hábitos culturais.

⁴⁴ “*Entra-se nesta altura (1580-1640), numa fase de dominação filipina. No entanto não se pode falar de uma fusão de Portugal e de Espanha, já que a solução política adoptada foi a de que nenhuma das nações abdicaria da sua autonomia, apenas tinham um monarca comum.*” Manuel de Sousa. Ob. cit. p. 108.

recuperou algumas das fortificações do Reino, organizou o Estado, promoveu a reforma dos Estudo Gerais, incentivou a saída de estudantes para o estrangeiro com bolsas de estudo e chegou a pensar em criar uma nova universidade em Évora, projecto que só se realizou mais tarde.”⁴⁵

No segundo caso, em parte incentivado pelo exemplo da corte francesa e pela descoberta de ouro e diamantes no Brasil, D. João V enceta um conjunto de iniciativas de promoção cultural e de protecção do património, possivelmente as mais completas até à data, verificando-se um cuidado especial com a arte e com os “vestígios de civilizações passadas”, estabelecendo como limite cronológico o reinado de D. Sebastião.

A criação da *Academia Real Portuguesa da História*, conforme decreto de 8 de Dezembro de 1720, fomentou o estudo e preservação de um conjunto muito amplo de bens patrimoniais, lançando as bases teóricas para conservação e restauro em Portugal. O *Alvará régio de 20 de Agosto de 1721* reforça, assim, a importância do património cultural e artístico para o monarca, mas também para o reino, apontado às câmaras das cidades e vilas do reino a responsabilidade de cuidar e conservar os bens que se encontrem nos seus domínios. À Academia Real Portuguesa da História cabe, segundo o mesmo documento, a missão de estudar e proteger os bens que se achem necessários à preservação da memória colectiva e que se encontram devidamente identificados no alvará:

“Datam do reinado de D. João V as primeiras medidas para salvaguarda do património cultural. O Alvará (...) proibia a demolição de monumentos, estátuas e mármore, protegia as medalhas e moedas antigas e cometia às câmaras municipais a obrigação de conservar e preservar as antiguidades já descobertas ou que se viessem a descobrir nas respectivas áreas de jurisdição.”⁴⁶

A passagem para o século XIX introduziu mudanças radicais na política, na economia e na cultura portuguesa. O país encontrava-se em crise e a população desencorajada perante os sucessivos e nefastos acontecimentos registados em tão curto espaço de tempo. Em somente um século, a população portuguesa teve que ultrapassar

⁴⁵ Manuel de Sousa. Ob. cit. p. 84.

⁴⁶ João Medina. **História de Portugal. Portugal Absolutista (II)**. Vol. IX. Amadora: Edita Ediclube, 2004. p. 153.

os problemas causados pelas *Invasões Francesas* (1807-1810), pela transferência da Corte para o Brasil (1807-1821), pelas *Guerras Liberais* que opuseram D. Pedro IV (D. Pedro I, Imperador do Brasil) a D. Miguel I (1828-1834), pela extinção das Ordens Religiosas e Militares (1834), pelo confronto entre o ideário ultra romântico e a *Geração de 70*, pela *Conferência de Berlim* (1884) à qual esta ligada a contenda relativa ao *Mapa cor-de-rosa* e ao conseqüente *Ultimato Inglês* (1890), pela abolição da escravatura que constituía um elemento importante da economia nacional e, por último, o descrédito generalizado em torno da Monarquia que levaria, mais tarde, ao regicídio (1 de Fevereiro de 1908) e à substituição do regime monárquico pelo republicano no dia 5 de Outubro de 1910.

O século XIX foi um período conturbado da história portuguesa durante o qual a salvaguarda e conservação patrimonial pressupôs mais uma questão de identidade cultural personificada por particulares e associações de cariz cultural, formada por intelectuais ligados à literatura e às artes, que um acção concertada pelo Estado. A instabilidade política, económica e social que se registava no país, assim como as contendas internacionais referentes às possessões coloniais (*Ultimato Inglês*), fomentaram um espírito patriótico em torno de elementos que pudessem identificar as honrosas raízes nacionais e a importância de Portugal como potência internacional secular. Perante a impotência do Estado em conservar e proteger o seu património, vários intelectuais, como Alexandre Herculano (1810-1877)⁴⁷, Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871) e Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), encetaram a análise histórica de Portugal e das suas raízes através de várias publicações de carácter bastante controverso e revolucionário, fazendo questão de alertar, por exemplo, para o estado em que muitos bens se encontravam, em especial aqueles que, pela acção da guerra ou do seu estado devoluto (em consequência da extinção das Ordens Religiosas e Militares), pressupunham um maior risco de desaparecimento.

O ano de 1834 marca, por várias razões sociais e políticas, o início de diversas publicações no âmbito do estudo histórico e da conceptualização sobre património, teorizando e propondo estratégias para a preservação, conservação e restauro do

⁴⁷ “*Poeta* (Tristezas do Desterro, 1838) e *romancista* (Eurico, o Presbítero, 1844), teve a paixão da reconstituição histórica, elevando os estudos de História à sua consideração científica. É um dos grandes escritores da geração romântica, desenvolvendo os temas da incompatibilidade do homem com o meio social e experienciando a dimensão ética do escritor face à incompreensão do mundo”. In: <http://cvc.instituto-camoes.pt/literatura/herculano.htm>. Consultado em 20.09.2011.

património português. Publicações como o periódico *O Panorama*, do qual Alexandre Herculano foi um dos principais responsáveis, permitiram a divulgação e “massificação” do conceito de património, intimamente envolvido com o de *herança cultural portuguesa*.

A criação de associações como a *Sociedade Arqueológica Lusitana* (1849), primeira associação nacional de arqueologia⁴⁸, e da *Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses* (1864)⁴⁹, permitiu um incremento importantíssimo na defesa, salvaguarda, conservação, classificação e restauro do património. Na verdade, coube a esta última associação a publicação, a partir de 1876, de uma revista própria especializada na área da arquitectura e da arqueologia, o *Boletim de Arquitectura e Arqueologia*, assim como a elaboração, em 1880, da primeira lista de imóveis a classificar como *MN*. Contudo, constrangimentos jurídicos e económicos tornaram inviável a aplicação prática da iniciativa de classificação. Só mais tarde, durante a *Primeira República* (1910-1926), esta iniciativa será concretizada através da publicação da lista de imóveis a classificar como *MN*:

“(…) por influência sobretudo de D. Fernando II, se começou a pensar na conservação e restauro dos monumentos históricos, tendo-se criado, anos mais tarde (ao que julgamos em 1882), a Comissão dos Monumentos Nacionais que, pelo Decreto de 9 de Dezembro de 1898, passou a designar-se Conselho Superior dos Monumentos Nacionais e, pelo Decreto de 24 de Outubro de 1901, Conselho dos Monumentos Nacionais. Foi, aliás, sob a égide deste último Conselho que foram realizadas, entre nós, as primeiras classificações de monumentos nacionais.”⁵⁰

Em Portugal a proliferação de interesses, instituições e conceitos ligados ao património não surgem de forma isolada. Por toda a Europa se discute o património cultural e a necessidade de protegê-lo. Tal como Portugal, também em França e em

⁴⁸ Esta associação, da qual Manuel da Gama Xero foi um dos principais dinamizadores, contará com o apoio de algumas das personalidades mais importantes e influentes da época, destacando-se nomes sobejamente conhecidos como os de Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Feliciano Castilho. Cf. <http://algarvivo.com/arqueo/arqueologos/intro.html>. Consultado em 15.09.2011.

⁴⁹ “Em 1863 é formalizada a primeira associação de arquitectos, a Associação dos Arquitectos Civis Portugueses, por iniciativa do arquitecto da casa real, Joaquim Possidónio da Silva, logo designada por Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses”. In: <http://arquitectos.pt/?no=101068,215>. Consultado em 15.09.2011.

⁵⁰ José Casalta Nabais. **Introdução ao Direito do Património Cultural**. 2ªed. Coimbra: Edições Almedina, 2010. p. 90.

Espanha o património cultural é discutido e teorizado⁵¹. São criadas instituições com funções específicas talhadas para o estudo, conservação e protecção do património.

A criação do *Conselho Superior de Belas Artes* e dos *Conselhos de Arte e Arqueologia* através da Lei nº 1700 de 18 de Dezembro de 1924, permitiu regulamentar algumas práticas relativas ao património cultural e definir a missão destas instituições, lançando as bases para a criação, já em pleno *Estado Novo*, da *DGEMN* (1929).

A *DGEMN* foi indubitavelmente uma das instituições mais marcantes do governo de António Oliveira Salazar. O aumento progressivo das competências e da influência desta direcção geral possibilitou uma acção bastante forte e presente em todos os campos do património cultural. A preocupação por parte do *Estado Novo* em criar um quadro jurídico que proporcionasse a concretização da missão da *DGEMN* resultou na criação, durante as décadas de 30 e 40 do século XX, de um conjunto de leis de salvaguarda e protecção do património bastante interessante que distingue claramente a noção de *MN* e de *imóvel de interesse público*, nas quais se aplica, pela primeira vez, o conceito de *zona especial de protecção*.

De entre o variado dispositivo legal produzido durante este período destaca-se, em 1937, a publicação do Decreto-Lei n.º 27 633 de 3 de Abril, em que o Estado intervém directa e activamente sobre a guarda e protecção das obras de arte e peças arqueológicas, regulamentando o tráfico ilícito de bens culturais. Destaca-se também, o acordo alcançado entre o Estado Português e a Santa Sé, confirmado pela Lei n.º 1984 de 30 de Maio de 1940, em que Portugal se compromete a devolver a propriedade dos templos católicos à Igreja, exceptuando aqueles que se encontrem classificados com a designação de *MN* ou imóvel de interesse público, apaziguando, desta forma, os conflitos resultantes da instauração da Primeira República e que degradaram durante largos anos as relações entre Portugal e o Vaticano. Esta Concordata entre Portugal e a Santa Sé possuía vantagens evidentes, das quais se podem realçar dois aspectos estratégicos e de grande importância. O primeiro, relacionado com a necessidade por parte do Estado Novo em retomar as relações de cordialidade com o Vaticano, apaziguando os clérigos portugueses e legitimando o *estado totalitário* então vigente. Segundo, atribuindo responsabilidades a terceiros relativamente à preservação e

⁵¹ No caso francês foi criada, em 1830, a Inspeção Geral dos Monumentos Históricos, enquanto em Espanha foram criadas, em 1844, as comissões provinciais de monumentos e, dez anos depois (1854), a constituição da Comissão Central de Monumentos. Cf. José Casalta Nabais. Ob. Cit. p.89-90.

conservação de um imenso património (mosteiros, conventos, igrejas e capelas) para o qual o Estado não tinha capacidade económica e administrativa suficiente para fazer a sua gestão.

A lógica legislativa encontrada durante estas duas décadas residia em definir as competências dos diferentes organismos face à preservação e conservação do património. A publicação da Lei n. 2 032 de 11 de Junho de 1949 veio, assim, dissipar algumas das dúvidas quanto ao papel das Câmaras Municipais para a promoção, salvaguarda e classificação do património concelhio, aproximando a legislação portuguesa das directivas presentes na *Carta de Atenas* de 1931. Introduzia-se pela primeira vez, com esta lei, os conceitos de *valor concelhio*, de *conjunto* e de *valor paisagístico*, para além de dispor sobre a classificação da generalidade dos bens móveis⁵².

Até à queda do regime, a DGEMN exerceu uma actividade bastante intensa, mas cada vez mais distante das orientações e recomendações internacionais apresentadas em várias convenções até à década de 70. A preferência pelo *restauro estilístico*, já caído em desuso por toda a Europa, tornou a acção da DGEMN ultrapassada e presa a um regime que procurava vincular a população a paradigmas de um passado glorioso, muitas vezes fantasiado.

As mudanças implementadas com a queda do regime, durante e após o período revolucionário de 1974, trouxeram benefícios evidentes à gestão do património. Exemplos claros das mudanças introduzidas durante este período foram a criação do *IPPC*⁵³, do *IPA*⁵⁴, do *IPPA*⁵⁵, do conceito de *Área Protegida*⁵⁶, da *Secretaria de Estado do Ambiente*⁵⁷ e do SNPRPP (organismo dotado de personalidade jurídica e autonomia

⁵² Cf. José Casalda Nabais e Suzana Tavares da Silva. **Direito do Património Cultural. Legislação.** Coimbra: Edições Almedina, 2006. p. 97.

⁵³ Decreto-Lei n.º 59 de 3 de Abril de 1980. Lei Orgânica aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 34 de 2 de Agosto de 1980.

⁵⁴ Lei Orgânica aprovada pelo Decreto-Lei n.º 117 de 14 de Maio de 1997.

⁵⁵ Decreto-Lei n.º 106/F de 1 de Junho de 1992. Lei Orgânica aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 120 de 16 de Maio de 1997.

⁵⁶ Lei n.º 9/70 de 19 de Junho de 1970.

⁵⁷ Decreto-Lei n.º 550/75 de 30 de Setembro de 1975.

administrativa e financeira, antecessor do ICN⁵⁸), cuja vocação científica e experimental permitiu um novo olhar sobre a preservação, a conservação e o restauro do património, mas também a constatação da crescente preocupação em torno das questões ambientais e da biodiversidade. Na realidade, estes institutos surgem da necessidade em encontrar grupos de trabalho especializado e multidisciplinar capaz de intervir nas diferentes tipologias de património, fomentado o acompanhamento e análise científica rigorosa dos bens patrimoniais, aproximando as práticas nacionais com as recomendações e a *práxis*⁵⁹ internacional na área do património. É neste sentido que estes organismos públicos irão promover, durante a sua existência, várias actividades ligadas à promoção cultural e à promoção do património, em especial através de publicações periódicas de elevado teor técnico e científico, como a *Revista Monumentos* (DGEMN) e a revista *Estudos/Património* (IPPA) que permitiram uma maior projecção e visibilidade das práticas de conservação e restauro realizadas no país e no estrangeiro.

A década de 80 foi bastante proveitosa em termos legislativos e introduziu bastantes novidades no campo do Património. A publicação em 1983 do Decreto-Lei n.º 49/83 de 31 de Janeiro, possibilitou a criação do SNPRCN⁶⁰ que teve, durante a sua existência, uma acção significativa na área da preservação e conservação da natureza.

Porém, um dos marcos mais interessantes para o património cultural surgido da herança dos pós 25 de Abril, foi a constituição e conseqüente promulgação da *Lei do Património Cultural* em 1985⁶¹, que lançou as bases para protecção de um conjunto mais amplo de bens patrimoniais. Como novidade, introduz-se a *valorização do património imaterial* como bem a preservar, situação nem sempre contemplada em legislações anteriores. A versão de 1985 da Lei do Património Cultural, devido às conseqüentes insuficiências averbadas pela sua inadaptação às mudanças sociais, culturais e políticas registadas nas últimas décadas, foi recentemente alterada⁶². A *Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural*, apesar de apresentar premissas mais ambiciosas e equilibradas que a anterior, pretende

⁵⁸ Cf. <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Quem+Somos/?res=1024x600>. Consultado em 25/09/2011.

⁵⁹ *Práxis*, no seu sentido mais amplo, representa a actividade humana em sociedade e na natureza.

⁶⁰ Decreto Regulamentar n.º 3/86 de 8 de Janeiro de 1986.

⁶¹ Lei n.º 13 de 6 de Julho de 1985.

⁶² Lei n.º 107 de 8 de Setembro de 2001.

ser um reforço dos princípios já iniciadas com a sua antecessora incluindo, para isso, novas directivas mais consentâneas com a contemporaneidade, aumentando o seu raio de acção para as políticas de gestão e valorização do património, aproximando as práticas jurídicas nacionais às recomendações enfatizadas pelas instituições e convenções internacionais de protecção do património.

No que respeita à conservação e preservação da natureza, destaca-se em 1993⁶³ a aprovação do novo regime jurídico de classificação de *áreas protegidas* e, conseqüentemente, a criação do ICN que, em 2007⁶⁴, daria lugar ao ICNB, organismo responsável por várias iniciativas no campo da conservação e valorização do património natural e defesa da biodiversidade⁶⁵:

*“O ICNB tem por missão propor, acompanhar e assegurar a execução das políticas de conservação da natureza e da biodiversidade e a gestão das áreas protegidas, visando a valorização e o reconhecimento público do património natural.”*⁶⁶

Apesar do quadro jurídico actual ser bastante eclético, as maiores dificuldades continuam a residir na falta de hábitos culturais por parte das populações para a preservação e conservação do património. A falta de um projecto nacional de educação para a cultura e a insensibilidade de muitos responsáveis por instituições públicas e privadas para as problemáticas do património, aliada à deficiente fiscalização por parte das autoridades competentes, tem possibilitado, ainda que cada vez mais de forma pontual, um sentimento de impunidade que “contamina” as populações e suscita atritos sociais que podem ser nefastos para a correcta e efectiva gestão do património cultural e natural.

⁶³ Decreto-Lei n.º 193/93 de 24 de Maio de 1993.

⁶⁴ Decreto-Lei n.º 136/2007, D.R. n.º 82, Série I, de 27 de Abril de 2007. A aprovação dos Estatutos do ICNB foi confirmada pela Portaria n.º 530/2007, de 30 de Abril. Por Despacho n.º 20137, D.R. n.º 170, Série II, de 4 de Setembro de 2007, são as unidades orgânicas do ICNB. Cf. <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Quem+Somos/?res=1024x600>. Consultado em 25.09.2011

⁶⁵ Cf. <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Quem+Somos/?res=1024x600>. Consultado em 26.09.2011.

⁶⁶ In: <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Quem+Somos/Miss%C3%A3o-Atribui%C3%A7%C3%B5es/?res=1024x600>. Consultado em 20.09.2011.

Capítulo II – O Mosteiro de S. Fins de Friestas

1. Contextualização Geográfica

<u>Designação:</u> Mosteiro de S. Fins de Friestas	<u>Coordenadas Geográfica:</u> 42°1'52"N 8°34'56"W
<u>Altitude:</u> Aproximadamente 200 metros.	<u>Freguesia:</u> Sanfins
<u>População (freguesia):</u> 154 habitantes (Censos de 2001)	<u>Concelho:</u> Valença do Minho
<u>Distrito:</u> Viana do Castelo	<u>Região:</u> Região Norte (NUTS II) Sub-região Minho-Lima (NUTS III)

A Igreja do Mosteiro de S. Fins de Friestas, MN desde 1910⁶⁷, constitui um dos expoentes máximos do denominado *Românico Português da Ribeira Minho*, atesta os vários séculos de ligações luso-galaicas e é o elemento mais admirável do conjunto monástico de S. Fins.

Do centro da cidade de Valença dista aproximadamente 12 km, estando as acessibilidades, até muito perto do Mosteiro, em bom estado, fazendo-se o restante percurso (cerca de 150m entre o parque de estacionamento e a porta de entrada na Cerca do Mosteiro) preferencialmente a pé, tendo em conta a precariedade das acessibilidades principalmente em períodos de chuvas intensas.

O Rio Minho, do qual outrora o Mosteiro se abastecia (entre outros, de lampreia, sável e salmão) e o guardava de incursões inimigas, encontra-se próximo, cerca de 5km, servindo de testemunho à proximidade entre o Mosteiro e a cidade galega de Tui, que

⁶⁷ Classificada MN por Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910; Decreto n.º 14 425, DG n.º 228, de 15-10-1927. A classificação não pressupõe a criação de uma ZEP que comportasse todo o espaço edificado, o que resultou numa “separação” negativa e perversa entre o classificado e o não classificado, ambos indissociáveis de um mesmo conjunto patrimonial, contribuindo de forma célere para o seu avançado estado de degradação.

foi durante largo período sede de bispado no qual S. Fins estava inserido até passar, numa fase posterior, para a área de influência da diocese de Braga⁶⁸ e, por último, de Viana do Castelo⁶⁹.

A cidade de Valença e o Mosteiro de S. Fins encontram-se relativamente perto dos grandes centros populacionais situando-se a cerca de 75km de Braga, a 120km do Porto, a 80km de Barcelos, a 56km de Viana do Castelo e a 420km de Lisboa – do lado português; La Coruña fica a 200km de distância, Santiago a 120km, Pontevedra a 60km, Vigo a 35km e a Ourense a 100km de distância – do lado espanhol.

Em termos económicos, na freguesia à qual pertence o cenóbio têm grande incidência o sector primário e o sector terciário, sendo a agricultura e a extracção de pedra os principais focos de actividade. As décadas de 80 e 90 do século XX, com o crescimento de Valença como grande centro de comércio tradicional do noroeste peninsular e o surgimento, ainda que pontual, de alguma indústria, levaram à desertificação de parte da freguesia por troca com o “novo” centro urbano que por essa época surgia em Valença. A emigração acabaria também por se expressar com grande força, lavando consigo uma boa fatia da população jovem de S. Fins e do concelho de Valença.

A paisagem bucólica que se pode contemplar do Mosteiro, o seu “isolamento” e o património natural que o envolve são os seus principais e mais fortes atributos, atraindo anualmente milhares de turistas e visitantes.

2. História do Mosteiro no País e na Região

O Mosteiro de S. Fins de Friestas surge como parte integrante de um movimento religioso que se foi alastrando com maior impacto a partir do século VI, mas que já se

⁶⁸ Devido ao Grande Cisma do Ocidente, muitos cónegos pertencentes à Sé de Tui mudam-se para Valença, instituindo em Valença, entre 1378 e 1854 uma Colegiada, designada por Colegiada Eclesiástica de Valença (aparecendo também referencias a esta Colegiada como “Sé de Valença”), tendo como sede a Igreja de Santo Estêvão, possuindo administração autónoma e administrando os territórios que pertenciam ao bispado de Tui que estavam do lado português e passa a “catedral” do bispado de Ceuta, sendo posteriormente integrada no arcebispado de Braga.

⁶⁹ Fundada em 3 de Novembro de 1977 por desmembramento da arquidiocese de Braga.

vinha registando desde os princípios do século IV⁷⁰, numa Europa Medieval cada vez mais dependente das estruturas religiosas.

Para esta propagação destaca-se o papel fundamental do imperador romano Constantino, o Grande⁷¹. A acção deste Imperador permitiu, de uma forma gradual, uma maior tolerância religiosa e uma posição cada vez mais privilegiada da Igreja face ao Politeísmo então vigente, e que permitira o reforçar do movimento religioso cenobítico (primeiro no Oriente, depois a Ocidente).

O Édito de Milão, resultado do desfecho das conferências realizadas em Milão entre Constantino e Licínio⁷², demonstra as tendências tolerantes de Constantino I:

*“Como imperador tanto do Oriente como do Ocidente, Constantino reformou a as estruturas do Império. Concedeu uma nova posição aos bispos e igualando-os com a categoria de senadores, transformando-os quase em funcionários do Estado. Em teoria, a Igreja e o Estado depressa passaram a ser uma só entidade, apesar da desunião e da controvérsia continuarem a persistir no seio da Igreja, bem como entre Igreja e o Estado. Constantino, ao favorecer agora o cristianismo, não o transformou na religião oficial ou «determinante» do Império. No entanto, deu presentes, doações, e propriedades às igrejas cristãs e mandou construir várias basílicas, incluindo a de São Pedro em Roma. Utilizou também símbolos cristãos na sua cunhagem de moedas e insígnias romanas, e declarou o domingo como dia de descanso, substituindo assim a celebração semanal da Mitra.”*⁷³

⁷⁰ Em 360 com Martinho de Tours, em 424 com Agostinho de Hipona e posteriormente na viragem para o século VI com Cesário de Arles. Do século VI assinala-se ainda a acção evangelizadora de S. Martinho de Dume (m. 597), conhecido como o “apóstolo dos Suevos” que, fixando-se perto de Braga no ano de 550, contactou de forma muito próxima com a corte de Teodomiro, a quem converteu ao cristianismo juntamente com o seu povo. O seu trabalho evangelizador seria em 556 recompensado com o bispado da diocese de Dume e seguidamente, no ano de 569, com o arcebispado de Braga.

⁷¹ Nascido no ano de 272 em *Naissus* (actual Sérvia), morreu a 22 de maio de 337 em *Nicomédia* (actual Turquia). Enquanto figura principal do Império Romano, Constantino I (Constantino Magno, ou Constantino o Grande) torna-se o primeiro imperador romano a professar o cristianismo, “arrancando-o” do obscurantismo e alimentado o exercício de culto. O Cristianismo passa, deste modo, de “seita” a religião “aceite pelo Império”, com a assinatura do *Édito de Milão*. É do Período Constantino que surgem os primeiros Cristogramas (monograma relativo ao culto Cristão), que pretendiam simbolizar o Cristianismo e que eram utilizados em múltiplos objectos como moedas, espadas, pinturas, esculturas e peças de vestuário.

⁷² Pierre Pierrard. **História da Igreja Católica**. Lisboa: Planeta Editora, 2002. P. 49 – 59.

⁷³ Michael Collins; A. Price Matthew. **História do Cristianismo – 2000 Anos de Fé**. s/l: Dorling kindersley, Lda/Circulo de Leitores. 2000. p. 58.

Como consequência do Édito de Milão sairia uma nova concepção geral sobre a tolerância religiosa, que visava um serenar da hostilidade de tempos passados e a tentativa de reparação das perdas e danos sofridos pelos cristãos. Mas, só com a subida do imperador Teodósio ao poder (379 – 395) é que o cristianismo assumiria uma posição mais privilegiada.

Um outro aspecto importante para a compreensão quer o processo de consolidação e expansão da própria Igreja, quer a formação das primeiras ordens monásticas é o aspecto da liturgia. A partir do século II, principalmente na segunda metade, e depois, durante o decurso do século III, o fenómeno litúrgico assumiu uma importância crescente, contribuindo não só para a divulgação dos “mistérios”, como para o próprio incremento de uma “massa” de seguidores cada vez maior e mais complexa. Nesse tempo, foi comum a realização de rituais em memória de mártires, no dia correspondente ao seu nascimento, com a celebração da eucaristia sobre as suas campas, seguindo-se posteriormente uma refeição tomada em conjunto⁷⁴.

Por outro lado, durante o decorrer do século IV realizam-se as transcrições e traduções do grego e aramaico para a língua latina dos textos referentes principalmente ao Novo Testamento. Dentro do mesmo espaço cronológico surgem, como elementos estruturantes para a Igreja Católica, a formação das principais comunidades litúrgicas, que se começam a diferenciar e a definir com maior perfeição entre a segunda metade do século IV e o século VII⁷⁵, agrupando-se preferencialmente em liturgias orientais e liturgias ocidentais, tendo em atenção as grandes metrópoles de então, Jerusalém, Antioquia⁷⁶, Corinto, Roma, Alexandria, Efésio e Cartago; a grande diferença residia, principalmente, na língua em que a mesma era professada:

“O intenso proselitismo⁷⁷ dos primeiros cristãos e a rigorosa disciplina assegurada pela condução dos bispos, que se foram tornando cada vez mais frequentemente celibatários e que, portanto, se consagravam com toda a intensidade à orientação das suas igrejas, permitiram a rápida expansão da

⁷⁴ Acompanhando a tradição cristã da *Última Ceia* e da comunhão em comunidade.

⁷⁵ Durante este período terá surgido a primeira edificação de uma pequena comunidade monástica onde hoje se encontra o Mosteiro de S. Fins, ainda durante o período Visigodo, como parecem comprovar as inscrições gravadas na pedra da porta de entrada da Igreja.

⁷⁶ Onde, pela primeira vez, os discípulos são designados como “*cristãos*”.

⁷⁷ O proselitismo consiste na pregação da doutrina cristã associada ao ensino e à assistência missionária às populações.

nova religião nas cidades de toda a bacia do Mediterrâneo, de oriente para o ocidente. O ideal de igualdade perante Deus acentuou o respeito pelos pobres e até pelos escravos da comunidade e levou a que fossem francamente favorecidos, em contraste com o que acontecia com as multidões de indigentes das cidades, profundamente desprezados pelos membros da aristocracia e mesmo da classe média.”⁷⁸

A introdução do monaquismo no contexto Europeu terá surgido principalmente através de várias concepções e formas primitivas de vida monástica “importadas” do oriente. Essas mesmas concepções foram desenvolvidas especialmente sob duas formas distintas: o anacoretismo⁷⁹ e o cenobitismo⁸⁰. Pese embora as duas modalidades de contemplação serem, de certa forma, legítimas no plano espiritual, no panorama europeu a última terá surgido, devido às suas características, com uma maior predominância.

O número de eremitas existentes, praticantes de uma nova perspectiva religiosa a nível individual, multiplicara-se, absorvendo um número cada vez maior de seguidores em todo o Oriente, transportando-se posteriormente este movimento para o Ocidente Europeu. Praticavam por meio de moldes mais ou menos ortodoxos⁸¹ um “programa” de meditação e contemplação que lhes permitissem atingir um êxtase espiritual o mais elevado e aperfeiçoado possível, de acordo com os parâmetros iniciais da religião que professavam, assim como atingir uma maior proximidade com Deus ou com a santidade, mediante formas de vida recatadas, de plena austeridade e rigor.

Não será portanto de estranhar que na conjuntura apresentada, os primeiros mosteiros a surgir preferissem lugares ermos, modestos e isolados, longe das “enfermidades” e dos desvios vindos do século. Deste desejo e necessidade de solidão e

⁷⁸ José Mattoso. **História de Portugal. Antes de Portugal.** Vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p. 256 – 261.

⁷⁹ Modo de vida ascética em que o individuo realiza a sua actividade contemplativa de forma solitária.

⁸⁰ O cenobitismo diferencia-se do anacoretismo, essencialmente pela actividade contemplativa através de uma forma comunitária.

⁸¹ Os estilistas, por exemplo, viviam no cimo de colunas ou fustes, em pequenas celas, pretendendo atingir uma maior proximidade com o “mundo superior” e uma maior distância em relação ao século. Colomban (Columbano), monge irlandês, propunha também ele uma *Regra* de tal modo baseada num rigorismo tão intenso que, apesar da sua aceitação durante finais do século VI e o século VII, a partir do século VIII acabaria por ser suplantada pelos princípios propostos pela *Regra* Beneditina, mais humana, de melhor cumprimento e menos “violenta” no que se refere às penitencias e suplícios inculcados.

introspecção espiritual pessoal, derivaria a palavra monge, que na sua origem etimológica (mono), o grego, significava: só, único, solitário.

Conicionados pela clausura e inspirados no exemplo de Cristo, dos apóstolos e em figuras como São Pacómio, Santo Agostinho e São Jerónimo, os monges professavam o seu distanciamento com o mundo que estava para além das paredes do mosteiro. Para além da dimensão de introspecção e meditação, que o monge deveria possuir e exercer na solidão da sua cela, o monge deveria estar intimamente ligado e enraizado com todo um conjunto de rituais que seriam realizados no seio da comunidade e por todos os que a compunham.

No caso da *Regra Beneditina*, para lá das suas celas, partilhavam zonas comuns do mosteiro (refeitório, botica, biblioteca e cozinha por exemplo) nas quais conviviam e desempenhavam várias tarefas, de acordo com a *Regra Beneditina*, “*Ora et Labora*”. O trabalho manual era obrigatório para todos (embora de natureza diversa, pois nos mosteiros existiam os religiosos conversos, que se dedicavam particularmente aos labores agrícolas, e os monges cujo trabalho manual se podia resumir à actividade da escrita e da iluminura), pois uma parte da subsistência, do equilíbrio e de uma certa independência/auto-suficiência do mosteiro perante outras entidades dependia directamente da realização dessas mesmas tarefas.

Tal como o Mosteiro de S. Fins, muitos outros foram surgindo⁸², “espalhando-se” por toda a Europa Ocidental, em locais escrupulosamente escolhidos tendo em conta particularidades naturais e geográficas, necessárias para o perfeito exercício da vida religiosa. A estes indicadores acresciam também os factores geoestratégicos de cariz militar e administrativo, visto que estas comunidades possuíam uma grande capacidade aglutinadora e fixadora de populações, de bens e privilégios.

Tendo em conta as particularidades próprias e inerentes à vida dos mosteiros, estes situaram-se, preferencialmente, junto de linhas de água de bosques e florestas, locais muitas vezes íngremes e de difícil acesso. Não raras vezes, era necessário proceder-se ao desbravamento e limpeza das áreas para posterior cultivo, o que atribui ao fenómeno monástico um papel de inegável importância no desbravamento de terras, tornando-as

⁸² Muito especialmente a partir da experiência de São Bento de Núrsia que fundou no século VI o Mosteiro de Monte Cassino em Itália.

acessíveis e apetecíveis para o cultivo e para o surgimento e fixação de novas populações⁸³.

O Mosteiro de Tibães (Braga) que assumiu um papel de grande importância na organização espacial, temporal e a nível das próprias estruturas da rede monástica em Portugal, principalmente no caso Beneditino⁸⁴; possui também as suas origens no século VI tal como o de S. Fins, pese embora várias teses⁸⁵, entre elas a do Padre Carvalho da Costa, que apresentam o último destes mosteiros como pertencendo ainda ao período da ocupação dos primeiros reis visigodos⁸⁶, enquanto o de Tibães estaria ligado à ocupação sueva⁸⁷.

Entre as *Regras* que surgiram e pretendiam disciplinar de uma forma o mais completa e o consistente possível a vida em comunidade e em recolhimento, a *Regra Beneditina* foi a que mais usufruiu do apoio do Papa Gregório Magno e da autoridade dos concílios ocorridos durante o ano de 740, o que se reflectiu no seu forte desenvolvimento e disseminação.

A *Regra Beneditina* surge num período extremamente conturbado, caracterizado por guerras, epidemias e crises económicas. É um período de grandes disputas teológicas e,

⁸³ A escolha dos sítios, que distinguia também as *Regras* e as *Ordens* religiosas, encontra-se bem explícita na frase «*Benedictus montes, Bernardus valles amabat, Franciscus vicos, magnas Ignatius urbes*» - São Bento amava os montes, São Bernardo (ordem de Cister) os vales, São Francisco as aldeias e Santo Inácio as grandes cidades.» In: <http://joelcleto.no.sapo.pt/textos/Comercio/SPedrodasAguias.htm>. Consultado em 18.01.2012.

⁸⁴ No período correspondem-te à Baixa Idade Média, o Mosteiro tornar-se-ia detentor de um alargado património, convertendo-se em 1567 a Casa-Mãe da Congregação de São Bento em Portugal e posteriormente também do Brasil.

⁸⁵ Manuel Augusto Pinto Neves. **Valença na História e na Lenda**. Valença: Rotary Club de Valença. Câmara Municipal de Valença, 1990. p. 271-281.

⁸⁶ «*Ramo ocidental dos Godos, que vindos das planícies a oeste do Dniepre, onde se instalou no século II a. C., e convertido ao arianismo no século IV, atingiram a Gália e a Itália. Tomaram Roma em 410, ocuparam a Gália em 412, onde estabeleceram o reino de Tolosa, e conquistaram quase toda a Península Ibérica após a derrota dos suevos, no Porto, em 585. Com a conversão de Recaredo, em 586, abraçaram a Fé católica, fundando na Península Ibérica um reino com a capital em Toledo. Lutas internas minaram o seu poderio, acabando por cair nas mãos dos Árabes, em 711, derrotados na batalha de Guadalete.*» Alexandre Manuel. **Grande Enciclopédia do Conhecimento, Visigodos**. Vol. XVI. S/I: Jornal de Notícias. s/d. p. 2743.

⁸⁷ «*Povo germânico da bacia do Elba, que no século I a. C. Surgiu na bacia do Reno, fundando a Suábia no Sul da Alemanha. Aquando das grandes invasões bárbaras, chegam à Península Ibérica em 409, e no NO peninsular fundam o reino da Galécia (411-585), tendo Braga por capital. Graças a São Martinho de Dume, converteram-se à fé católica cerca de 560. Leovigildo derrotou-os junto do Porto, em 585, fazendo da Galécia província visigótica.*» Alexandre Manuel. **Grande Enciclopédia do Conhecimento, Suevos**. Vol. XV. S/I: Jornal de Notícias. s/d. p. 2513.

durante o qual, por todo o Ocidente se difundem as normas do ascetismo oriental. Embora os cenóbios se propagassem, nos séculos IV e V, pela Itália, Gália, África e Espanha, faltava um modelo comum que regulasse de um modo uniforme e concreto a sua vida (o regime adoptado no Ocidente foi geralmente o da *Regula Mixta*⁸⁸). A *Regra Beneditina* teria como principal tarefa colmatar essa lacuna:

«Ao contrário da maior parte das ordens religiosas posteriores (*Franciscanos, Dominicanos, Jesuítas, etc.*), os beneditinos não devem a sua difusão à irradiação pessoal do seu fundador mas ao êxito de um texto – a *Regra Beneditina* – que, segundo fórmula do seu último editor constitui a “expressão mais feliz e mais prática da sabedoria tradicional do cenobitismo”».⁸⁹

As características principais da *Regra Beneditina* eram, para além de uma acentuada disciplina (fazendo do mosteiro uma grande família, dirigida por um único abade), o estabelecimento de um rigorismo ascético e a obrigação do trabalho, ao qual deveria ser dedicado, inicialmente, o dobro do tempo à oração. A comunidade deveria ser auto-suficiente, sem deixar que as contribuições externas a condicionassem. A instrução religiosa e espiritual ocupava um lugar de relevo, assim como o empenho no estudo e na conservação dos velhos códices (o que permitiu que muitos pudessem fugir à sua destruição).

S. Bento esclarece na *Regra* que projectou que “*a ociosidade é inimiga da alma*”, cabendo aos religiosos a utilização do seu tempo em trabalhos manuais e na leitura dos livros sagrados. Seria através deste plano de trabalhos que a prosperidade material e o prestígio espiritual dos conventos da Ordem ganhariam cada vez mais adeptos e cada vez maior importância.

Embora este movimento não tenha tido grande difusão entre os estratos menos privilegiados, a adesão à Ordem revelar-se-ia um factor de alcance notável favorecendo o processo de ascensão cultural e social dos representantes das classes mais humildes. Sem distinção de idades e categorias, o ingresso na vida conventual era facultado e acessível a todos.

⁸⁸ *Regula Mixta*: sistema que conjugava a *Regra* de S. Bento (*Regra Beneditina*) e a de S. Columbano.

⁸⁹ Jacques Berlioz. **Monges e Religiosos na Idade Média**. Lisboa: Editora Terramar, 1996. p. 15 - 30.

Os monges beneditinos foram rapidamente introduzidos no “mundo medieval”, não só devido às características da sua *Regra*, que trouxe um novo sentido de organização à Europa, mas também pela sua proximidade e trabalho nos meios rurais, onde a criação de novos mosteiros promoveu quer o desbravamento de terras, quer o cultivo dos campos.

Por sua vez, a beleza da liturgia romana teve um papel fundamental na criação e propagação de um ambiente de prestígio em volta do serviço divino. O trabalho intelectual realizado pelos beneditinos, não só alimentou, nos *scriptoria* e nas escolas de cada mosteiro a “nova cultura litúrgica”, como ainda a desenvolveu, alastrando-se a *Regra* Beneditina por toda a Europa a partir de 630 – 650.

A *Regra* Beneditina seria posteriormente adoptada por diversas ordens religiosas (de entre as mais importantes encontram-se: a Ordem de Cluny e a Ordem de Cister⁹⁰) e, até, militares (como a do Templo, a de Aviz, a de Cristo, a de Calatrava, entre outras) servindo também de modelo à instituição de outras.

Das ordens monacais, os beneditinos, foram, possivelmente, os que melhor desempenharam a sua função (o monacato), os mais conhecidos (durante séculos dispuseram no Ocidente de uma primazia quase total, adquirindo um prestígio relevante) e aqueles em que mais homens notáveis se revelaram.

Fenómenos de carácter social e militar (entre eles as invasões normandas) acabariam por deformar, de certo modo, a organização e a disciplina da Ordem Beneditina, promovendo o surgimento de algumas reformas, efectuadas em épocas diversas.

Contudo, o sentimento espiritual então vivido entraria num certo declínio na passagem para o ano mil, devido às características místicas e profano-religiosas existentes, ligadas, em grande parte dos casos, ao tema do *Apocalipse*, questões que aumentavam e alimentavam as incertezas sobre o que seria o mundo após a passagem

⁹⁰ «Em 1098, no início da Primavera Europeia, coincidindo com a festa de S. Bento, 21 monges deixaram o mosteiro de Molesme para fundar na Borgonha francesa, uma nova sede monástica que foi chamada "Novo Mosteiro". Avançando alguns anos (1113), S. Bernardo de Claraval é declarado como o grande obreiro da Ordem (agora denominada cistercense) e seu padroeiro. Morre em 1153 (com 63 anos), contando a Ordem com 345 mosteiros, espalhados pela Europa. A Abadia de Santa Maria de Alcobaça, posterior a este lote de construções, construída entre 1178 e 1254 foi de primordial importância para o desenvolvimento da agricultura na região, em parte e hoje denominada do "Oeste". Do ponto de vista de Portugal, foi onde se fundou a primeira escola pública, escrevendo-se aqui grande parte dos códices medievais portugueses.» In. <http://cister.weblog.com.pt/>. Consultado em 22.09.2011.

do milénio. Outras condicionantes como a queda do Império Carolíngio, as incursões Vikings em finais do século IX, o poderio muçulmano crescente em território peninsular e o empobrecimento do sentimento e propósitos iniciais da Ordem, dariam à corrupção, ao nepotismo e aos movimentos heréticos (como por exemplo o dos Cátaros⁹¹) um contributo maior para o estado de decadência em que se encontrava, tendo também em conta que a sociedade da época era, na sua grande maioria, analfabeta e as comunidades monásticas funcionavam como os principais focos de cultura.

Será no decorrer do século X, com a fundação, por Guilherme de Aquitânia, da abadia de Cluny (aproximadamente no ano de 932), que o monaquismo ocidental conhece uma das suas fases de maior crescimento e prosperidade, absorvendo uma série de acções regeneradoras quer a nível da reestruturação dos valores e simbolismo inicial da *Regra Beneditina*, na tentativa de regressar às origens da formação do cristianismo, na sua simplicidade, na sua intensidade, no seu espírito, quer na própria organização do sistema monástico de toda a Europa Ocidental⁹².

Apesar do Mosteiro de S. Fins datar de uma fase anterior à criação da abadia e casa-mãe da congregação Cluniacense, foi com a sua contribuição e impulso que este assumiu, possivelmente, uma importância crescente, chegando a ser referenciado em algumas obras como sendo um dos mosteiros mais ricos e prósperos do reino leonês⁹³:

“Como tal mosteiro remóntase á época dos suevos, fundación beneditina restaurada pelos monxes de Cluny. O rei Afonso Henríquez concedeu-lhe couto em 1134, ademais das igrexas de Gondomil, Verdoejo e san Mamede de Friestas. Tamén o privilexio da primeira peza de caza: veado, corzo ou xabaril e o primeiro salmón, sollo ou lamprea na parte do río Miño que lhe

⁹¹ Movimento religioso que se estendeu pelo sul e sudoeste da França, pelo norte de Itália, partes da Alemanha, Catalunha e Aragão, contando para ao seu processo de expansão com o apoio de nobres e famílias importantes no meio social e económico, a partir dos quais formaram comunidades e Igrejas. Iniciado nos princípios do ano mil, este movimento só se extinguiu em 1244, resistindo a vários papados, entre eles os de Alexandre III, Inocêncio III e Gregório IX, e desafiando do alto do seu castelo em Carcasone as inúmeras investidas que lhes eram infligidas. Consideravam-se os verdadeiros herdeiros das palavras dos apóstolos, desprendendo-se de ícones, apartando-se de algumas linhas de orientação do novo testamento e desligando-se na sua totalidade com o Antigo Testamento, seguindo no essencial o Evangelho segundo São João. Possuíam uma organização hierárquica própria e distinguiam-se entre outras coisas, pela maneira de vestir e pela forma invulgar como viviam e assumiam a sua espiritualidade.

⁹² Com Cluny introduz-se em 1030 um dia dedicado ao culto dos mortos e aperfeiçoa-se a liturgia ligadas às questões da morte.

⁹³ Manuel Augusto A. Pinto Neves. Ob. cit. p. 271-281.

correspondia. Em 1258 figura como San Felix de Fenestras, totum monasterium regis.”⁹⁴

De entre os múltiplos factores que contribuiriam para o crescimento do cenóbio de S. Fins poderá estar, tal como sucedera em São Salvador de Ganfei, o apoio régio e uma nova organização religiosa. Neste último, as principais mudanças após a sua formação, entre meados do século VI e inícios do século VII, registar-se-iam aquando das incursões de Almançor ao norte da Península Ibérica (997). Estas incursões, que devastaram um grande número de povoações civis e religiosas, “culminaram” com a investida à cidade de Santiago de Compostela⁹⁵, grande “centro” religioso e de peregrinação⁹⁶ da cristandade.

Por essa altura terá vindo da actual França, juntamente com muitos outros cavaleiros durante o período da Reconquista⁹⁷, como é o exemplo do “nosso” Conde D. Henrique, um cavaleiro de nome D. Ganfrido (Ganfeiros ou Ganfey) que seria simultaneamente monge de Cluny ou que pelo menos teria algumas ligações com dita congregação, e que trouxe para a comunidade as novas tendências religiosas então emergentes⁹⁸.

⁹⁴ Ernesto Iglesias Almeida. **O antigo bispado de Tui en Portugal**. 1ª ed, Serie Trivium. Coruña: Editorial Toxosoutos, 2008. p. 58.

⁹⁵ Que foi ganhando importância durante toda a Idade Média, passando o culto e peregrinismo em honra do seu padroeiro, o apóstolo São Tiago, de geração em geração até aos nossos dias.

⁹⁶ Tal como refere André Vauchez, na sua obra “*A espiritualidade na Idade Média Ocidental, séc. VIII-XIII*”, «O ideal da vida cristã na época feudal é um estilo de vida heróico caracterizado por uma sequência de prodigiosos esforços e por uma busca da superação, à imagem do cavaleiro que incessantemente deverá ultrapassar-se a si próprio, realizando novas façanhas. (...) Existia um meio menos penoso de conseguir algum mérito aos olhos de Deus: a peregrinação. (...) O significado de peregrinação alterou-se no século XI, quando grande número de penitentes passou a escolher, como destino da sua viagem, santuários célebres como Santiago de Compostela ou lugares santos como Roma e, sobretudo, Jerusalém. Numa época em que as viagens eram perigosas a aventuras, compreende-se que essas longas deslocações tenham sido consideradas, tanto pelos fiéis como pelo clero, um exercício ascético e uma forma de penitência».

⁹⁷ Designam-se por reconquista as «campanhas militares que visavam a recuperação dos territórios peninsulares ocupados pelos muçulmanos. A Reconquista cristã partiu do reino das Astúrias e iniciou-se com a Batalha de Covadonga (718). Foi um processo lento, com avanços e recuos, facilitado pelas rivalidades políticas entre os muçulmanos e que contou com o apoio da Igreja. A tomada de Granada, em 1492, pelos Reis Católicos Isabel de Castela e Fernando de Aragão, marca o fim da Reconquista». Antónia Domingues Almeida et al. **Dicionário Breve de História**. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1996. p. 168.

⁹⁸ Apesar da dificuldade em comprovar este tipo de teses, em grande parte devido à falta de documentação, a tese apresentada e partilhada por vários autores ostenta-se como sendo a hipótese mais provável.

O Mosteiro de S. Fins acompanha, desde o momento da sua fundação, o processo de “mutação cultural” que se foi disseminando por toda a Europa Ocidental, e que se terá iniciado principalmente com fim do Império Romano do Ocidente⁹⁹, passando pela problemática do ano mil e por toda uma série de alterações políticas, económica, geográficas e culturais que caracterizaram grande parte da alta Idade Média.

Tendo como referência os séculos IV e V verifica-se a infiltração de vários povos bárbaros¹⁰⁰, numa primeira fase lenta e mais ou menos pacífica, por todo o Império e uma maior pressão nas linhas de fronteira do ocidente. O século V marcaria a queda do Império Romano do Ocidente e, como consequência dessas mesmas grandes invasões, assinalaria o princípio da Idade Média.

Devido ao sistema de organização política e social que os já referidos povos bárbaros assumiam e utilizavam¹⁰¹, o período existente entre os séculos IV e VIII, caracterizou-se por ser um período de grande instabilidade espacial, social e política, pelo surgimento de uma nova realidade social e hierárquica mista (romano-germânicas), por uma sequência de conflitos, guerras e disputas constantes e por um enfraquecimento, real e compreensível, da economia mercantil e monetária, muito afectadas com as invasões que destroem muitas das grandes rotas comerciais e principais vias de comunicação. Na grande maioria dos casos o medo de pilhagens e dos assaltos, que tão frequentemente assolavam e intimidavam as populações, afectavam os próprios mercadores e comerciantes que faziam da itinerância constante um modo de vida. Como consequência dessa situação, os centros urbanos assistem a uma decadência da sua importância e a cidade, ao contrário do que acontecia no mundo clássico no qual a cidade era o centro político, social e institucional, passa ter um papel de menor importância. Exemplos dessa nova realidade são a desorganização administrativa e

⁹⁹ O Império Romano do Ocidente sucumbe no decorrer do século V e a fundação do mosteiro regista-se somente quase um século depois.

¹⁰⁰ «*Na sequência de um acordo com o Imperador Honório, procede-se à repartição dos invasores por zonas de influência*». Entre outros, os Alanos que ocupam a Lusitânia e Cartaginense Ocidental; os Suevos e os Vândalos Asdingos que ficam na zona da Galécia; os Vândalos Silingos, que ocupam a Bética. Como consequência das pilhagens e depredações praticadas pelos Alanos e pelos Silingos, os Romanos pedem auxílio aos Visigodos». António Simões Rodrigues et al. **História de Portugal em Dados**. Lisboa: Temas e Debates. 3ª Edição. 2000. p. 11.

¹⁰¹ Baseados numa política descentralizada muito enraizada ainda nos sistemas de chefia e tradição tribal, os povos bárbaros, pese embora não desconhecêssem de toda a economia monetária, utilizavam tradicionalmente ainda um sistema, mais primitivo, de troca directa e não possuíam sentido de estado, enquanto unidade política comum. Para além de todas estas vicissitudes, entre eles distinguiam-se internamente quanto ao tipo de religião que professavam e à tipologia da língua que utilizavam.

judicial, o enfraquecimento notório e progressivo dos poderes centrais, e a queda demográfica e cultural.

A Europa Ocidental torna-se, assim, durante o período “pós-romano”, num aglomerado de reinos, de entre os quais, a partir do século V, o mais poderoso e o de maior expressão seria o Reino dos Francos¹⁰².

A situação das estruturas políticas, económicas e sociais a partir do século VIII e até ao século X, pouco divergiram no que se refere aos inúmeros problemas de forte instabilidade. Este período de dois séculos, de inúmeras e profundas mutações e movimentações, é o período em que as bases do feudalismo como “doutrina” política e os laços feudo-vassalicos são lançados e lentamente acolhidos pelas populações. A economia passa a fechar-se dentro de cada domínio senhorial, sendo os poucos e raros excedentes comercializados de uma forma directa e sob a alçada de alguém de absoluta confiança do senhor, quer por ser uma tarefa de grande responsabilidade, quer por pressupor um grande número de riscos.

Com o alvorecer do novo milénio e o “fim” do período de grandes invasões e instabilidades internas, a Europa vê consolidada uma nova realidade aristocrática e simultaneamente uma melhoria significativa das condições climáticas. O crescimento demográfico incentivado por uma agricultura de melhor qualidade, alicerçada pelos avanços técnicos que se foram registando nesta área, vaticinaram, de igual forma, a melhoria das condições de vida das populações.

¹⁰² Convertendo-se ao cristianismo ainda no decorrer do século V (497) sob o comando de Clóvis, vários chefes tribais unem-se em redor deste, ocupando ainda territórios a sudoeste do Reno (expandindo-se posteriormente entre os rios Somme e Loire), constituiriam aquela que seria a primeira dinastia do Reino dos Francos, a dinastia Merovíngia. Com o enfraquecimento consequente do emergir de novas personagens no panorama político (entre eles os perfeitos do palácio, que desempenhariam uma função semelhante ao que se poderá designar como “primeiros-ministros”) que assumiam em si um poder cada vez maior, a dinastia Merovíngia acabaria por “ceder lugar” a uma nova dinastia, a dinastia Carolíngia, da qual Carlos Magno foi o seu maior e condigno embaixador. Para além do sentimento e ambição de um Império herdado à medida do Império Romano (em 800, o Papa Leão III acabaria por coroa-lo Imperador do Ocidente), realizou durante o seu império (768-814) um grande número de conquistas, levando a cabo uma enorme expansão territorial (entre outros feitos, domina os Lombardos, os Ávalos, e Saxões, sustendo ainda as investidas árabes na linha limite e de fronteiras com a actual Espanha), formando o exemplo de organização do Estado Carolíngio e as bases essenciais de toda a organização feudal.

Com as invasões registadas nos séculos VIII, IX e X, a desintegração do Império Carolíngio, resultado da divisão do Império por parte de Luis, o Piedoso (filho e descendente directo de Carlos Magno), pelos seus herdeiros (Partilha de Verdun, 843), associadas a falta de um exército forte e regular aceleraram a cisão política. As forças locais assumiram um papel de maior destaque com a inexistência de um poder organizador central, aumentaram com isso, a instabilidade, o número de terras abandonadas ou incultivadas, as fomes e, logo, a recessão demográfica.

Entre os séculos X e XIII o espaço Ibérico e Europeu assistiram à ascensão de novos Estados (entre eles Portugal¹⁰³) e ao proliferar de novas instituições sociais e religiosas. É necessário atender-se, neste particular, às transformações sociais, económicas, políticas e culturais em que a mesma sociedade estava envolvida.

Na sua generalidade, a sociedade europeia entre o século XI e meados do século XIII vai “absorvendo” os novos progressos técnicos que vão surgindo, como a introdução de novas fontes de energia que foram substituindo gradualmente a “força bruta” dispensada pelo Homem no exercício de certas actividades¹⁰⁴, os novos arroteamentos aplicados, ou o aproveitamento de terras baldias na procura de novas áreas de cultivo e de pasto para o gado.

Assiste-se, também, a uma expansão das áreas amuralhadas, verificando-se a construção de sucessivas muralhas de alargamento, sustentando o acompanhamento do processo de desenvolvimento urbano. Neste ponto, pode-se constatar, por exemplo no caso de Évora e Lisboa, uma nova concepção de organização social e espacial dentro das mesmas, registando-se a uma “especialização das ruas” por ofícios e por grupos sociais minoritários (entenda-se a mourarias, judiarias, entre outras), que possibilitavam uma maior mobilidade e uma maior integração de mecanismos de defesa e corporação (o caso das confrarias e das corporações, por exemplo).

No que se refere às cidades, cada vez mais cosmopolitas, estas eram abastecidas principalmente pelas zonas rurais circunvizinhas, que vão sendo progressivamente dominadas pelas autoridades urbanas, realizando na sua essência o papel de intermediários entre as populações rurais e os centros urbanos, regulamentando o abastecimento e determinando os preços, fazendo ressurgir a cunhagem de moeda em metal mais ou menos nobre (prata chumbo, cobre e ouro).

¹⁰³ O Condado Portucalense é concedido a D. Henrique em 1096 pelo rei Afonso VI de Leão e Castela. Em 1140 o Rei Afonso VII reconhece D. Afonso Henriques como Rei de Portugal, mas só em 1179, através da promulgação da Bula *Manifestis Probatum*, emanada pelo Papa Alexandre III, é que o novo reino e o monarca se tornam oficialmente reconhecidos por parte da Santa Sé.

¹⁰⁴ A inclusão de energias naturais como a energia eólica e a energia hidráulica possibilitaram ao Homem otimizar os produtos e transforma-los mais rapidamente, em maior quantidade e com melhor qualidade. Veja-se a este respeito o papel fundamental exercido pelos inúmeros moinhos espalhados por todo o território nacional ou, por exemplo, o contributo dado pela introdução de novas técnicas na agricultura como a rotação trienal e a utilização do ferro (crescimento da exploração mineira na Europa Central) na composição dos instrumentos agrícolas (caso da charrua, pá, entre outros).

Acompanhando o processo de construção da nacionalidade, o fenómeno religioso desenvolvia-se intimamente ligado aos acontecimentos que se iam registando nos mais diversos sectores da vida medieval. Será nesta amplitude cronológica de cerca de três séculos, que irão surgir entre nós alguns dos que seriam os maiores, mais ricos e poderosos mosteiros da Idade Média e, posteriormente, da época Moderna que se inicia com a Expansão Marítima. De entre alguns desses mosteiros¹⁰⁵, surgem-nos nomes como o Mosteiro de Santo André de Rendufe (fundado em 1090), o Mosteiro de Pombeiro¹⁰⁶ (entre 1059 e 1102), o Mosteiro de Grijó (em 1112, no local onde actualmente se encontra, mas terá surgido com grande possibilidade por volta do ano de 922), o Mosteiro de São João de Tarouca (em 1113, é o primeiro mosteiro a acolher a Ordem de Cister em Portugal), o Mosteiro de Lorvão (apesar da sua fundação remontar a 878, na subsequência da primeira reconquista de Coimbra, este atingiria maior projecção a partir do século X), o Mosteiro de São Martinho de Tibães¹⁰⁷, e o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça¹⁰⁸ (em 1153)

Apesar de possuir uma dimensão inferior a alguns dos mosteiros já referenciados, o Mosteiro de S. Fins teve sempre uma relação de proximidade com a corte leonesa (em virtude da sua proximidade a Tui, Sede de Bispado e importante Praça Forte do reino castelhano), à qual ia arrecadando privilégios e regalias. A importância do mosteiro, que assistiu aos reinados, por exemplo, de Fernando o *Magno*, de Afonso VI de Leão e Castela e do Imperador Afonso VII, foi aumentando juntamente com o seu prestígio,

¹⁰⁵ Por ser relativamente extensa a “lista” de mosteiros com relevo a nível nacional pertencentes a este período, optou-se por fazer referência unicamente a este grupo de mosteiro, com o intuito meramente representativo, tendo em conta a sua relevância na organização do espaço e das próprias instituições religiosas em Portugal.

¹⁰⁶ M. António Fernandes. **Felgueiras de Ontem e de Hoje**. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 1989. p. 84 – 87; 131 – 134; M. António Fernandes. **Pombeiro e o seu Fundador D. Gomes Aciegas**. Felgueiras: Edição Câmara Municipal de Felgueiras, 1991. p. 22 – 32.

¹⁰⁷ A inclusão deste mosteiro, no grupo de mosteiros aqui referenciados prende-se com o facto de que após o momento da sua fundação original, por meados do século VI, este provavelmente tenha ficado devoluto, sendo novamente reocupado e iniciada a sua actividade nos finais do século XI. In: Maria João Dias Costa. **A cerca do Mosteiro de S. Martinho de Tibães**. Estudos / Património, nº 2. Lisboa: IIPAR, 2002.

¹⁰⁸ «O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça tornou-se, desde a sua Fundação em 1153, casa-mãe da Ordem de Cister em Portugal. Obra maior do primeiro gótico nacional (...) constitui, actualmente, o mais importante dos testemunhos cistercienses em toda a Europa.» In: http://www.ippar.pt/património/itinerários/Cister/circ_cister.html. Consultado em 23.09.2011.

constando mesmo que no primeiro quartel do século XI já o velho cenóbio era contado entre os mais ricos e populosos mosteiros do reino de Afonso V de Leão¹⁰⁹.

O ressoar do advento das cruzadas e do sentimento religioso intrínseco aos movimentos sociais, culturais, mas sobretudo políticos, faria despontar por toda a Europa, mas igualmente no caso ibérico, a fundações de novos e poderosos mosteiros, conventos e instituições profundamente ligadas ao fenómeno cruzadístico¹¹⁰.

Os cenóbios medievais, para além de se afirmarem como centros principais e reguladores da confirmação dos territórios que se iam conquistando (ou reconquistando), representavam, também, um forte e apeteçível aliado quer para a nobreza, quer para os grandes senhores feudais. Desempenharam igual importância na “domesticação” e evangelização dos povos que se iam anexando (muitos deles hereges ou infiéis) ou de populações mais isoladas, conduzindo-os em redor de uma unidade cultural, institucional, teológica e política, consciencializando e moldando as populações em prol da figura de Deus e dos seus mais directos representantes na terra, o Rei e o Papa¹¹¹.

A Igreja possuía, por todos estes factores, uma função de grande relevo e intensidade na sociedade trinitária medieval¹¹². A ela cabia, para além de todos os pressupostos já referenciados, as acções ligadas à caridade e à solidariedade social e à preservação, produção e divulgação de cultura¹¹³.

¹⁰⁹ Cf. Manuel Augusto A. Pinto Neves. Ob. cit. pp. 271-281.

¹¹⁰ São exemplo dessas instituições, as ordens militares religiosas, entre as mais conhecidas a Ordem dos Templários.

¹¹¹ O Papa era entendido como sendo chefe máximo de toda a cristandade. Considerado o legítimo sucessor de S. Pedro, líder e instituição máxima da espiritualidade e poder temporal de toda a cristandade, só ele poderia delegar poder nos príncipes e reis cristãos. Ao Papa cabia também o arbítrio supremo dos conflitos da cristandade, de convocar ou limitar o direito à guerra, de reconhecer Estados e de legitimar a condição dos seus representantes (tal como sucedeu no caso português com a outorga da Bula *Manifestis Probatum*). Governava em nome de Deus (Teocracia Papal), e utilizando a sua condição de sumo pontífice, servia-se da *Excomunhão* como uma das suas armas mais poderosas.

¹¹² A sociedade trinitária fazia-se representar especialmente pela repartição das camadas sociais em três estratos de importância diferenciada: os que rezam (clero), os que combatem (nobreza), os que trabalham (povo).

¹¹³ Veja-se no referente a este aspecto, o trabalho desempenhado pelos monjes copistas, recolhendo recuperando e copiando obras da sua forma original (do grego e do latim, por exemplo), possibilitando que estas não se perdessem e, muitas delas, chegassem até aos nossos tempos. Não menos importante são, igualmente, as instituições de ensino directa ou indirectamente ligadas à Igreja que iam sendo criadas, na sua grande maioria funcionando nos próprios conventos e/ou junto das Sés (escolas monacais, conventuais e episcopais).

Homens Ricos¹¹⁴ e Infanções¹¹⁵ tornam-se importantes mecenas e investidores no apoio à continuação da “*opus dei*”¹¹⁶, cultivando, mediante o apoio dado à Igreja e às instituições religiosas, o seu prestígio e importância social e aumentando a amplitude da sua esfera política.

Tal como outros mosteiros seus contemporâneos, também o Mosteiro de S. Fins foi recebendo, de uma forma regular, benefícios que lhe possibilitavam um acréscimo de estatuto e de riqueza. Ainda que a sua edificação não esteja directamente ligada a um “mecenas oficial” ou a uma figura proeminente (pelo menos não existe em nenhuma das fontes consultadas a referência para tal “figura”), assim como sucedeu em São Salvador de Ganfei, Rendufe¹¹⁷, ou mesmo no caso do Mosteiro do Pombeiro em Felgueiras¹¹⁸, durante o Condado Portucalense (quer durante a “administração” do Conde D. Henrique e posteriormente de D. Teresa) a sua importância não deixou de ser considerada, sendo-lhe concedidas honras, obtendo ainda em 1134, do rei D. Afonso Henriques, uma doação de um couto¹¹⁹ extensamente definido nas terras circunvizinhas:

¹¹⁴ «Membros de estrato superior da nobreza medieval. Pertenciam às principais famílias da aristocracia fundiária. Eram-lhes confiados cargos públicos na administração e no exército, gozando de imunidades fiscais, administrativas e judiciais nas suas propriedades.» Antónia Domingues Almeida et al. **Dicionário Breve de História**. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1996. p. 176.

¹¹⁵ «Designação que, na Península Ibérica, se aplicava ao nobre sem grandes recursos que administrava pequenas propriedades rurais. Estrato social que se situava abaixo dos Ricos-homens.» In: Antónia Domingues Almeida. Ob. cit. p. 110.

¹¹⁶ Do latim: “*A obra de Deus*”.

¹¹⁷ Possivelmente fundado por Egas Paes de Penegate.

¹¹⁸ «Fundado em 13-7-1059 por D. Gomes Aciegas, foi o mais notável convento beneditino do norte de Portugal, pelo papel que desempenhou na História Nacional e pela riqueza do seu património. Coutou-o a rainha D. Teresa, em 1112, e foi privilegiado com um sem número doações e regalias tanto pelos monarcas como pelos descendentes do fundador, os nobilíssimos Sousões, a ponto de chegar a ter sob o seu padroado 37 igrejas e quintas em todo o território. Contudo, por bula de 6-3-1586, o seu rico património foi desmembrado em duas partes iguais por D Filipe I, passando metade (então, no valor de 4.000 cruzados), para custear anualmente os Descobrimentos, através do Mosteiro dos Jerónimos, que teve, desde então até 1834, um importante hospício e celeiro em Margaride, num prédio que ainda ostenta o brasão de Belém. A partir daquele ano de 1586, a sua traça primitiva começou a sofrer grandes alterações, por ter sido reformada a Ordem, e passara a exercer funções mais comunitárias e impessoais. Isso levou os frades a derrubar o antigo edifício e, em seu lugar, a começar a erguer um novo templo e novos claustros. Tais alterações duraram até 1725 e deram origem à actual igreja que ainda conserva bastante da sua traça primitiva e apresenta um perfil de basílica duma catedral barroca de grande cidade.» In: M. António Fernandes. Ob. cit. p. 84 – 87; 131 – 134.

¹¹⁹ A possível existência de uma carta de couto do tempo de D^a. Teresa, 1112-1128, não é de todo posta de parte, sendo muito provável que tal tenha existido, mas por razões várias a mesma ter-se-à extraviado no tempo. O foral que hoje se conhece foi outorgado por D. Afonso Henriques em 1134. Cf. José Mattoso e Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha. **Inventário, ordens monásticas/conventuais. Ordem de S. Bento. Ordem do Carmo. Ordem dos Carmelitas Descalços. Ordem do Frades Menores. Ordem da Conceição de Maria**. Lisboa: Torre do Tombo, 2002. p. 9.

*“Descoñévense as súas orixes, do que se supón sexa do tempo dos suevos. D^a. Tareixa e D. Afonso Henríquez, déronlle carta dun novo e dilatado couto polo Nadal de 1134. En 1242, o mosteiro fixo unha transación co bispo de Tui por causa das súas igrexas anexas, a de S. Mamede, de Gondomil, Taião e Verdoejo. Tiña a dereito de presentación noutras varias, em canto o próprio mosteiro era de padroado real, segundo as Inquirições de 1258. Grazas á xenerosidade dos fieis e á protección rexia tivo moitos bens. Em 1320 pagaba de taxa 1.100 libras. O 5 de agosto de 1363 o rei D. Pedro confirmoulle os seus privilexios, facendo o mesmo João I, que tamén llos ampliou, talvez en recoñecemento polo auxilio prestado nas loitas contra Castela”.*¹²⁰

Mesmo quando comparado com coutos de mosteiros proeminentes como o Mosteiro de Pombeiro (coutado por D. Teresa em 1112), o Mosteiro de São Martinho de Tibães (coutado por D. Henrique e D. Teresa em 1110), o Mosteiro de São Pedro de Arouca e, por exemplo, o Mosteiro de Rendufe (recebeu carta de couto em 1090 por D. Henrique) o Mosteiro de S. Fins não se encontrava em nada minimizado, funcionando mesmo a carta de couto concedida por D. Afonso Henriques como garante da sua própria autonomia e auto-suficiência, reforçando a posição do mosteiro perante as instituições do mundo temporal e espiritual:

«Os abades eram os reais senhores do couto nos aspectos temporal e espiritual. Os abades do mosteiro começaram por negar a todos os homens poderosos a faculdade de residirem ou estanciarem longamente dentro dos limites da terra coutada com o objectivo de evitar atentados contra os direitos senhoriais do mosteiro. Este privilégio foi ampliado, em 1290, por uma carta régia determinada por D. Dinis “que no couto não haja cavaleiros, nem aí comprem coisa alguma nem filhem carnes nem maladias”. Usaram também o direito de decidirem, por meio de sentenças verbais, os conflitos que se suscitavam entre os habitantes da mesma terra. Mostraram-se particularmente severos na cobrança das rendas do mosteiro que copiosas e lardeadas de apreciáveis mimos senhoriais, como o tributo chamado “das reconhecenças” que consistiam na primeira peça de caça montesa (veado, corça e javali) abatida em cada ano, e no primeiro peixe de preço (salmão, solho e truta marisca) que alguém lograsse pescar na parte do rio sujeita ao mosteiro por direito de confinidade. Os monges arrecadavam ainda, todos os anos, as

¹²⁰ Ernesto Iglesias Almeida. Ob. cit. p. 90.

côngruas e os dízimos que pagavam àquelas igrejas os respectivos fregueses.»¹²¹

Surge mencionado em algumas fontes, apesar da precariedade da informação (entre elas o Inventário do Património Arquitectónico), que o dito mosteiro teria recebido algumas doações por volta do ano de 1221, consumadas em testamento por D. Afonso II a quando da sua morte.

Na opinião de Manuel A. Pinto Neves¹²², o couto de S. Fins seria contíguo às terras de Coura, denotando a grande extensão e importância que o mosteiro possuiria à época.

Entre as particularidades deste Mosteiro regista-se a indicação para o facto de em 1134, do rei D. Afonso Henriques, uma doação de um couto¹²³ extensamente definido nas terras circunvizinhas com a excepção dos casos em que o próprio soberano interviesse activamente, tal como está documentado nas *Inquirições* de 1258.

Contudo, apesar das populações do concelho de S. Fins¹²⁴ terem exclusivamente à sua responsabilidade a defesa e vigilância de uma das passagens mais importantes e estratégicas do Rio Minho, o *Vau de Carrexil*, certo é que a “exclusão” destas populações dos conflitos armados tão frequentes e tendo em atenção o papel desempenhada por *Contrasta*¹²⁵ na altura, não deixa de ser interessante perceber o

¹²¹ Manuel Augusto A. Pinto Neves. Ob. cit. p. 271 – 281.

¹²² Manuel Augusto A. Pinto Neves. Ob. cit. p. 271 – 281.

¹²³ A possível existência de uma carta de couto do tempo de D^a. Teresa, 1112-1128, não é de todo posta de parte, sendo muito provável que tal tenha existido, mas por razões várias a mesma terá-se extraviado no tempo. O foral que hoje se conhece é ortogado por D. Afonso Henriques em 1134. José Mattoso e Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha. **Inventário, ordens monásticas/conventuais. Ordem de S. Bento. Ordem do Carmo. Ordem dos Carmelitas Descalços. Ordem do Frades Menores. Ordem da Conceição de Maria.** Lisboa: Torre do Tombo, 2002. p. 9.

¹²⁴ Do couto original passaria a concelho de origem senhorial monástica, aparecendo já referido como tal nas *Inquirições de 1256*, exercendo essa função até 1834, data em que foi promulgado um conjunto de leis, impregnadas de simbologia pelos movimentos liberais que então vigorava em Portugal, que aspiravam à extinção das ordens monásticas em Portugal. A introdução do primeiro comendatário aceleraria o processo de decadência do Mosteiro. Com a inevitável extinção do Mosteiro e consequente dissolução dos seus bens, o então concelho de S. Fins seria anexado ao concelho de Valença. O respectivo antigo concelho de S. Fins compreendia as povoações actualmente designadas por Friestas, Gondomil, Verdoejo, S. Fins e Boivão.

¹²⁵ Nome primitivo da actual vila de Valença, que só assumiria esta última designação possivelmente no reinado de D. Sancho I.

respeito e importância que o cenóbio possuiria junto das autoridades máximas do reino para que tal isenção fosse aplicada e assumida¹²⁶.

À época, o actual concelho de Valença encontrava-se dividido em dois extensos espaços de acção régia e de diferente amplitude política:

“ (...) *um municipalizado, o de Contrasta (Valença), por D. Sancho I, outro, monástico, o de S. Fins, por D. Afonso Henriques, por carta régia de 25-XII-1134.*”¹²⁷

Em relação aos limites de ambos os coutos, o de Valença e o de S. Fins, estes seriam facilmente perceptíveis e bem delimitados, estando à responsabilidade do Mosteiro o território das já referidas cinco freguesias actuais, possivelmente instituídas por ele, surgindo primeiramente referenciada em 1320 a de Gondomil, razão pela qual o mosteiro foi seu padroado e a quem também pode atribuir-se o seu repovoamento.

Embora existam referências nomeadamente a algumas ampliações de privilégios feitas ao mosteiro, primeiro por parte de D. Pedro em 1363 e posteriormente por D. João I, os séculos XIV e XV pouco acrescentaram à vitalidade do Mosteiro.

O ano de 1542/1543 marcará o início do processo de integração do Mosteiro à Companhia de Jesus e onde se totalizava um número não muito superior a três ou quatro monges que ainda subsistiam no cenóbio.

O Mosteiro de Santo André de Rendufe, em Braga, parece ter padecido de sintomas semelhantes aos ocorridos no de S. Fins. Por volta do século XV o mosteiro é encerrado tendo em conta a degradação espiritual em que se encontrava, sendo transformado *a posteriori* em Colegiada sob a administração do cardeal Alpedrinha, permanecendo o mosteiro até meados do século XVI na posse da sua família. O próprio Mosteiro de Pombeiro, como de resto já foi referido, que recebera durante séculos privilégios e benefícios veria também no decorrer do século XVI, por bula de 6-3-1586, o seu vasto património repartido em duas partes iguais por D. Filipe I, passando

¹²⁶ Também os coutos de Paderne e Longos Vales ofereciam elevados benefícios e privilégios para os possuidores da terra, tendo estes simplesmente que fazer respeitar algumas obrigações para com o Rei.

¹²⁷ A. Lopes Oliveira. **Valença do Minho**. Póvoa do Varzim: Editora Poveira Lda. 1978. p. 59- 61.

metade como fonte de rendimento para subsidiar os custos anuais com os Descobrimentos¹²⁸.

Enquanto os mosteiros como o de São Salvador de Paderne, Santo André de Rendufe e o de S. Fins passavam por circunstâncias complexas, assiste-se também, a alguns mosteiros que neste período assumem maior protagonismo e importância, como seria o caso de Arouca.

A quando da morte de D. Mafalda¹²⁹ em 1256, o Mosteiro de Arouca encontrava-se já devidamente enquadrado com a Ordem de Cister, constando mesmo entre os mais importantes de toda a Península Ibérica. O século XV e inícios do século XVI seriam também eles, séculos de crescimento e prosperidade, principalmente no que se refere à duração dos abadesados de D. Leonor Coutinho, filha dos condes de Marialva, abadessa do Mosteiro aproximadamente entre 1483 e 1486, conservando-se ainda desta época grande número de esculturas, pinturas e peças de ourivesaria:

“ (...) sobretudo, de D. Melícia de Melo, que como a anterior, patrocinou inúmeras obras de construção nos edifícios de monásticos e enriqueceu de novas alfaias e adornou, os altares arouqueses.”¹³⁰

Com a subida de D. João III ao trono, o Mosteiro de S. Fins conheceu uma nova fase da sua vida. Perante a degradação declarada em que se encontrava o mosteiro, tanto a nível das infra-estruturas, como da própria vida espiritual e temporal, o monarca procedeu a tentativas de revitalização e reestruturação do Mosteiro. Para tal, como uma das suas primeiras medidas, nomeia para comendatário do mosteiro em 1542 o seu filho, o infante D. Duarte¹³¹. Logo após a morte de D. Duarte, D. João III iniciou o processo de anexação do mosteiro e todos os seus bens¹³² à Companhia de Jesus¹³³, processo que somente ficaria concluído em 1548¹³⁴:

¹²⁸ A acção era realizada através do Mosteiro dos Jerónimos, que teve desde essa data até cerca de 1834 um importante hospício e celeiro em Margaride.

¹²⁹ Em 1616, em consequência da crescente reputação de santidade, o seu sepulcro é aberto, sendo encontrando o corpo incorrupto pelo Bispo de Lamego. Inicia-se o processo de beatificação da princesa, que iria decorrer até ao Pontificado de Pio VI, em 1792.

¹³⁰ Pedro Dias. **Mosteiro de Arouca**. 2ª ed. Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 2000. p. 10 – 68.

¹³¹ D. Duarte era filho ilegítimo de D. João III e desempenhou entre outras funções a de Bispo de Braga.

¹³² Os bens do mosteiro seriam anexados à Companhia de Jesus, mais concretamente ao Colégio de Coimbra, cabendo ao já referido mosteiro o montante correspondente ao valor da cóngrua que serviria para subsistência de um superior e dois ou três religiosos, que aí regularmente auxiliavam.

“ (...) hoje é pobríssimo de rendas, e as próprias virtudes miríficas do santo não conseguiram reunir em esmolas no dia da sua festa, primeiro domingo de Agosto, mais do que 1 \$160 réis em dinheiro ! — Um quartinho menos um pataco, — informava-me contristada a lavradeira, mulher do sacristão; — está hoje muito pobre o santinho, e nesta conta — acrescentava — ainda entraram muitos chavos galegos! ... Tanto como pobre de rendas é igualmente pobre de culto o velho mosteiro, a ponto de ser, por vezes, necessário que o vigário geral nomeie um sacerdote, quer vá por tempo determinado paroquiar aquela boa gente da serra, que o lobo visita como a amigos velhos. Uma vez no ano, apenas, os sinos do convento repicam sonoramente; é quando se celebra a festa de São Félix.”¹³⁵

O processo de anexação, que numa primeira fase previa que os bens do mosteiro prevalecessem anexados ao património da Companhia de Jesus¹³⁶ por cerca de 100 anos, foi selado em Santarém em 1546, passando posteriormente esses mesmos bens a título definitivo em 1547/8 por Bula concedida pelo Papa Paulo III, a pedido de D. João III e do próprio reitor do Colégio de Coimbra, Pr. Martinho de Santa Cruz.

Apesar do processo se ter registado com autorização régia e abono papal, não foi de todo um processo simples e rápido. Seis anos depois de os bens serem transferidos a título definitivo (1554) para o Colégio de Coimbra, foi necessário que uma carta régia confirmasse e concretizasse a doação e a legitimidade dos novos proprietários, extinguindo-se em 1568 parte das querelas que ainda subsistiam relativas a algumas propriedades do mosteiro.

¹³³ A Companhia de Jesus foi criada em 1539 por Inácio de Loyola, religioso espanhol. Funcionou como um instrumento fundamental da Contra-Reforma, fazendo-se a sua acção sentir com maior intensidade em planos tão importantes como o ensino e a missão ultramarina, entre outras. Os jesuítas em Portugal estabeleceram-se durante o reinado de D. João III, assumindo cada vez maior importância e protagonismo.

¹³⁴ O mosteiro de S. Fins de Frietas e o mosteiro de São João de Longos Vales são referenciados como sendo os primeiros dois mosteiros a serem anexados ao património da Companhia de Jesus.

¹³⁵ Manuel Augusto Pinto Neves. Ob. cit. p 275.

¹³⁶ PT-TT-AJ CJ (Armário Jesuítico e Cartório dos Jesuítas), 1534-[1765?], 32 liv., 108 mç., papel, perg. Os documentos existentes na Torre do Tombo, Cartório dos Jesuítas, incluem, nos documentos do Colégio de Coimbra, alguns respeitantes ao mosteiro estudado: carta de confirmação de privilégio do Mosteiro de São Fins, (mç. 39, n.º 6, 78), bula de Paulo IV unindo o Mosteiro de Sanfins, no arcebispado de Braga, (mç. 41, n.º 34, mç. 72, n.º 28) e um livro de bulas das igrejas unidas ao colégio, incluindo as dos Mosteiros de Sanfins e de Pedroso (mç. 99, n.º 5).

D. Sebastião confirmaria em 1578 todo o processo, legitimando os novos proprietários e esclarecendo as entidades envolvidas no processo os domínios e possessões que corresponderiam a cada uma das partes. Entre os pontos em discussão do processo estava o facto de o visconde de Vila Nova de Cerveira reclamar para si o direito de jurisdição sobre o couto de S. Fins, direito que era, tal como já foi referido, pertencente e confirmado em pleno pelo rei D. Sebastião à Companhia de Jesus.

Durante o tempo em que os Jesuítas permaneceram na “administração” do Mosteiro, este foi sofrendo algumas alterações a nível da sua estrutura arquitectónica, sendo alvo de várias intervenções de melhoramentos e de decoração, não só pelas condições em que possivelmente o primitivo edifício se encontraria, como também por razões socio-culturais¹³⁷ lógicas e a busca de um maior conforto para os membros da nova comunidade que aí passariam a subsistir. Segundo Francisco Rodrigues¹³⁸, nos primeiros tempos após a anexação do mosteiro à Companhia de Jesus, mais concretamente por volta de 1550, teria funcionado no cenóbio de S. Fins (durante cerca de um ano) um curso de Filosofia, curso esse que se destinaria a suprir as necessidades de alguns estudantes do Colégio de Coimbra que, por se encontrar o dito Colégio em obras e com alguma falta de condições, foram deslocados para o mosteiro. Poder-se-á dizer que S. Fins, embora por um curto espaço de tempo, se tornou uma extensão de Coimbra, funcionando como segundo Colégio da Companhia até à fundação do de Évora:

“O mosteiro de S. Fins porém, só passageiramente se transformou em casa de estudos. O segundo colégio, de prepósito fundado para a formação de religiosos da Companhia, foi o da cidade de Évora. Data sua primeira fundação do ano de 1551.”¹³⁹

A intencionalidade em transformar S. Fins num Colégio de nomeada que abrangesse também a parte galega da Ribeira Minho ficou, com a construção do

¹³⁷ Promovendo a identificação, por parte dos membros deslocados de instituições pertencentes à Companhia de Jesus, como por exemplo do Colégio de Coimbra, de forma que, apesar da sua deslocação, estes se sentissem devidamente acolhidos, absorvendo e usufruindo no essencial de símbolos e representações comuns à Companhia de Jesus. Também deve ser considerada, a tentativa por parte da Companhia de Jesus em exercer um maior poder e influência no território correspondente ao Alto-Minho, zona de extrema importância, não só pela enorme riqueza natural e económica, como também pela grande quantidade de famílias fidalgas que perduravam na região e a enobreciam.

¹³⁸ Francisco Rodrigues. Ob. cit. p. 577.

¹³⁹ Idem, p. 578.

Colégio do Espírito Santo em Évora, sem efeito. Promovendo-se, durante algum tempo, uma espécie de escola regional para alfabetizar a comunidade:

“Para tornar mais duradouro o fruto, e dispor mais facilmente pela instrução as almas das crianças a entenderem as verdades da Religião e as obrigações da vida cristã, instituíram uma escola de ler e escrever e de gramática.”¹⁴⁰

No entanto, não deixa de ser curiosa a dinâmica introduzida com o curto período em que funcionou como “extensão” de Coimbra, envolvendo e atraindo estudantes de várias parte do reino e do reino vizinho:

“Alargavam as suas excursões até Valença, Monção e Tuy. Na cidade galega travaram tão proveitoso conhecimento com os estudantes espanhóis, que destes vinham de quando em quando ao mosteiro de S. Fins ...a se confessar e tratar com os religiosos portugueses. Terminando o curso filosófico voltaram para o Colégio de Coimbra.”¹⁴¹

Se durante os séculos X, XI, XII e XIII o Mosteiro foi um polo difusor de influência e cultura, o período entre 1548 e 1759¹⁴² confirmaram a decadência do mesmo e a distanciação do cenóbio dos grandes acontecimentos religiosos nacionais. A sua função limitar-se-ia, durante estas datas, a actividades ligadas especialmente à continuidade do culto do seu padroeiro, São Félix, a um cenobitismo mais prazeroso e desregrado, servindo a Igreja como templo principal das comunidades circunvizinhas.

Poderemos considerar como acontecimentos mais significativos registados neste período, a formação de um Tombo do Mosteiro de S. Fins, mais propriamente entre os anos de 1677 e 1684, e a anexação ao Colégio de Coimbra de várias Igrejas, como a de São Lourenço de Lapela (Monção), a de Santa Maria de Lovelhe (Vila Nova de Cerveira), Santa Maria de Troporiz (Monção), Santa Marinha de Taião (Valença), Santa Maria de Moreira (Monção), São Martinho de Arvoredo (Monção), São Miguel de Sago (Monção), e São Pantaleão de Cornes (Vila Nova de Cerveira).

¹⁴⁰ Idem, p. 612.

¹⁴¹ Idem, p. 577.

¹⁴² A 3 de Setembro de 1759, Sebastião José de Carvalho e Melo (mais conhecido por Marquês de Pombal), expulsaria, mediante um decreto régio, a Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios. Ver: António Simões Rodrigues. p. 169.

A comunidade monástica de S. Fins a partir do século XV parece padecer de uma decadência crónica prevalecte até ao século XVIII, e que culminaria com a sua extinção. Reconhece-se, contudo, uma certa complexidade nas razões que poderão estar por detrás dessa degradação contínua e progressiva de tão importante mosteiro, a tal ponto de ter caído em completo esquecimento até meados de 1937, data das intervenções de restauro levadas a cabo pela DGEMN. Esta situação suscita algum interesse tendo em conta a importância que o mosteiro possuía e exercia nas localidades circundantes.

Quando comparado com circunstância “semelhantes” do ponto de vista da importância e influência directa que o mosteiro exercia sobre as populações que o rodeavam, como por exemplo no caso do Mosteiro do Pombeiro, de São Martinho de Tibães, de Arouca ou o caso do Mosteiro de Santo André de Rendufe, denota-se uma certa queda significativa da importância do Mosteiro de S. Fins na vida política e religiosa do país, em relação aos seus congéneres. Quando confrontamos as obras de restauro e ampliação que foram realizadas até ao século XVIII nos mosteiros anteriormente referidos, facilmente se percebe que a própria amplitude e magnificência dos edifícios, assim como os elementos ornamentais, interiores e exteriores, utilizados e aplicados nesses mesmos mosteiros se diferenciam em relação à pobreza que o Mosteiro de S. Fins apresenta.

Mas, numa análise mais atenta, encontramos por exemplo no caso de Arouca, a beatificação da rainha Santa Mafalda que proporcionou ao convento uma nova vitalidade e uma consciencialização por parte das populações da sua importância mítico-religiosa, concedendo-lhe uma projecção nacional e internacional que o cenóbio de S. Fins foi perdendo progressivamente.

Mesmo no caso do Pombeiro, situado também ele, num local ermo e distante dos grandes aglomerados populacionais, receberia primeiro ao longo do século XVI (principalmente durante o período filipino) e, posteriormente, durante o século XVIII, grandes obras de beneficiação e remodelação.

3. A Evolução do Espaço Construído: da Fundação às Intervenções de finais do século XX

A estrutura actual, devido às inúmeras alterações registadas ao longo dos séculos, em nada se assemelha à estrutura primitiva visigótica do século VI. Os espaços hoje existentes denotam características de épocas muito variadas e asseveram as dificuldades sentidas em caracterizar correctamente todo o conjunto monástico.

As alterações logicamente concretizadas ao longo dos séculos para dotar o Mosteiro de condições de conforto e sustentabilidade que permitissem uma correcta vivência monacal, e as intervenções realizadas pela DGEMN na primeira metade do século XX, que descaracterizaram em grande parte do conjunto, fazem do actual espaço construído uma pequena amostra do que seria um conjunto com maior expressividade. (Imagens disponíveis em Anexo)

Assim, do actual conjunto monástico, destaca-se a Igreja (classificada), o Aqueduto, que é simultaneamente porta de entrada para a cerca do Mosteiro, um grupo de edifícios destinados à habitação, arrumos e cortes para os animais¹⁴³, uma Eira, um Caniço/Espigueiro (o que resta dele), uma Capela/Miradouro, um Moinho de Água, uma Fonte, a Quinta e a Cerca que delimita uma área aproximada de 40 Hectares (Imagens disponíveis em Anexo).

Apesar de vários autores colocarem o século VI como baliza para o início da vida monástica em S. Fins, deste período destaca-se unicamente e de uma forma muito dúbia¹⁴⁴ o tímpano da porta principal da igreja:

“(...) lá única que se halla ornamentada es la mayor, es decir, la inferior, la qual se encuentra dividida en quatro niveles o bandas, separadas por líneas horizontales incisas, tallándose en cada una de ellas, contando desde la zona superior a la inferior, y com la misma técnica, la representación de: un ofidio, una serie de semicírculos concêntricos, una triple línea en zig-zag y último una

¹⁴³ Seguindo a lógica das típicas *lojas*, tão comuns por toda a região do Alto Minho e que permitiam, colocando os animais nas divisões térreas da habitação, um maior conforto térmico do edifício durante os períodos de inverno.

¹⁴⁴ Apesar de frequentemente o tímpano surgir associado ao período visigótico, o consenso relativamente a esta datação não é generalizado, situando-o não raras vezes ainda no período suevo ou então num período já posterior, mais próximo da construção da igreja.

línea ondulante intercalada por trozos de zig-zag unidos a una línea horizontal.”¹⁴⁵

Este tímpano é, de resto, um dos principais atractivos da igreja e, conseqüentemente, do conjunto monástico. A singularidade decorativa deste elemento tem proporcionado várias abordagens/interpretações quanto ao significado da sua simbologia.

Rafael Tobío Cendón, por exemplo, explica os motivos mítico-religiosos das representações geométricas e dá grande ênfase ao *ofídio* e apresenta-o como estando ligado às trevas, servindo este de “aviso” aos impuros que pretendam aceder ao espaço divino, convidando-os à purificação e à redenção:

*“En el caso concreto de nuestro templo, este motivo iconográfico está asociado simbolicamente al demonio y, por lo tanto, al mal, cuya interpretación en el lenguaje románico debemos tomarla en el sentido de que, el fiel antes de acceder al recinto sagrado, tiene la obligación de estar libre de todo pecado.”*¹⁴⁶

Contudo, Paulo Pereira defende que se trata de um *tetramorfo*, em que os quatro evangelistas se encontram representados de uma forma simbólica e não figurativa, aludindo ao *Apocalipse de São João* e à discrição bíblica da visão de Ezequiel:

*“Trata-se, como é fácil de perceber, da representação dos quatro elementos: água, ar, fogo, terra. A figuração da serpente acentua o texto simbólico: remete, simultaneamente, para a crença nos efeitos de um mundo subterrâneo, em que estes elementos se encontram concatenados. (...) Assim, os quatro elementos tinham correspondência nos quatro evangelistas e nos símbolos que os representava. Não por acaso, também, o tema dos quatro evangelistas – sempre de forma simbólica e não imediatamente figurativa de carácter naturalista –, é dos mais frequentes no românico. Assume a forma do Tetramorfo.”*¹⁴⁷

A pobreza no número de elementos associados a este período poderá ser explicada pela possível precariedade e expressividade que o Mosteiro teria na altura, pela

¹⁴⁵ Cf: Rafael Tobío Cendón. Ob. cit. p. 243.

¹⁴⁶ Idem, p 252.

¹⁴⁷ Paulo Pereira. **Arte Portuguesa. História Essencial**. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011. p. 277.

utilização de materiais extremamente perecíveis como a madeira e pelas sucessivas transformações, readaptações e acrescentos que se foram incluindo no espaço inicial:

“El aludido tímpano se halla soportado por sendas mochetas, de configuración rectangular y perfil aristado, cuyo apeo se efectúa directamente sobre las jambas, molduradas, al igual que el lintel de aquél, en arista viva. Sin embargo, las mencionadas mochetas, en modo alguno, tienen que ver con las que poseía en época medieval, si tenemos en cuenta las situadas en las portadas septentrional y meridional, siendo bastante probable que las actuales sean resultado de alguna de las últimas intervenciones de reconstrucción llevadas a cabo en la iglesia, por se carecer, en esse preciso instante, de las mismas.”¹⁴⁸

Tendo em consideração as primeiras doações feitas ao Mosteiro, nomeadamente a do Couto, é plausível apontar este período como sendo o do início da construção da actual igreja.

Muito à luz do chamado *românico rural*¹⁴⁹, o Mosteiro de S. Fins apresenta uma igreja de nave única e cabeceira simples, coberta por telhado suportado por travejamento em madeira e estrutura em pedra granítica típica da região.

A iluminação interior, essencial para o exercício litúrgico, é feita através de frestas que permitem a passagem de pequenos feixes de luz, que se acrescentariam, tendo em conta a fraca luminosidade interior, tochas e similares.

Simple no traço e harmoniosa nas formas, a igreja caracteriza-se ainda pela forma rectangular da sua planta e por uma única capela (capela mor/santuário) abobadada e semicircular.

Contudo, o maior destaque concentra-se na carga decorativa que, não sendo abusiva, se reparte por todo o edifício enfatizando-o como um dos exemplos mais significativos do que muitos apelidam de *românico português da ribeira Minho*.

A designação de *românico português da ribeira Minho*, embora discutível, surge como elemento distintivo de outros exemplos existentes no quadro do *românico português* e que se prendem essencialmente com questões do foro político e eclesiástico. O poder exercido pela Sé de Tui desde a sua fundação marcou de forma

¹⁴⁸Rafael Tobío Cendón. Ob. Cit. p. 243.

¹⁴⁹ Em diferenciação do românico mais trabalhado e evoluído estilizado pelos programas das grandes sés, onde à preocupação religiosa se acrescentam outras como a de defesa. Cf. Paulo Pereira. Ob. cit. p. 250.

muito significativa as duas margens do rio Minho. A definição dos elementos artísticos utilizados em grande parte das construções religiosas suas contemporâneas atestam as influências da denominada *escola de Tui* ou *escola tudense*, apresentando formas e estilos muito semelhantes, roçando muitas vezes a imitação. As constantes movimentações quer de mestres pedreiros quer de trabalhadores, acabaram por disseminar parte daquilo que se ia testando, produzindo e aplicando na Sé de Tui.

Da influência desta *escola catedralicia*, em ambas as margens do rio, não faltam exemplos e abundas as marcas de quem trabalhava a pedra migrando de obra em obra levando consigo os exemplos programáticos ensaiados nas principais obras episcopais:

*“Assinale-se que o estudo do românico entre nós seguiu, durante muito tempo, um modelo que se baseou no lugar de implantação do monumento em função do quadro geográfico, geralmente definida na tradição da história da arte portuguesa, em função das bacias dos rios (Minho, Lima, Ave, Cávado, Tâmega e Douro). Esta leitura não faz hoje sentido, por se haver integrado nos estudos sobre o românico, não os critérios geográficos, mas antes o valor artefactual do objecto arquitectónico e da sua expressão artística, bem como a identificação da migração das formas, que é também a da mobilidade dos mestres pedreiros e dos canteiros (que aceitavam encomendas onde havia encomendas...). A história da arte passou assim a problematizar as conjunturas políticas e de gosto, secundarizando uma geografia de resto bastante amena e pouco constrangedora.”*¹⁵⁰

Os motivos vegetalistas, zoomórficos, antropomórficos e mítico-religiosos, tão comuns na arte românica, concedem algum impacto ao edifício e ampliam as semelhanças com alguns elementos decorativos existentes na Sé de Tui, mas também no Mosteiro de São João de Longos Vales, no Mosteiro de São Salvador de Ganfei, no Mosteiro de São Salvador de Paderne, no Mosteiro de *Santa Maria de Oia* ou na igreja de *San Bartolome de Rebordanes*. Estes elementos encontram-se sobretudo nos cachorros, nos capitéis, nas bases das colunas, nas *mochetas* e na abside. Figuras animais como bois, serpentes e macacos são elementos estilísticos frequentes e bastante utilizados para interagir com o *século*, de uma forma pedagógica¹⁵¹ (Imagens disponíveis em Anexo).

¹⁵⁰ Paulo Pereira. Ob. Cit. p.249.

¹⁵¹ É importante passar aos iletrados a filosofia da Igreja através de elementos iconoclastas que sejam entendidos por todos e que representem o ideário mítico religioso da época.

Para além da presença românica, detectam-se alguns elementos caracteristicamente posteriores como a introdução de uma arcada comumente apelidada de *manuelina*. Deste período parece ser o portal encimado pelo escudo da companhia, apesar de este surgir, possivelmente, durante o século XVI, na passagem de tutela para a *Companhia de Jesus* (Imagens disponíveis em Anexo).

A presença jesuíta resultou em várias adaptações e transformações do espaço às novas circunstâncias. Foram efectuados novos acrescentos e aplicados novos elementos decorativos, principalmente no interior da igreja, conferindo-lhe um aspecto menos austero e mais conivente com o poderio da instituição:

“A rica ornamentação da igreja que os padres da Companhia de Jesus mandaram então levantar sobre as ruínas do edifício primitivo – ornamentação em que se adivinha a mão habilíssima, mas um pouco vaidosa, dos construtores galegos ou vascos – acusa intuítos de engrandecimento a que não seria talvez estranho ai fundar ali, naquele distante chão fronteiriço, um grande colégio destinado a submeter à influência da Ordem as populações da outra margem do Minho (...).”¹⁵²

A igreja, hoje despida de qualquer ornamentação interior, apresentava à época das intervenções protagonizadas pela DGEMN, na década de 30 do século XX, vários elementos hoje inexistentes e que dariam uma perspectiva mais completa e circunstancial da evolução arquitectónica do edifício. A remoção de estruturas e de elementos físicos e decorativos como a *Torre Sineira*, o *reboco* que cobria interior e exteriormente as paredes do edifício, os *Altars* talhados e ricamente decorados e encimados com as *insígnias* da Companhia, o *Púlpito*¹⁵³, o *Coro Alto* que, segundo dados do mesmo Boletim da DGEMN, ocupava cerca de um terço da igreja¹⁵⁴, e o *Nártex*, reduziram em parte o impacto histórico e artístico que poderia comportar na actualidade¹⁵⁵ (Imagens disponíveis em Anexo):

¹⁵² In: **S. Fins de Friestas**. Nº11, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Ministério da Obras Públicas e Comunicações. Porto: Maranus, 1938. p.13

¹⁵³ Espaço localizado no interior de uma igreja onde são proclamadas as leituras das Sagradas Escrituras (Epístola, Sequência e Santo Evangelho). Por regra, nas igrejas mais antigas, surge com o aspecto de uma pequena varanda ou tribuna que acede para a nave principal da igreja, localizada ao mesmo nível do coro, mas à frente da igreja, de forma a interagir com a *ekklesia* cristã.

¹⁵⁴ As indicações apontam para um coro alto do século XVIII, do qual não são conhecidas imagens, que ocuparia cerca de um terço da igreja, fazendo o coro “limite” com as primeiras frestas laterais.

¹⁵⁵ Cf. **S. Fins de Friestas**. Ob. cit. p. 19-28.

“Mais uma vez, a maioria dos autores aponta num caminho dominante - a Ordem Beneditina, mas a existência de um narthex adossado à fachada principal, de, pelo menos, dois andares e de carácter presumivelmente funerário, levou Manuel Luís Real a colocar a hipótese de o mosteiro ter sido dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, instituição que patrocinou um modelo muito específico de arquitectura e de espaço religioso no século XII. Este narthex acabou por ser demolido no restauro mas ele era, ainda, importante para a correcta datação do conjunto.”¹⁵⁶

Dos trabalhos de restauro regista-se a eliminação de outros elementos característicos como o *Cruzeiro* e o *murete*, já dentro do perímetro da cerca, que assinalavam e circunscreviam o acesso ao templo.

O conjunto infra-estrutural que ainda persistente em pouco se alterou desde as intervenções da DGEMN. As mudanças registadas nas últimas décadas na sua fisionomia prendem-se, essencialmente, com o seu estado de “edifício” devoluto e sem monitorização que progressivamente facilitou o aparecimento de vegetação selvagem que, juntamente com a acção do tempo levaram à ruína e desabamento de parte das estruturas. Acresce-se, a estes factores, a actuação perversa do *Homem*, que por pilhagem ou vandalismo aceleraram o processo de descaracterização do conjunto. A título meramente exemplificativo, do conjunto de caniços existentes restam unicamente algumas lajes que testemunham a sua presença. Análogo a este exemplo, poderiam ser referenciados muitos mais, nomeadamente lápides tumulares e elementos decorativos de fontanários que simplesmente desapareceram.

4. O Mosteiro, o Património e a Identidade

A Ribeira Minho é uma área geográfica de grande interesse histórico e cultural. As relações seculares e muito peculiares do Minho luso-galaico têm suscitado discussões bastante interessantes relativamente ao património, à história e às ligações culturais que sempre marcaram as relações entre ambas as margens do rio.

¹⁵⁶Cf. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/69774/>. Consultado em 20/09/2011.

Para além do rio que dá o nome à região (Minho em português e Miño em castelhano e galego), que separa e une estas duas regiões, as semelhanças encontram-se igualmente disseminadas pelos múltiplos exemplos artísticos e culturais existentes. É, aliás, neste contexto *suis generis* que a criação de uma euro-cidade, já atrás citada, estreitando as relações entre Valença e Tui, pode explicar a dinâmica centenária da raia minhota.

Por isso, falar de património no Alto Minho raiano, significa inquestionavelmente perceber as relações económicas, sociais, culturais e religiosas que desde sempre pautaram a região.

O Mosteiro de S. Fins representa, ainda hoje, um património de grande valor artístico e cultural de grande importância para a região e para a história nacional, nomeadamente no plano do estudo das comunidades religiosas masculinas em Portugal, visto que por ele passaram figuras importantíssimas da nossa história:

“Entre os que estudaram no antigo mosteiro beneditino deixaram alguns abençoado renome nos fastos das letras da virtude. Nomeamos D. Teotónio de Bragança que foi, passados anos, promovido a arcebispo de Évora; Afonso Barreto e Miguel de Bairros, reitores do colégio de Évora e religiosos de extremada virtude; Pedro da Fonseca, o filósofo de justa nomeada; Inácio de Azevedo, o mártir bemaventurado; Inácio Martins, o celebrado mestre da santa doutrina; Marcos Jorge, distinto professor de teologia moral; Marçal Vaz, humanista insigne e bom teólogo, e Gonçalo Álvares, Visitador das missões do Oriente.”¹⁵⁷

Localmente, o Mosteiro continua a fazer parte do imaginário da população e é palco de acontecimentos esporádicos ligados à música e às tradições religiosas (festividades em honra do padroeiro, casamentos e baptizados na sua grande maioria).

É também muito procurado por historiadores, artistas, apreciadores de arte românica, por amantes da natureza e de desportos de montanha (montanhismo, caminhadas, BTT e cicloturismo), por visitantes e turistas, motivados pela riqueza artística da ornamentação que confirma as ligações históricas entre o Mosteiro de S. Fins e a Sé de Tui.

¹⁵⁷ Francisco Rodrigues. Ob. cit. P 577.

Uma das marcas mais visíveis do Mosteiro na freguesia resulta na aplicação de símbolos religiosos, nomeadamente beneditinos¹⁵⁸, como o leão e o báculo, na heráldica da freguesia, justificando a forte presença desta ordem religiosa que durante séculos administrou e influenciou a localidade.

Contudo, o interesse pelo Mosteiro remonta a períodos anteriores à nacionalidade e a devoção ao padroeiro¹⁵⁹ atraiu desde sempre fiéis de ambas as margens do Minho. Durante a Idade Média o interesse pelo santo, que diziam milagreiro e do qual existiam algumas relíquias, levou a um interessante movimento de peregrinação que ainda hoje persiste, embora com menos fulgor.

A tradição popular de influência galega indica que o interesse de espanhóis e portugueses em torno de São Félix se deve à transferência da imagem do santo, de forma menos clara, de uma ermida existente nas imediações do *Monte Aloia* (Tui) para o Mosteiro de S. Fins¹⁶⁰. A dúvida persiste e a tradição também.

A importância do Mosteiro para a memória colectiva luso-galaica repercute-se também por outros concelhos vizinhos das duas margens do rio. A influência do antigo Mosteiro estendia-se essencialmente por Valença, Monção, Parede de Coura e Vila Nova de Cerveira, concelhos em que S. Fins tinha direitos instituídos quer pela carta de couto, quer por sucessivas doações. Todavia, o Mosteiro possuía relações “institucionais” com vários cenóbios da Ribeira Minho, entre eles o de Santa Maria de Oia (Galiza) com o qual parece ter havido ligações institucionais de grande proximidade, promovendo-se, entre eles, a transferência de monges de um mosteiro para o outro.

Na rede de relações entre o cenóbio de S. Fins e outras comunidades destaca-se, durante largos anos, a função de *estância de saúde* que funcionou no Mosteiro, com grande fama e afluência durante os primeiros anos de ingresso na Companhia de Jesus (principalmente durante as obras de construção do Colégio de Coimbra), para o qual os responsáveis enviavam os membros mais debilitados:

¹⁵⁸ “*Brasão: escudo de vermelho, leão de ouro segurando nas garras um báculo de prata; em campanha, pé de batateira arrancado, de prata, com os tubérculos de ouro, com os ramos dispostos em orla. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com a legenda a negro: ‘SANFINS – VALENÇA’.*” In: <http://www.jf-sanfins.com/index.php?m=heraldica&id=497>. Consultado em 22/09/2011.

¹⁵⁹ A festa em honra de São Félix e Santo Ovídeo celebra-se no primeiro do mês de Agosto.

¹⁶⁰ Desconhece-se fontes que testemunhem a presente teoria.

“ (...) a alguns chamava para seu lado a Lisboa, não poucos os mandou ao mosteiro de S. Fins a buscar saúde na salubridade e sossego daqueles sítios retirados.”¹⁶¹ (...) “... que andava por êsses anos em construção, tão grande número de estudantes, e demais a pouca saúde de muitos deles, resolveu tirar alguns de Coimbra para dar maiores largas aos que ficavam e mudá-los para S. Fins, com o intento e esperança de que facilmente convalescessem amena daqueles sítios montanhosos.”¹⁶²

Nos últimos anos, surgiram vários movimentos associativos portugueses e espanhóis (galegos) que têm imprimido uma presença forte e muito estimulante no estudo, divulgação e preservação do património luso-galaico junto da população. No âmbito deste estudo de caso, é de interesse referir a realização, em Julho de 2011, uma acção conjunta entre uma associação cultural e artística luso-galaica recentemente criada¹⁶³ e a CMV sob a designação de “*Sanfins Medieval*”, que reuniu no espaço do Mosteiro cerca de trezentas pessoas oriundas de vários pontos do país e Espanha. O evento contou com a participação de várias pessoas ligadas à história local (portuguesa e galega)¹⁶⁴ que proporcionaram aos presentes uma perspectiva científica sobre o percurso do Mosteiro, mas que também contemplou momentos musicais e gastronómicos com degustação de produtos típicos da região (Imagens disponíveis em Anexo).

¹⁶¹ Francisco Rodrigues. Ob. Cit. p. 532.

¹⁶² Idem, p. 576.

¹⁶³ Associação Cultural e Artística Luar do Minho.

¹⁶⁴ Na qual participei na qualidade de convidado especial, justificando-se a minha participação na vertente de investigador/guia.

Capítulo III – A Valorização do Património no Vale do Minho: Abordagem Comparativa

O rio Minho, fronteira natural do noroeste peninsular que separa Portugal e Espanha, é também veículo de inúmeras lendas, tradições, experiências e exaltações. No fundo, mais do que elemento de separação, o rio Minho tem servido desde há muito como elemento de união e evocação.

As influências evidenciadas, de parte a parte, pelas ligações entre a primitiva e medieval Sé de Tui e a praça-forte de Valença, são perceptíveis a níveis tão variados como a toponímia, o relevo, a língua, a cultura e a arte (*escuela tudense*), como, de resto, são exemplos as igrejas de São Salvador de Ganfei¹⁶⁵, de São João de Longos Vales¹⁶⁶, de São Salvador de Paderne¹⁶⁷, Santa Maria de Oia¹⁶⁸ e S. Fins de Friestas, entre muitas outras.

É neste contexto de influências mútuas e de proximidade no espaço e no tempo que caracterizam as igrejas mencionadas, todas elas classificadas e pertencentes a um conjunto monástico, que convém perceber até que ponto a classificação como MN, MIP ou IIP influenciou o seu estado de conservação e, conseqüentemente, a sua valorização.

Na comparação directa e objectiva com todos os conjuntos monásticos mencionados, o de S. Fins parece ser aquele que mais sofreu directamente quer com o processo de restauro efectuado pela DGEMN, quer com a inércia das entidades responsáveis pela gestão do património. Poder-se-á mesmo dizer que S. Fins representa uma interessante contradição entre o seu inegável valor histórico e cultural e o lado mais preocupante da aplicação prática de um modelo de intervenção em património que descaracterizou por completo a sua conjuntura. Interveio-se cegamente, desprezou-se a identidade do

¹⁶⁵ Classificado como IIP por Decreto n.º 44 075, DG n.º 281, de 05-12-1961 (claustro e elementos da cerca).

¹⁶⁶ Classificada MN por Decreto n.º 11 454, DG n.º 35, de 19-02-1926.

¹⁶⁷ Classificado como MN por Decreto n.º 129/77, DR n.º 226, de 29-09-1977 (Convento); Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910 (Igreja).

¹⁶⁸ Declarado a 3 de Junho de 1931 *Monumento Histórico-artístico de Interés Nacional*.

conjunto enquanto bem a classificar, desrespeitou-se as preexistências históricas e culturais (a igreja ficou reduzida à desnuda e rústica pedra de granito) e, por último, deixou-se o património classificado “à sua sorte”. Como se estes pressupostos não bastassem, a inexistência de um projecto de gestão e valorização do património para o bem classificado, a falta continuada de manutenção do Mosteiro e o estado de abandono total a que o bem foi sucessivamente votado, ditaram a situação trágica em que actualmente se encontra.

Nos restantes conjuntos, as poucas e pontuais intervenções sofridas nas suas igrejas, não colocaram, no geral, a identidade histórica e artística dos edifícios em causa, que se encontram em relativo bom estado de conservação. O facto de continuarem regularmente abertas ao culto e de se encontrarem relativamente próximas de centros residenciais tem possibilitado uma maior atenção por parte da população face às necessidades pontuais de intervenção que possam surgir.

Contudo, quando comparados exclusivamente como conjuntos monásticos, as semelhanças são evidentes. Em todos os casos, com excepção de São Salvador de Paderne, observa-se o intenso estado de gradação e abandono a que as antigas infra-estruturas comunitárias foram votadas. Em São Salvador de Ganfei, por exemplo, o edifício habitacional encontra-se há largos anos suportado por estruturas metálicas cuja única função é atrasar a sua derrocada eminente, sem que as autoridades competentes consigam desfazer em tempo útil o diferendo existente entre os interesses privados de quem detém a posse do património e as entidades responsáveis por zelar pela sua preservação e conservação.

Se no caso de Ganfei o impasse institucional não tem fim à vista, já no caso de São João de Longos Vales o edifício residencial, em relativo mau estado de conservação, encontrava-se recentemente à venda nas montras de uma conhecida imobiliária. Foi a solução encontrada face ao orçamento avultado necessário para o seu restauro.

O caso de São Salvador de Paderne é, contudo, diferente dos restantes. O antigo edifício residencial, anexo à igreja que se encontra em bom estado de conservação, é hoje espaço habitacional de várias famílias que, ao longo dos anos, aí se instalaram e foram moldando o interior do edifício de acordo com as suas exigências e necessidades. Para quem contacta com o conjunto monacal não deixa de causar estranheza esta forma de ocupação menos apropriada para um espaço classificado como MN. Contudo, se pensarmos nos exemplos já analisados, esta forma de ocupação “menos ortodoxa” de

um espaço que deveria de ser de usufruição pública permitiu, pelo menos exteriormente, preservar grande parte das suas características mais relevantes, embora sejam evidentes alguns vestígios de degradação presentes na área de claustro estimulados por um uso menos correcto do espaço, mas também pela exposição excessiva das infra-estruturas às intempéries.

O último caso, o de Santa Maria de Oia, na Galiza¹⁶⁹, não é muito diferente dos anteriores. Os processos de venda e transpasses que caracterizaram estes imóveis, fruto das desamortizações em Espanha e Portugal, colocaram sérios problemas à preservação e conservação do seu património. No caso de Oia, a igreja manteve-se em relativo bom estado de conservação em muito devido à sua regular utilização por parte da população para as suas cerimónias religiosas, embora já não se possa dizer o mesmo dos restantes espaços do mosteiro. Os espaços construídos relativos à vivência em comunidade encontram-se em preocupante estado de degradação e põe em sério perigo a sobrevivência do conjunto monacal. Conforme veiculava uma notícia de 2002 editada por um jornal regional¹⁷⁰, “*El cenobio del monasterio de Oia sigue cayéndose a pedazos*”, vincando fortemente o estado extremamente preocupante em que o mesmo se encontrava e que ainda se encontra.

Para estes exemplos ficou evidente que *Classificar não significa Valorizar*. Nem o Valorizar significa necessariamente ter que Classificar. Contudo, uma não deve existir sem a outra. Ambas são fundamentais para a preservação e conservação do património e contribuem fortemente para a perpetuação do bem.

O próprio Mosteiro de Tibães, que até há pouco tempo se encontrava em situação semelhante às anteriormente relatadas, teve de ser alvo de um projecto de intervenção e valorização do conjunto, visto que a classificação “apenas” promoveu o interesse independente e intelectual por parte de grupos restritos de académicos, artistas e investigadores.

No caso de S. Fins, a classificação não pressupôs, nem contribuiu, para a sua valorização, muito pelo contrário. Os estudos efectuados sobre o mosteiro são escassos e o conjunto arrisca-se, num futuro muito próximo, em transformar-se num amontoado

¹⁶⁹ A sua localização geográfica, junto e de frente para mar, é uma das características mais interessantes deste mosteiro que chegou a ter várias possessões em território português.

¹⁷⁰ Cf. <http://www.lavozdegalicia.es/hemeroteca/2002/09/20/1240003.shtml>. Consultado em 22/09/2011.

de escombros, visto o estado de degradação extremamente avançado e irreversível a que algumas estruturas já chegaram. A falta de um projecto de gestão e valorização do património que possibilite a salvaguarda do bem patrimonial em análise, poderá supor o seu desaparecimento a médio ou a longo prazo.

Os exemplos de desleixo e distanciamento face a este bem classificado por parte das entidades competentes são inúmeros e preocupantes. As portas da igreja encontram-se frequentemente abertas quer pela acção extemporânea das condições meteorológicas, quer pelo vandalismo praticado por visitantes e frequentadores do espaço, que abusam negativamente das suas infra-estruturas. Não é difícil, para quem visita esporadicamente o Mosteiro, encontrar rebanhos de ovelhas a “passear” livremente pelo espaço edificado ou a recolher-se simplesmente das intempéries no interior da igreja classificada.

Mais recentemente, vários jornais de tiragem regional e nacional davam conta de uma tentativa de pilhagem, gorada, na qual os meliantes, em curto espaço de tempo e sem mecanismo dissuasores, se preparavam para furtar parte da fachada da igreja:

*“Segundo o município, “duas colunas de pedra e respectivas decorações, que sustentam a porta principal da igreja, e várias pedras do lajedo frontal, estavam já retiradas e prontas a carregar”. A tentativa de roubo, registada no final da semana passada, só não se concretizou graças à intervenção de cidadãos atentos, que alertaram as autoridades.”*¹⁷¹

A gravidade desta acção, felizmente sem consequências irreversíveis, deve preocupar e consciencializar a população em geral, mas sobretudo os organismos de âmbito local, regional e nacional quanto aos mecanismos de gestão, monitorização e valorização do património a utilizar.

Se é certo que desde o 25 de Abril de 1974 a preocupação com o património cultural e natural tem assistido a um crescimento bastante acentuado e reforçado por um quadro legal bastante abrangente, também não são menos verdadeiros os inúmeros casos de património classificado como o de S. Fins, ou até com classificações internacionais como o de património UNESCO¹⁷², que se encontram em situação igualmente preocupante.

¹⁷¹ In: http://www.publico.pt/Local/valenca-veda-acesso-de-carros-a-monumento-para-travar-furto-de-pedras_1506160. Consultado em 04/08/2011.

¹⁷² Cf. http://arquivoexpresso.aeiou.pt/PDF/1CAD_020109.pdf. Consultado em 4/07/2011.

Como refere Maria do Céu Simões Tereno¹⁷³, “*um número cada vez maior de monumentos, acarreta uma sobrecarga para os sempre escassos meios financeiros que podem ser dedicados a esta área, fazendo correr o risco da perda de alguns por falta de eficácia na execução*”, facto que exige das entidades e instituições responsáveis um maior empenho e dedicação quer nas tomadas de decisão quer na procura de soluções.

A classificação pode e deve ser um contributo importantíssimo para a protecção e valorização do património, no entanto, o processo de classificação deveria obedecer a um conjunto restrito de critérios que procurassem mais avidamente aferir as condições presentes do bem a classificar, a sustentabilidade do seu plano de gestão e valorização¹⁷⁴, e as responsabilidades discriminadas de cada agente interveniente. Não é plausível conferir responsabilidades a instituições que a nível financeiro dificilmente conseguirão assumir os seus compromissos. O Estado, através dos seus múltiplos organismos, não é, nem pode ser, o único agente promotor de processos de conservação e valorização do património; à sua responsabilidade directa e indirecta nesta área, deve ser acrescida a missão de envolver tanto particulares como população em geral, visto que os constrangimentos financeiros das instituições estatais são um dos principais entraves à implementação destes processos.

As autarquias locais, como a CMV, dificilmente conseguiriam suportar o valor elevadíssimo que propostas como a de S. Fins poderiam comportar. O problema do financiamento para projectos de restauro, conservação e valorização do património estabelece hoje um paradigma difícil de ultrapassar. Se por um lado o Estado não consegue cumprir na íntegra a sua tarefa na defesa do património, por outro, o contributo de particulares esbate-se muitas vezes nos processos intensamente burocráticos e desmotivadores que vão contribuindo para o estado de passividade e degradação em que muitos bens classificados se encontram.

Cf. <http://folhadeportugal.pt/?p=8612>. Consultado em 01/10/2011.

Cf. <http://www.bestofdouro.com/o-douro-pode-estar-em-risco-de-perder-a-designacao-patrimonio-da-humanidade/>. Consultado em 01/10/2011.

¹⁷³ Maria do Céu Simões Tereno. **Salvaguarda de Monumentos Arquitectónicos de Carácter Religiosos - A Sé de Évora**. 2009. p. 8. In: <http://www.rdp.uevora.pt/handle/10174/2769>. Consultado em 18/01/2012.

¹⁷⁴ Promovido por quadros especializados na área da gestão e recuperação do património e ao qual se deveria de anexar a documentação detalhada com os mecanismos de financiamento previstos para a sustentabilidade do projecto.

É urgente, por isso, desburocratizar o processo de participação dos vários agentes, passíveis de promover a protecção do património, regulando de uma forma mais ágil o processo de financiamento e cooperação, apostando, contudo, numa postura pedagógica de fiscalização e consciencialização da actividade.

Desta dificuldade de articulação entre os diversos organismos e entidades surge a importância de um bom planeamento e de um bom projecto de valorização do património que seja prático, que cubra as necessidades evidentes mas que seja também viável.

A viabilidade de qualquer projecto de valorização está dependente, por um lado, do realismo da proposta apresentada e da sua adequação ao bem classificado e às necessidades da população/região; por outro, do nível de compromisso estabelecido entre as partes envolvidas, da disponibilidade financeira equacionada à partida para o projecto e das repercussões a curto, médio e longo prazo do mesmo.

O projecto deve apresentar-se como um investimento que trará “valor acrescentado” a todos os intervenientes no processo, de forma a convergir esforços, opiniões e consensos. O consenso encontrado e o retorno previsto para o propósito serão fundamentais para a execução do projecto e para a justificação da sua implementação. Por muita abertura financeira que haja para o investimento num projecto de valorização, se não for proposto um retorno aliciante, se este não se encontrar devidamente enquadrado no espaço e no meio, e se não estiver profundamente assimilado por parte dos interessados, então dificilmente será concretizado.

A proposta de valorização deverá ser, acima de tudo, realista, concreta e objectiva. No fundo, exequível.

Capítulo IV – Proposta de Valorização do Mosteiro de S. Fins de Friestas

1. Espaço Edificado

Como *Proposta de Valorização* para o espaço edificado, a presente dissertação recomenda o restauro funcional do Mosteiro – privilegiando a preservação das estruturas preexistentes, restaurando os elementos necessários recorrendo, para tal, a equipas multidisciplinares com formação especializada na área da conservação e restauro, por forma a respeitar os materiais e as técnicas adoptadas na génese da sua construção – e a sua valorização através da criação de um organismo de desenvolvimento local, mais concretamente de um *Centro Interpretativo para a Fauna e Flora da Ribeira Minho*, no qual pudessem estar inseridos vários espaços dedicados não só à análise e divulgação do património cultural e natural da região, mas que também funcionasse como *espaço memória* fomentando o estudo e a preservação do conjunto monástico (*Memória Descritiva* disponível em Anexo).

Tendo em conta a ruína parcial de alguns elementos do Mosteiro e o avançado estado de degradação de outros, a Proposta contempla o restauro dos elementos infra-estruturais restauráveis, concedendo-lhes vocações específicas, de acordo com as suas características e dimensões, remetendo para o estritamente necessário quer a reconstrução plena de estruturas, quer a aplicação de elementos estranhos ao conjunto¹⁷⁵ (Disponível em Anexo).

De forma a promover a auto-sustentabilidade do espaço e do projecto, estão incluídas na proposta várias áreas polivalentes, utilizáveis como escritórios e/ou laboratório, salas para armazenamento, áreas para exposições, espectáculos e *workshops*; uma biblioteca que se pretende direccionada para o estudo do Mosteiro e das ordens religiosas em Portugal, um anfiteatro, um albergue colectivo, espaços para refeições e sanitários.

¹⁷⁵ A aplicação de elementos novos e/ou estranho ao conjunto deverão sempre respeitar a estética do bem, sem prejuízo para as preexistências, optando-se sempre por matérias nobres característicos da região e de fácil eliminação.

As acessibilidades foram tomadas em linha de conta, eliminando-se, sempre que possível, os constrangimentos de mobilidade subjacentes a um espaço de tipologia rural disposto em socalcos, garantindo a acessibilidade a todos os visitantes (Disponível em Anexo).

Dentro do *espaço edificado* deverá ainda referenciar-se a integração do moinho, da eira, dos “espigueiros” e da capela/miradouro no processo de restauro.

2. A Cerca do Mosteiro

Para os vários hectares de quinta cercada do Mosteiro propõe-se a constituição de uma *Quinta Pedagógica* que, inserindo o moinho, a eira e os tradicionais “caniços” ou “espigueiros” já recuperados, estimulem a participação de Escolas, grupos etnográficos e colectividades locais, através de experiências e actividades de *ciência viva*, que promovam a partilha intercultural.

As quintas pedagógicas, mesmo em concelhos tipicamente rurais como de Valença do Minho, exercem hoje um papel importantíssimo na educação e formação dos jovens que, por motivos típicos oriundos do sistema de desenvolvimento capitalista, se distanciam do trabalho da terra e das vicissitudes dos meios rurais, fenómeno que contribui activamente para a perda de saberes e tradições. Compreender a natureza e a sua complexa biodiversidade como património cultural e natural a proteger é um dos objectivos para a criação da quinta pedagógica.

3. A Envoltente Paisagística

Relativamente à envoltente paisagística¹⁷⁶, pretende-se a classificação da área circundante ao Monte do Faro até ao Mosteiro como Parque Nacional, tendo em conta

¹⁷⁶ “As paisagens culturais são bens culturais e representam as ‘obras conjugadas do homem e da natureza’ a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, externas e internas.” www.unesco.pt/pdfs/docs/categorias+criterios.doc Consultado em 05/10/2011.

as directivas internacionais para implementação desta categoria de classificação e os modelos existentes em Portugal e na vizinha Galiza.

A proposta para a criação de um Parque Nacional prende-se com a necessidade de regulamentar o espaço e o seu usufruto. A sua criação permitirá a reintrodução da flora¹⁷⁷ e fauna¹⁷⁸ autóctone com monitorização apropriada, o combate à exploração agressiva de granito – enfatizando o Plano de Recuperação de Pedreiras - a criação e melhoramento de percursos pedestres e ciclo turísticos e a reflorestação planificada de toda a área contemplada, visto que actualmente o controlo florestal se encontra bastante deficiente e os extensos eucaliptais invadiram por completo a envolvente eliminando grande parte da floresta original.

Tendo em conta que o Mosteiro já exerceu funções de “estância de saúde” durante os primeiros anos da Companhia de Jesus, propõe-se também a sua reabilitação nesta área, promovendo actividades ao ar livre de desporto e lazer (BTT, Orientação, Montanhismo, Caminhada, Cicloturismo, *Tai chi chuan*, entre outros), que possam envolver a comunidade e atrair novos visitantes.

¹⁷⁷ Carvalho, castanheiro e freixo, por exemplo.

¹⁷⁸ Cavallo Garrano, raposa, perdiz, entre outros.

Conclusão

A Gestão e Valorização do Património Histórico, Cultural e Natural, pressupõem hoje um grande equilíbrio entre responsabilidade, consciência científica e rigor orçamental. Às autoridades competentes pede-se critério e coerência na gestão do património, atendendo, desde o primeiro momento, às suas especificidades, potencialidades e importância para a memória colectiva. Não basta classificar, é necessário ir mais além.

As exigências sociais da contemporaneidade e as novas formas de turismo divulgadas a partir da década de 80 do século XX, propiciaram um novo entendimento sobre o Património e exigem, por parte do gestor, novas soluções, sensações e experiências. O património passou também a ser entendido como um produto de turismo e, neste sentido, *vendável*. É sob esta necessidade contínua de “reinventar” o património, tornando-o “útil” e “atractivo” mas também sustentável que o gestor de património se deve debruçar sem que, contudo, coloque em causa a integridade identidade do bem patrimonial.

A análise do estudo de caso escolhido para objecto desta dissertação permitiu analisar as discrepâncias muitas vezes existentes entre a intencionalidade da classificação e o seu verdadeiro impacto na comunidade. O património, para além de conservado, tem que estar monitorizado, atraente e convidativo, envolvendo todos aqueles que o procuram. Ora, no caso de S. Fins isto não acontece.

Tirando as limpezas sazonais de vegetação que ocorrem esporadicamente, desde 1934 que o imóvel não é intervencionado nem monitorizado, aumentado exacerbadamente o risco de destruição.

Com efeito, um artigo publicado na revista da *Ordem dos Engenheiros* apontava seriamente para as muitas lacunas que Portugal continua a ter na conservação e reabilitação do património edificado:

“No conjunto dos países europeu, Portugal é um dos que mais sistematicamente deixa degradar o edificado, prevalecendo ainda atitudes de

construir de novo ao invés de reconstruir/reabilitar o existente, embora, actualmente, a actividade de conservação e reabilitação já tenha registado taxas de crescimento significativas.”¹⁷⁹

É necessário intervir. Olhar o património e a sua conservação como um investimento colectivo para o qual devemos todos contribuir e, ao mesmo tempo, preservar. Trata-se, no fundo, da herança cultural, esquecer ou ignorar o passado seria ludibriar as nossas raízes e penhorar a das novas gerações. Não existe futuro sem passado, pois todo o passado já foi, um dia, futuro também.

Nesta perspectiva, deve privilegiar-se a conservação ao restauro como principal veículo para a preservação do património, enquanto a renovação, por uma questão de coerência ética, deverá aplicar-se única e exclusivamente como a última opção.

Teorizar sobre o património e os seus conceitos não é o maior dos problemas para quem gere ou pretende gerir esta tipologia de bens. A dificuldade surge, normalmente, com a sua aplicação na prática, visto que constrangimentos económicos, sociais e políticos hipotecam muitas vezes a “boa-fé” das intencionalidades.

É nesta dimensão que a classificação, embora importante, não pode estar restrita à sua singularidade, é necessário que esta seja acompanhada dos dispositivos legais propícios e motivadores para a sua conservação e valorização, como, de resto, esta dissertação pretendeu defender. A objectividade dos meios para intervir em património é fundamental, caso contrário ficaremos sob o espectro da uma “nuvem burocrática” que, para além de retardar as necessárias diligências de conservação, envolve de negatividade o bem patrimonial a preservar.

Esta dissertação pretendeu, assim, alertar para a sensibilidade e limitação do processo de classificação, atendendo, no entanto, para a sua importância e utilidade.

A Proposta de valorização encontrada e adiantada por este trabalho procurou aliar e aplicar os critérios indicados pelas convenções e legislações actuais convenientes às *boas práticas* de intervenção em património. Privilegiaram-se a pré-existências e a sua envolvente, dotando de funcionalidade o espaço com vista à sua valorização. Um espaço vazio é um espaço futuramente em risco.

¹⁷⁹ Aires Camões e Ana Chaves. **Recuperação do Parque Habitacional: Patologia em Revestimentos de Fachada**. INFO. Porto: Ordem dos Engenheiros Região Norte, nº23 de Março de 2011, p. 26 – 40.

Pretendeu-se ainda traçar a evolução do conceito de património e das recomendações para a sua preservação a nível nacional e internacional, esboçando alguns dos principais constrangimentos da aplicação prática dos mesmos.

Em última análise, esta dissertação pretendeu contribuir para a promoção do Mosteiro de S. Fins de Frietas como bem patrimonial a preservar, alertando todavia para os aspectos mais concretos e indissociáveis à gestão e valorização do património.

Bibliografia

Fontes

ROSÁRIO, Fr. Diogo – **História da Vida dos Santos**. Biblioteca Pública de Évora, 1525. Reservado 238.

PT-TT-AJ CJ (Armário Jesuítico e Cartório dos Jesuítas), 1534-[1765?], 32 liv., 108 mç., papel, perg

Estudos

ALÇADA, Margarida et al – **Monumentos**. Nº 26, Revista semestral de Edifícios e Monumentos. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2007. ISSN 0872-8747.

ALMEIDA, Antónia Domingues et al – **Dicionário Breve de História**. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1996. ISBN 972-23-2093-9.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – **Historia da Arte em Portugal, O Românico**. Vol. III. Lisboa: Edições Alfa, 1993. s/ISBN.

ALMEIDA, Ernesto Iglesias; CRUCES, Placido Mendez – **Evocacion Historica de la Ciudad de Tui y sus Antiguas Ruas**. Tui: Museo y Archivo Historico Diocesano, 1997. ISBN 84-505-9742-0.

ALMEIDA, Ernesto Iglesias – **O antigo bispado de Tui en Portugal**. 1ª ed, Serie Trivium. Coruña: Editorial Toxosoutos, 2008. ISBN 978-84-96673-47-2.

ALVES, Lourenço – **Arquitectura Religiosa do Alto Minho**. Viana do Castelo: Escola Superior de Teologia e Ciências Humanas do Instituto Católico de Viana do Castelo, 2000. ISBN 972-97139-5-2.

ASTRAY, Manuel Recuero; MALLÓN, Baudilio Barreiro – **História da Galiza**. 1ªed. Lisboa: Edições Sílabo, 2008. ISBN 978-972-618-492-8.

BANNIARD, Michel – **Génese Cultural da Europa, Séculos V - VIII**. Lisboa: Terramar, 1995. ISBN 972-710-098-8.

BARATA, Filipe Themudo – **Elites e Redes Clientelares na Idade Média**. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS, 2001. ISBN 972-772-284-9.

BASTOS, D. Cameselle; ALMEIDA, E. Iglesias – **La Catedral de Tui. História y Arte**. Leon: Edilesa, 2004. ISBN 84-8012-047-9.

BERLIOZ, Jacques – **Monges e Religiosos na Idade Média**. Lisboa: Editora Terramar, 1996. s/ISBN.

BORAU, José Luis Vásquez – **As Igrejas Cristãs (Católica, Ortodoxa, Protestante e Anglicana)**. Lisboa: Paulus Editora, 2009. ISBN 978-972-30-1477-8.

CAPELA, José Viriato – **Valença nas Memórias Paroquiais de 1758**. Valença: Câmara Municipal de Valença, 2003. ISBN 972-97397-6-5.

CARPENTIER, Jean; LEBRUN, François – **História da Europa**. 3ª ed. Lisboa: Referência / Editorial Estampa, 2003. ISBN 972-33-1085-6.

CASTRO, Alberto Pereira de – **A Igreja de Santo Estêvão de Valença do Minho e a Formação da Colegiada**. Valença: Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria dos Anjos de Valença, 2000. ISBN 972-95079-8-8.

CASTRO, Alberto Pereira de – **Valença do Minho, Terra, Gente e Património**. Valença do Minho: Edição Própria, 2010. ISBN 978-989-95617-4.

CEBOLA, Cátia Marques et al – **Direito do Urbanismo e do Ambiente. Estudos Compilados**. Lisboa: Quid Juris Sociedade Editora – Sociedade Editora Ld.ª, 2010. ISBN 978-972-724-531-4.

CENDÓN, Rafael Tobío – “La Iglesia Románica del primitivo monasterio beneditino de Sanfins de Friestas” in **XXVI Ruta Cicloturística del Románico Internacional**. Fundación Cultural Rutas del Románico. Pontevedra: Anduriña, 2008. ISBN 978-84-935918-0-9.

CHAVES, Ana; CAMÕES, Aires – **Recuperação do Parque Habitacional: Patologia em Revestimentos de Fachada**. INFO. Porto: Ordem dos Engenheiros Região Norte, nº23 de Março de 2011, p. 26 – 40. ICS 113324.

CHOAY, Françoise – **Alegoria do Património**. Arte e Comunicação. Coimbra: Edições 70, 2008. ISBN 978-972-44-1274-0.

COLLINS, Michael; MATTHEW, A. Price. – **História do Cristianismo – 2000 Anos de Fé.** s/l: Dorling kindersley, Lda/Circulo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2168.

CONDE, Antónia Fialho – **Cister a Sul do Tejo. O mosteiro de S. Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça (1567-1776).** Lisboa, Edições Colibri, Dezembro de 2009. ISBN 978-972-772-907-4.

Constituição da República Portuguesa. Organização BDJUR, Base de dados jurídica. Coimbra: Edições Almedina, 2010. ISBN 978-972-40-3967-1.

CORBIN, Alain – **História do Cristianismo.** 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2008. ISBN 978-972-23-4055-7.

CORTAZAR, Fernando Garcia de; VESGA, José Manuel González – **Breve historia de España.** Madrid: Alianza Editorial, 2009. ISBN 978-84-206-9380-4.

CORTAZAR, Garcia de – **História Rural Medieval.** Nova História nº8. Lisboa: Editorial Estampa, 1996. ISBN 972-33-1187-9.

COSTA, Avelino de Jesus da – **A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho (Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo).** Ponte de Lima: Edição do próprio (Bolsheiro do Instituto Nacional de Investigação Científica), 1981. s/ ISBN.

COSTA, Maria João Dias – **A cerca do Mosteiro de S. Martinho de Tibães.** In Estudos / Património, nº 2. Lisboa: IIPAR, 2002. s/ISBN.

COSTA, Paulo Ferreira da – **Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades.** 1ª ed. Lisboa: Instituto de Museus e Conservação, Softlimits, 2009. ISBN 978-972-776-400-6.

COSTA, Sérgio – **O Mosteiro de Tibães, Alas de dormitórios e celas.** Lisboa: Âncora Editora, 2010. ISBN 978-972-780-269-2.

Desenvolvimento Turístico Sustentável em Cidades Históricas. S.L: Concelho de Santiago de Compostela e Concelho de Lugo. Sanpar, 2006. ISBN 84-89597-14-6.

DIAS, Pedro – **Mosteiro de Arouca.** 2ª ed. Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 2000. s/ISBN.

DIAS, Susana José Gomes – **Intervenções de Reabilitação em Património Construído – Projecto de Beneficiação do Castelo de Alter do Chão.** Lisboa: s.e., 2008 (Dissertação apresentada à Universidade Técnica de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Recuperação e Conservação do Património Construído).

DUBY, Georges – **Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval.** Lugar da História, Vol. I. Lisboa: Edições 70, 1987. s/ISBN.

DUBY, Georges – **Guerreiros e Camponeses. Os primórdios do crescimento económico europeu séc. VII – XII.** Lisboa: editorial Estampa, 1993. ISBN 972-33-0889-4.

ELIADE, Mircea; COULIANO, Ioan P – **Dicionário das Religiões.** Lisboa: Publicações D. Quixote, 1993. s/ISBN.

FERNANDES, João Paulo; PEREIRA, Marízia Menezes; TERENO, Maria do Céu Simões – **Património Natural e Arquitectónico de Monsaraz**. 2008. In: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/2794>. Consultado em 18/01/2012.

FERNANDES, M. António – **Felgueiras de Ontem e de Hoje**. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 1989. s/ISBN.

FERNANDES, M. António – **Pombeiro e o seu Fundador D. Gomes Aciegas**. Felgueiras: Edição Câmara Municipal de Felgueiras, 1991. s/ISBN.

FERNANDEZ, Marta Cendon – **La Catedral de Tuy en Epoca Medieval**. Colección Historia y Arte, 2ª ed. Pontevedra: Fundación Cultural Rutas del Románico, 2000. ISBN 84-931302-1-4.

FLINCHE, Martin – **Historia de la Iglesia**. Vol. VI. Valência: Edicep, s/d. pp.: 259/260. s/ISBN.

FOURQUIN, Guy – **História Económica do Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1997. ISBN 972-44-0364-5.

FRANK, Isnard Wilhelm – **Historia de la Iglesia Medieval**. Vol. XI. Barcelona: Editorial Herder, 1988. ISBN.

GARCIA Villoslada, Ricardo – **História de la Iglesia Catolica II**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1988. ISBN.

GARIN, Eugénio – **Idade Média e Renascimento**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. ISBN 972-33-0962-9.

GOFF, Jacques le – **Em Busca da Idade Média**. Lisboa: Editorial Teorema, 2004. ISBN 972-695-558-0.

HERNANDEZ, Martin Francisco – **La Iglesia en la Historia**, Vol. 1. Madrid: Editora Atenas, 1990. s/ISBN.

Igreja de S. Fins de Friestas. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Ministério das Obras Publicas e Comunicação: Porto, 1938. Nº11.

JACQUES, Paul – **La Iglesia y la Cultura en Occidente (siglos IX-XII)**. Vol. I –II. Barcelona: Labor, 1988. s/ISBN.

JEAN-NESMY, Dom Claude – **São Bento e a Vida Monástica**. Rio de Janeiro: Agir, 1962. s/ISBN.

JORGE, Ana Maria C. M; RODRIGUES, Ana Maria S. A. – **História Religiosa de Portugal**. Vol. I. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2000. s/ISBN.

JORGE, Virgolino Ferreira – **Cultura e Património**. 1ª ed. Lisboa: Edições Colibri / C. M. de Portel, 2005. ISBN 972-772-611-9.

JORGE, Vítor Oliveira – **Arqueologia Património e Cultura**. 2ª ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2007. ISBN 978-972-771-893-1.

LABOURDETTE, Jean-François – **História de Portugal**. Lisboa: Edições Dom Quixote, 2003. ISBN 972-20-2315-2.

LACERDA, Aarão de – **História da Arte em Portugal**. Vol. I. Porto: Portucalense Editora. 1942. s/ISBN.

LAWRENCE, C. H. **Medieval Monasticism- Forms of Religious Life in Western Europe in the Middle Age**. 2ªed. New York: Longman. 1982. s/ISBN.

LEWIS, Bernard – **Os Árabes na História**. Lisboa: Editorial Estampa. 1994. ISBN 972-33-0951-03.

LING, Trevor – **História das Religiões**. 2ªed. Lisboa: Editorial Presença, 2005. ISBN 972-23-1766-0.

LUSCOMBE, David – **O Pensamento Medieval**. Mem Martins: Publicações Europa América. 2000. ISBN 972-1-04787-2.

MANUEL, Alexandre – **Grande Enciclopédia do Conhecimento, Suevos**. Vol. XV. S/l: Jornal de Notícias. s/d.

MANUEL, Alexandre – **Grande Enciclopédia do Conhecimento, Visigodos**. Vol. XVI. S/l: Jornal de Notícias. s/d.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira – **Património, Herança e Memória. A cultura como criação**. 1ª ed. Lisboa: Gradiva, 2009. ISBN 978-989-616-305-1.

Narciso Luís Esteves Serra

MATA, Aida, DIAS COSTA, Maria João – **O Mosteiro de S. Martinho de Tibães. Dados para o conhecimento da recuperação de um património.** MÍNIA N° 10, III.^a Série. Lisboa: Edição de IPPAR, 2002. ISBN.

MATA, Aida Maria Reis, DIAS COSTA, Maria João – **Mosteiro de Tibães.** Lisboa: IIPAR, 1998. s/ISBN.

MATTOSO, José – **História de Portugal. A Monarquia Feudal.** Vol. 2. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. ISBN 972-33-1263-8.

MATTOSO, José – **História de Portugal. Antes de Portugal.** Vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. ISBN 972-33-1262-X.

MATTOSO, José e FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias – **Inventário, ordens monásticas/conventuais. Ordem de S. Bento. Ordem do Carmo. Ordem dos Carmelitas Descalços. Ordem do Frades Menores. Ordem da Conceição de Maria.** Lisboa: Torre do Tombo, 2002. ISBN 972-8107-63-3.

MEDINA, João – **História de Portugal, O Mundo Luso-Romano; Portugal Medieval.** Vol. III. Amadora: Edita Ediclube, 2004. ISBN 972-719-271-8.

MEDINA, João – **História de Portugal. Portugal Absolutista (II).** Vol. IX. Amadora: Edita Ediclube, 2004. ISBN 972-719-277-7.

Modelos de Gestão: Soluções Institucionais para las Ciudades Históricas. Ayuntamiento de Santiago de Compostela e Câmara Municipal do Porto. Atlante, 2005. ISBN 84-89-597-15-4.

NABAIS, José Casalda; SILVA, Suzana Tavares da – **Direito do Património Cultural. Legislação.** Coimbra: Edições Almedina, 2006. ISBN 972-40-2836-4.

NABAIS, José Casalta – **Introdução ao Direito do Património Cultural.** 2ªed. Coimbra: Edições Almedina, 2010. ISBN 978-972-40-4291-6.

NEVES, Manuel Augusto Pinto – **Valença das Origens aos Nossos dias.** Valença: Rotary Club de Valença. Câmara Municipal de Valença, 1997. s/ISBN. Deposito Legal 112007/97.

NEVES, Manuel Augusto Pinto – **Valença entre a História e o Sonho.** Valença: Rotary Club de Valença. Câmara Municipal de Valença, 2003. s/ISBN. Deposito Legal 195661/03.

NEVES, Manuel Augusto Pinto – **Valença na História e na Lenda.** Valença: Rotary Club de Valença. Câmara Municipal de Valença, 1990. s/ISBN. Deposito Legal 36814/90.

NEVES, Manuel Augusto Pinto – **Valença e Tui, Relações através dos tempos.** Valença: Edição do autor, 2008. s/ISBN.

OLIVEIRA, A. Lopes – **Valença do Minho.** Póvoa do Varzim: Editora Poveira Lda. 1978. s/ISBN.

OLIVEIRA, Paulo – **A Congregação Beneditina Portuguesa no percurso para a extinção (1800 – 1834)**. Viseu: Palimage Editores, 2005. ISBN 972-8575-91-2.

PEREIRA, Marízia Menezes; TERENO, Maria do Céu Simões; TERENO, António Vitorino Simões – **Implantação e Arquitectura de Conventos Franciscanos e Seu Enquadramento Paisagístico no Distrito de Évora (Portugal)**. s/d. ISBN: 978-848005139-2. In:

<http://rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/2768/1/IMPLANTA%20E%20ARQUITECTURA%20DE%20CONVENTOS%20FRANCISCANOS.pdf>
. Consultado em 18/01/2012.

PEREIRA, Paulo – **Arte Portuguesa. História Essencial**. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011. ISBN 978-989-644-153-1.

PEREIRA, Paulo – **História da Arte Portuguesa**. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. ISBN 978-972-42-3953-8.

PEREIRA, Paulo – **Portugal 2000**. Lisboa: Printer Portuguesa, 1999. s/ISBN.

PERROT, Michelle – **História das Mulheres – Idade Média**. Porto: edições Afrontamento, 1990. s/ISBN.

PIERRARD, Pierre – **História da Igreja Católica**. Lisboa: Planeta Editora, 2002. s/ISBN.

ROCHA, J. Marques – **Valença 1991**. Porto: Asa Editora, 1990. s/ISBN.

RODRIGUES, António Simões et al – **História de Portugal em Datas**. Lisboa: Temas e Debates. 3ª Edição. 2000. ISBN 972-759-043-8.

RODRIGUES, Francisco – **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal**. Têmo I. A fundação da Província Portuguesa. Porto: Empresa Editora, 1931.

RODRIGUES, Teresa de Jesus – **O entre Minho e Lima de 1381 a 1514. Antecedentes da evoluçãõ da Comarca Eclesiástica de Valença do Minho**. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 2002. ISBN 972-9397-40-6.

ROUX-PERINO, Julie – **Cluny**. 2ª ed. Toulouse: MSM, 2008. ISBN 978-2-3508-0047-9.

SALVADORI, Massimo L – **Historia Universal, A Queda do Império Romano do Ocidente; Carlos, o Grande. Povoamento, e Guerra na Idade Média**. Vol. V. s/l.: Aleph Serveis Editoriais, 2005. ISBN 989-609-327-X.

SARAIVA, José Hermano – **Itinerário Português, o Tempo e a Alma**. Lisboa: Gradiva, 1987. s/ISBN.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – **História de Portugal**. Vol. I. Braga: Editorial Verbo, 2001. s/ISBN.

SERRÃO, Joel – **Dicionário da História de Portugal, “beneditinos”**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981. s/ISBN.

SERRÃO, Joel – **História de Portugal, Desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Marcelo Caetano.** Vol. I. Lisboa: Palas Editores, 1975.s/ISBN.

SERRÃO, Joel – **Pequeno Dicionário de História de Portugal.** Porto: Edição Figueirinhas, 2004. ISBN 972-661-199-7.

S. Fins de Friestas. Nº11, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Ministério da Obras Públicas e Comunicações. Porto: Maranus, 1938. s/ISBN.

SOUSA, Ana et al – **Estudos sobre o Despovoamento dos Centros Históricos da Rede Atlante.** Évora: Câmara Municipal de Évora, 2005. ISBN 972-8509-33-2.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos et al. – **Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens de Trento – Guia Histórico.** 2ª ed. Lisboa: Estudios Horizonte, 2006. ISBN 972-24-1433-X.

SOUSA, Luís Macedo et al – **Monumentos: cidades, património, reabilitação.** Nº30. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2009. ISSN 0872-8747.

SOUSA, Manuel de – **Reis e Rainhas de Portugal.** Mem Martins: Sporpress, 2002. ISBN 972-97256-9-1.

TERENO, Maria do Céu Simões – **Contributo da Perspectiva para a Salvaguarda de Monumentos Históricos.** 2005. In: http://dited.bn.pt/30243/index_default.html. Consultado em 18/01/2012.

TERENO, Maria do Céu Simões – **Salvaguarda de Monumentos Arquitectónicos de Carácter Religiosos – A Sé de Évora.** 2009. p. 35. In: <http://www.rdp.uevora.pt/handle/10174/2769>. Consultado em 18/01/2012.

TOURAUULT, Philippe – **História Concisa da Igreja.** Mem Martins: Publicações Europa América, 1998. ISBN 972-1-04485-7.

VAUCHEZ, André – **A Espiritualidade na Idade Média Ocidental. Séc. VIII – XIII.** Lisboa: Editorial Estampa. 1995. ISBN 972-33-1133-X.

Viagens na Nossa Terra. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1997. s/ISBN.

VIEIRA, José Augusto – **O Minho Pittoresco.** Tomo I. Valença: Rotary Club de Valença, 1987. s/ISBN.

VIEIRA, Ricardo; MAGALHÃES, Fernando – **Património e Identidade.** 1ªed. Leiria: Profedições, 2009. ISBN 978-972-8562-60-1.

VILA, Suso – **A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media.** Coruña: Editorial Toxosoutos, 2009. ISBN 978-84-96673-88-5.

VILA – BOTANES, Suso – **Pazos e Casas de Tui, A arquitectura civil en Tui e Valença.** Tui: Asociación Amigos da Catedral – Tui, 2000. s/ISBN.

Visual Encyclopedia of Art. Românico. Modena: Scala Group, 2009. ISBN (Portuguese) 978-88-8117-779-0.

O Mosteiro de S. Fins. Classificar para valorizar? Estudo de Caso.

WRIGHT, Jonathan – **Os Jesuítas, Missões, Mitos e Histórias.** Lisboa: Quetzal Editores, 2005. ISBN 972-564-623-1.

Webgrafia

<http://www.icm.gov.mo/exhibition/tc/nhintroP.asp>. Consultado em 28/09/2011.

http://bdjur.almedina.net/sinopse.php?field=doc_id&value=76081. Consultado em 19/09/2011.

<http://cvc.instituto-camoes.pt/literatura/herculano.htm>. Consultado em 20/09/2011.

<http://algarvivo.com/arqueo/arqueologos/intro.html>. Consultado em 15/09/2011.

<http://arquitectos.pt/?no=101068,215>. Consultado em 15/09/2011.

<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Quem+Somos/?res=1024x600>. Consultado em 25/09/2011.

<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Quem+Somos/Miss%20Atribui%20A7%20B5es/?res=1024x600>. Consultado em 20/09/2011.

<http://cister.weblog.com.pt/>. Consultado em 22/09/2011.

http://www.ippar.pt/património/itinerários/Cister/circ_cister.html. Consultado em 23/09/2011.

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/69774/>. Consultado em 20/09/2011.

<http://www.jf-sanfins.com/index.php?m=heraldica&id=497>. Consultado em 22/09/2011.

<http://www.lavozdeg Galicia.es/hemeroteca/2002/09/20/1240003.shtml>. Consultado em 22/09/2011.

http://arquivoexpresso. aeiou. pt/PDF/1CAD_020109. pdf. Consultado em 4/07/2011.

<http://folhadeportugal. pt/?p=8612>. Consultado em 01/10/2011.

<http://www.bestofdouro. com/o-douro-pode-estar-em-risco-de-perder-a-designacao-patrimonio-da-humanidade/>. Consultado em 01/10/2011.

http://www.amigosdelromanico. org/inventario/espana/inv_romanico_pontevedra. htm. Consultado em 01/10/2011.

http://www.geocaching. com/seek/cache_details. aspx?guid=47543b3c-abc9-44f2-8cc5-35f2f7331fa0. Consultado em 23/09/2011.

http://acerpt. org/vmdacer/index. php?option=com_content&task=view&id=437&Itemid=181. Consultado em 01/10/2011.

<http://www. igespar. pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/69774/>. Consultado em 01/10/2011.

http://www. publico. pt/Local/valenca-veda-acesso-de-carros-a-monumento-para-travar-furto-de-pedras_1506160. Consultado em 04/08/2011.

<http://digitarq. dgarq. gov. pt/details?id=1458146>. Consultado em 11/08/2011.

<http://portal. icnb. pt/ICNPortal/vPT2007-APGeres/O+Parque/Porque+foi+classificado/?res=1024x600>. Consultado em 23/09/2011.

O Mosteiro de S. Fins. Classificar para valorizar? Estudo de Caso.

<http://www.unesco.pt/cgi-bin/home.php>. Consultado em 01/10/2011.

<http://www.viveanatural.xunta.es/GL/aloia.htm>. Consultado em 25/09/2011.

<http://vivirgalicia.blogspot.com/2011/06/monasterio-de-santa-maria-de-oia-un.html>. Consultado em 01/10/2011.

<http://www.lavozdegalicia.es/hemeroteca/2002/09/20/1240003.shtml>. Consultado em 22/09/2011.

http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=14. Consultado em 20/09/2011.

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1593. Consultado em 20/09/2011.

www.unesco.pt/pdfs/docs/categorias+criterios.doc. Consultado em 05/10/2011.

<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1458146>. Consultado em 05/10/2011.

<http://joelcleto.no.sapo.pt/textos/Comercio/SPedrodasAguias.htm>. Consultado em 18/01/2012.

Cartas, Convenções e Legislação

Carta de Veneza de 1964

http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf

Consultado em 29/10/2011.

O Mosteiro de S. Fins. Classificar para valorizar? Estudo de Caso.

Carta de Washington 1987

http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Washington_1987.pdf

Consultado em 29/10/2011.

Carta de Lausanne 1990

http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Lausanne_1990.pdf

Consultado em 29/10/2011.

Carta de Cracóvia 2000

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

Consultado em 29/10/2011.

Lei de Bases do Património Cultural Português Lei n.º 107/2001

http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/107_2001.pdf

Consultado em 29/10/2011.

Alvará de D. João V de 20 de Agosto de 1721

http://www.apena.rcts.pt/aproximar/monumentos/apoio/pdfs/joao_v.pdf

Consultado em 29/10/2011.